

SEMINÁRIO DE JOVENS CIENTISTAS

Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: para lá da polarização e da desinformação

GONÇALO MARCELO

PEDRO MATOS PEREIRA

ANA SANCHEZ

MARA DE SOUSA FREITAS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

Título: Como Dialogar Com Quer Não Quer Ouvir: Para Lá
da Polarização e da Desinformação

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

ISBN: 978-972-623-408-1

RESUMO

Este livro, organizado por iniciativa do Seminário de Jovens Cientistas da Academia das Ciências de Lisboa, reúne um conjunto de textos em torno de temas como a polarização política, a desinformação e a confiança na ciência, agrupados sob o mote *Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir?* Reunindo filósofos, cientistas (das ciências naturais e sociais), jornalistas e comunicadores de ciência, o livro promove reflexões interdisciplinares para tentar compreender fenómenos como as notícias falsas, as Teorias da Conspiração, a crise da democracia, ou as crenças estranhas associadas ao negacionismo da ciência. Visando ir para lá do diagnóstico e também discutir abordagens e soluções possíveis para estes problemas, o livro sublinha a importância da comunicação (incluindo, mas não se limitando, à comunicação de ciência), e apresenta estratégias para se evitar a desinformação. Neste contexto, é dada especial atenção à possibilidade de ouvir quem geralmente não é ouvido, e de dialogar com quem parece não querer ouvir. Tentando entender como é possível manter diálogos, ainda que difíceis, com quem tem crenças diferentes ou é hostil, discutem-se diferentes estratégias para chegar aos outros.

Palavras-Chave: comunicação de ciência, desinformação, diálogo, polarização

ABSTRACT

This book, edited by initiative of the Young Scientists' Seminar, Lisbon Academy of Sciences, brings together chapters on a range of topics such as political polarization, disinformation and trust in science, ranged under the umbrella of the question *How to Dialogue With Those Who Refuse to Listen?* Bringing together philosophers, scientists (from both the natural and social sciences), journalists and science communicators, the book puts forward interdisciplinary reflections to understand phenomena such as fake news, Conspiracy Theories, the crisis of democracy or the weird beliefs associated with science denialism. Aiming to go beyond the diagnosis and also discuss approaches and solutions to these problems, the book underlines the importance of communication (including, but not restricted to science communication) and puts forward strategies to avoid disinformation. In this context, it pays special attention to the possibility of listening those who usually are not listened to, and of dialoguing with those who seem to refuse listening. Trying to understand how we can entertain dialogues, albeit difficult, with those who hold different beliefs or are hostile, the book discusses different strategies to reach out to others.

Keywords: dialogue, disinformation, polarization, science communication

Índice

Prefácio.....	10
Michel Renaud	
Introdução.....	19
Gonçalo Marcelo, Pedro Matos Pereira, Ana Sanchez, Mara de Sousa Freitas	
Capítulo 1.....	40
<i>Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: causas e remédios para a destruição extremista da comunicação</i>	
Renato Janine Ribeiro	
Capítulo 2.....	54
<i>Diálogo Difícil e Partilha de Histórias: o Guestbook Project</i>	
Richard Kearney	
Capítulo 3.....	79
<i>Considerações sobre Pseudociência, Desinformação e os Obstáculos à Ciência com a Antiguidade como Pano de Fundo</i>	
Nelson Ferreira	
Capítulo 4.....	95
<i>O Mundo Infestado de Demónios ou a Actualidade de Carl Sagan</i>	
Carlos Fiolhais	
Capítulo 5.....	111
<i>Dialogar Com Quem Não É Ouvido: a comunicação de ciência para grupos excluídos</i>	

Ana Delicado

Capítulo 6.....130

Quando a Desinformação Chega com Pezinhos de Lã

Vera Novais

Capítulo 7.....153

What's Next? Quatro Tendências a Considerar para o Futuro da Desinformação

Inês Narciso

Capítulo 8.....164

A Importância de Saber que Não se Sabe: notas sobre a relação entre (sobre)confiança e desinformação

Joana Gonçalves-Sá e Cristina Mendonça

Posfácio.....185

Maria Manuela Chaves

Prefácio

Michel Renaud¹

Este é o prefácio de um livro que, pela actualidade dos problemas tratados e pela competência dos seus autores, merece ser lido e meditado com muita atenção. A sua origem situa-se nos trabalhos do Seminário de Jovens Cientistas, entidade que faz estruturalmente parte do Organigrama da Academia das Ciências de Lisboa. Este Seminário reúne vinte jovens cientistas, eleitos, por três anos, pelas duas Classes da Academia, dez pela Classe de Ciências e dez pela Classe de Letras. Estes brilhantes intelectuais são deste modo chamados a trabalhar em conjunto e com toda a liberdade, numa perspectiva explicitamente pluridisciplinar. Entre as actividades do actual Seminário consta a iniciativa de realizar um Ciclo de Conferências, cujos palestrantes foram por eles escolhidos (não fazendo parte dos membros do Seminário), e com a missão de abrir debates sobre temas relacionados com o título geral que foi proposto e que coincide com o da presente publicação: *Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir. Para lá da polarização e da desinformação*. A introdução é assinada pelos quatro editores, três deles membros do próprio Seminário de Jovens Cientistas. A diversidade dos pontos de partida dos capítulos, que correspondem às conferências proferidas, já deixa antever o interesse que o seu tratamento suscita e que se mantém durante toda a leitura.

Antes de avançar neste texto, convém reconhecer que, na publicação de uma obra, o prefácio é, de certo modo, inútil. Em Portugal, o Professor Walter Osswald costumava, ao redigir prefácios, sublinhar esta inutilidade. Com efeito, se o prefácio consiste em repetir ou resumir os assuntos que a obra desenvolve longamente, não faz senão atrasar a leitura. Por outro lado, se trata de outras temáticas, ele não faz senão acrescentar considerações que os autores não sentiram a necessidade de incluir. É, portanto, com a consciência viva desta

¹ Academia das Ciências de Lisboa.

inutilidade que este prefácio foi escrito. Mas a sua única função positiva consiste em honrar o trabalho que foi realizado, mostrando de modo meramente lateral que é recomendável a sua leitura.

O título geral do Ciclo não deixa de suscitar um certo sentimento de surpresa e estranheza. “Como dialogar com quem não quer ouvir?” A resposta espontânea seria: então não há diálogo! Mas isso seria não contar com as estratégias que as várias ciências em diálogo conseguem descobrir para contornar os obstáculos que o impedem. Com efeito, há tantos campos de diálogo! Na teoria e na prática da política, nos encontros sociais, nas relações afetivas e amorosas, no diálogo dentro da cada família e entre gerações diferentes, no mundo das artes, dos negócios, das relações internacionais, sem falar do diálogo entre as religiões, assim como dentro de cada confissão religiosa. E ao evocar a filosofia, verifica-se que os não filósofos chegam facilmente à conclusão (errada) de que o diálogo filosófico tem algo de semelhante a um diálogo de surdos, como se todas as teses e os seus contrários já tivessem tido os seus porta-vozes. Esta situação faz então eclodir em nós uma questão: será que existe um sentido inicial e fundamental que subjaz a todas as formas de diálogo, sentido que preexiste à sua pulverização nos múltiplos registos da palavra nos quais se tecem as relações humanas? A resposta é fácil: sem a linguagem, não há diálogo. A etimologia já o comprova: o diálogo é *logos* – palavra, discurso, doutrina – que é partilhado de uma pessoa para a outra (*dialogoi*). Sabe-se que Platão foi mestre na composição de *Dialogoi*.

Será que a linguagem é a fonte fundamental do sentido? Descobre-se sem esforço que a linguagem é uma forma de comunicação. Contudo, a comunicação não se faz primordialmente pela linguagem, mas pela particularidade da expressão. O rosto do recém-nascido é desde logo expressivo para quem se ocupa dele; o choro aparece como um sintoma de uma falta e como pedido de ajuda. Os sinais expressivos do rosto acompanham todo o curso da existência humana. Mas a interpretação desses sinais depende das culturas; por exemplo, sabemos que o sorriso dos japoneses que receberam os primeiros ocupantes das caravelas portuguesas foram por estes mal interpretados. Há diálogos, com efeito, cujo sentido oral é negado pela expressão sarcástica do rosto, tal como há diálogos que tentam mascarar a verdade com a intenção implícita de enganar os seus parceiros.

De todo o modo, o diálogo actualiza a necessidade humana de comunicar e de se comunicar. A este respeito, a relação entre o diálogo e a comunicação precisa de ser clarificada. Foi um dos méritos da *Phénoménologie de la perception* de Merleau-Ponty [7] ter fortemente contribuído para a elucidação destas dificuldades. Por exemplo, será que o diálogo é um conceito unívoco ou sobredeterminado? Será que a contemplação de uma obra de arte pode ser também considerada como uma forma de diálogo com a obra e, através da obra, com o mundo do artista? Não será a música uma forma de diálogo que induz em nós sentimentos que alargam a nossa compreensão do mundo graças ao génio do compositor? Tais questões dão lugar a debates já no ensino secundário. Contudo, se a definição do diálogo implica, antes de mais nada, a presença da linguagem oral (*dia-logos*), deve-se concluir que é esta linguagem que especifica a função *comunicativa* do diálogo. Por outras palavras, é de modo metafórico que se pode exportar o sentido fundamental do diálogo para incluir nele aquilo que Malraux chamava “*As vozes do silêncio*” [6]. De todo o modo, a linguagem comunica conteúdos de sentido, ao mesmo tempo que constitui um meio privilegiado pelo qual o ser humano se comunica a si próprio.

Chega-se desta maneira a compreender o sentido mais profundo da auto-comunicação. Com efeito, o que falta afirmar é que a pessoa é, constitutivamente, um *ser de relação*. Ninguém está na origem da sua própria existência física. O nascimento, ao qual Hannah Arendt, assim como Paul Ricœur, dedicaram reflexões filosóficas muito pertinentes, mostra desde logo que a existência é constitutivamente um nó de relações humanas. E verificamos quotidianamente que a solidão na velhice constitui, pelo sofrimento que traz, um dos problemas mais graves da nossa sociedade. De modo geral, é preciso afirmar que o ser humano vive com outros, precisa dos outros, não apenas para adquirir os bens essenciais da civilização – uma casa, víveres e cuidados de saúde – mas para aceder àquilo que chamamos uma existência verdadeiramente humana, graças à cultura e à qualidade “espiritual” do convívio com os outros. Aliás, ninguém inventou a linguagem, tal como ninguém inventou a sociedade. Qualquer que seja o esforço para recuar na história do aparecimento dos seres humanos, já constatamos a presença da linguagem e da sociedade.

Contudo, como compreender a presença da violência no convívio humano? Podemos aqui opor duas teorias que parecem ambas originais para quem

reflete sobre a constituição das relações humanas. Por um lado, uma visão de natureza psicológica: o ideal é que cada ser humano tenha, quando nasce, braços para o acolher e o manter vivo. Os gestos de afeição, os cuidados maternos e paternos devem acompanhar, e acompanham na maior parte dos casos, o crescimento do bebé e da criança. Deste modo, podemos dizer que na origem da pessoa está o acolhimento, no qual se desenvolvem a linguagem e a consciência de pertencer a uma sociedade fundamentalmente pacífica. Por outras palavras, a afectividade e o amor são primordiais na compreensão da existência humana.

Por outro lado, assistimos diariamente a actos de violência em todos os campos das actividades humanas. Será a violência o dado mais originário na constituição da sociedade? Do ponto de vista filosófico esta questão foi tratada na dialéctica do Senhor e do Escravo (no sentido da relação entre dominação e escravidão), tal como Hegel a descreveu na sua *Fenomenologia do Espírito* [3]. Esta dialéctica apresenta-se como uma figura, não histórica, mas descritiva, da origem da cultura. O seu ponto de partida consiste em mostrar que a primeira relação entre seres humanos adultos – pelo menos na descrição de Hegel – não é a paz e a colaboração, mas a luta violenta entre pessoas para a posse dos bens cobiçados. O fim do combate leva à morte do vencido, até que surja outro combate com outros vencidos e mortos. Mas, para Hegel, o progresso da descrição dialéctica surge quando o vencedor deixa vivo o vencido, mas para fazer dele o seu escravo. Contudo, pelo seu trabalho forçado, o escravo adquire pouco a pouco competências que o senhor não possui, dado que beneficia do trabalho do seu escravo. É possível então que o escravo, em determinado momento, se revolte e consiga pela sua competência vencer o senhor. Mas esta mutação não altera nada no progresso da dialéctica; apenas inverte os papéis, tornando-se o senhor escravo do seu escravo, e reciprocamente, o escravo tornando-se senhor do seu antigo senhor. O progresso da dialéctica surge quando senhor e escravo compreendem que, para não permanecerem neste jogo violento do vai e vem entre dominação e escravidão, é preciso que cada um se torne senhor de si mesmo e escravo de si mesmo. Esta última expressão, “simultaneamente senhor e escravo de si mesmo” significa, que pelo *trabalho*, ambos passaram a reconhecer-se como iguais, tendo conjurado a violência sempre remanescente e instaurado a paz pelo acesso à cultura. Esta primeira

figura dialéctica mostra que da violência se passa para a paz graças à emergência da cultura; todavia, não se ignora que na cultura irão aparecer outras figuras de violência, cuja solução exigirá outros esforços.

Valeria a pena confrontar esta apresentação da origem da violência com uma outra teoria do aparecimento da violência social, a de René Girard, principalmente em dois dos seus livros, *La violence et le sacré* [2] e *Des choses cachées depuis l'origine du monde* [1]. Desta teoria, que trata conjuntamente da origem da sociedade e da religião, retemos apenas o momento inicial. Para Girard, os seres humanos sempre, mas quase inconscientemente, souberam que o convívio social está ligado à violência. Com efeito, é o “desejo mimético”, isto é, o mimetismo do desejo, que está na origem de uma violência endémica desde a origem das sociedades. Aquilo que alguns desejam é automaticamente imitado e desejado pelos outros, o que despoleta uma violência mortífera. Segundo Girard, esta violência conjura-se pela constituição de um bode expiatório, destinado a atrair sobre ele toda a violência do grupo; desta maneira o grupo liberta-se da sua própria violência. Omitimos aqui a referência ao papel da religião.

Em resumo, por um lado, o desencadeamento da violência na sociedade, e, por outro, a afeição e o amor, que envolvem o aparecimento de um novo ser humano e que se podem prolongar no afecto das relações familiares e nas verdadeiras amizades, parecem fazer igualmente parte da emergência da sociedade. Afectividade saudável e violência social parecem tão originárias uma como a outra. Porém a inversão desta afirmação reduplica-se; é na afectividade que podemos encontrar também as maiores perversidades, tal como os grupos sociais podem tornar-se, por sua vez, modelos de uma desejável convivência pacífica. Contudo, se esta situação lembra a expressão da Kant, quando falou da “insociável sociabilidade” [5] do ser humano, não podemos, do ponto de vista ético, pôr em pé de igualdade o mal da violência perversa e o bem das relações afectivas conseguidas. Eticamente, o mal, como afirma Kant [4], pode ser radical, mas nunca ontologicamente originário, sob pena de cairmos num aberrante maniqueísmo ético. Este não é, todavia, o lugar para comentar esta tese.

No fim de contas, podemos afirmar que sendo um “ser de relação” a pessoa tem a tarefa de ser tornar naquilo que ela é. Esta expressão, retomada por Goethe, pode ser comentada de modo simples. Na existência humana existe

uma profunda diferença entre ser-se um *indivíduo* e ser-se uma *persona*. Um ser humano que fica encerrado no seu egoísmo e que não faz senão utilizar os outros para o seu interesse privado corta-se da sua definição de “*persona* como ser de relação”. Com efeito, ele limita-se a ser um mero *indivíduo* humano. Paul Ricœur tinha razão quando definia a *persona* ética como um ser capaz de assumir responsabilidades não apenas pelo seu próprio bem, mas pelo bem de outros. Permito-me lembrar aqui uma afirmação do filósofo na última conferência que pronunciou, em 1999, em Lisboa. Querendo caracterizar de modo sintético a ética vivida, afirmou o seguinte: pode-se dizer que o essencial da ética reside neste aforismo: “*é bom que tu vivas*”. Poderíamos comentar esta expressão dizendo que é só o amor que nos faz passar de indivíduo humano para *persona*. Foi o mesmo Paul Ricœur que, no seu livro de 1990, *Soi-même comme un autre* [8], distinguiu duas formas da identidade humana: a *identidade-idem* e a *identidade-ipse*. Simplificando muito a tese de Ricœur, diremos que a *identidade-idem* (ou ser o mesmo, isto é a *mesmidade*) se refere àquilo que no ser humano permanece quase igual e involuntário: o temperamento, grande parte do código genético, o estilo que marca o agir. Em contrapartida, a *identidade-ipse* ou *ipseidade* evoca o que faz de cada um de nós um ser pessoal que ganhou a sua personalidade graças aos seus feitos em proveito dos outros e, deste modo, de si próprio.

Podemos afirmar, na senda de Paul Ricœur, uma certa equivalência entre a *identidade-idem* e o *indivíduo* humano, por um lado, e, por outro, entre a *identidade-ipse*, a identidade do *si próprio*, e aquilo a que chamamos *persona*. Sem amor, o *indivíduo* não ganha a sua verdadeira identidade de *persona*. Esta passagem do indivíduo para a *persona* constitui o itinerário dinâmico que cada ser humano tem por missão realizar. Este itinerário significa que conquistamos a nossa verdadeira personalidade na medida em que incluímos em nós a *persona* dos outros. Em termos hegelianos, pode-se dizer que é passando por aquilo que *não somos* (isto é, pela relação com as outras *personas*) que nos tornamos *nos próprios*. Esta “negatividade” (no sentido que lhe dá Hegel) é o único caminho para ganhar a nossa identidade *própria* ou verdadeiramente pessoal.

Sendo necessário concluir este prefácio, fá-lo-ei retomando a questão inicial: *como dialogar com quem não quer ouvir?* Não ouvir é também uma maneira, não de falar, mas de comunicar. Seria bom saber quais as razões pelas

quais não se quer ouvir. E se o parceiro de diálogo não quer falar, pelo menos podemos tentar pôr-nos à sua escuta, deixando-o falar daquilo que o move ou anima. Com a idade, acabamos todos por perceber que a maior parte das pessoas deseja ser ouvida e que poucos são os que têm a paciência de ouvir, antes de dialogar, ou mesmo sem entrar em diálogo. Ouvir pode curar; ouvir com atenção e sem falar pode ser libertador para quem deseja ser ouvido. Em contrapartida, falar sem parar pode ser uma maneira de bloquear o diálogo, como se faz em determinadas conversas políticas em que os parceiros de diálogo tentam apenas convencer os auditores dos programas televisivos e não os seus próprios parceiros de diálogo.

O caso mais complexo de diálogo surge quando o interlocutor se faz portavoz de teses totalmente inaceitáveis. A dificuldade consiste então na avaliação daquilo que se qualifica como inaceitável. Existe com efeito, o inaceitável, embora tolerável, o que exige de nós um exercício de tolerância, e o absolutamente intolerável, porque contribuiria para destruir as bases do nosso viver-em-conjunto. A complexidade da problemática da tolerância reside na determinação do limiar para lá do qual se ergue o absolutamente intolerável. Nesses casos, apenas o diálogo que tenta encontrar um meio de acordo, ainda que provisório, é susceptível de evitar o conflito. Contudo, nestes casos, o conflito pode, no campo da política internacional, degenerar em guerra, como acontece na actual guerra da Ucrânia. Ora, para fazer a guerra, é apenas necessário *querer* fazê-la. Esta aparente tautologia tem sentido porque implica que nunca existe uma necessidade intrínseca e determinista de começar uma guerra. Se para fazer a guerra, é preciso querer fazê-la, do mesmo modo, para realizar a paz, é apenas necessário querer fazê-la de modo bilateral. Guerra e paz dependem da vontade humana e não de factores deterministas.

O fenómeno da guerra dramatiza um traço que caracteriza toda a forma de diálogo. Com efeito, por si próprio, o diálogo não tem fim. Na introdução da sua complexa *Logique de la Philosophie* [9], Eric Weil já reconhecia que pôr fim a um diálogo é, muitas vezes, um acto de violência, porque é sempre possível prolongá-lo a partir de outros argumentos ainda não suficientemente clarificados. Tal é o caso em muitos debates nos Parlamentos nacionais e internacionais. Neste sentido, estabelecer um limite ao diálogo é necessário, embora seja comparado por Eric Weil a um acto benigno de violência. Paralelamente,

constatamos que o fim de uma guerra se realiza quase sempre pela retoma do diálogo.

Já demasiadamente longas, estas considerações não podem atrasar mais a entrada na leitura deste livro. A pluridisciplinaridade dos temas tratados dá ao Diálogo uma vida multifacetada verdadeiramente preciosa porque sempre estimulante. Por isso mesmo, este Prefácio era inútil.

Bibliografia

1. Girard, R., *Des choses cachées depuis l'origine du monde*, Grasset, 2001 [1978].
2. Girard, R., *La violence et le sacré*, Grasset, 1972.
3. Hegel, G. W. F., *Phénoménologie de l'Esprit*, Gallimard, 1993 [1807].
4. Kant, I., *A Religião nos Limites da Simples Razão*, Edições 70, 2008 [1793].
5. Kant, I., "Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita", in *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Edições 70, 2004 [1784], pp. 21-55.
6. Malraux, A., *Les voix du silence*, Gallimard, 1951.
7. Merleau-Ponty, M., *Phénoménologie de la perception*, Gallimard, 1945.
8. Ricœur, P., *Soi-même comme un autre*, Seuil, 1990.
9. Weil, E., *Logique de la philosophie*, Vrin, 1950.

Introdução

Gonçalo Marcelo¹

Pedro Matos Pereira²

Ana Sanchez³

Mara de Sousa Freitas⁴

Vivemos num tempo atravessado por contradições e paradoxos. Uma visão otimista da marcha da história – porventura imbuída pelos ideais herdados do Iluminismo e constatando os inegáveis progressos dos últimos séculos em termos de avanço no conhecimento científico e possibilidade de acesso à educação – talvez esperasse que, por esta altura, vivêssemos em sociedades marcadas por comportamentos epistemicamente racionais. Desse ponto de vista, a comunicação entre as pessoas tenderia para o mesmo ideal. Tomemos o exemplo do surgimento da Internet e a forma como ela revolucionou a maneira como acedemos à informação e como comunicamos uns com os outros. Se analisada sob este ideal otimista e tendo em conta as expetativas a ela inicialmente associadas, a Internet ter-se-ia tornado uma espécie de esfera pública habermasiana racionalizada [5] na qual, sem constrangimentos trazidos pela distância geográfica ou por desigualdades de estatuto ou poder, os utilizadores poderiam não só partilhar interesses, conhecimento e fazer comércio, como também trocar argumentos de forma civilizada à escala global.

No mesmo espírito, a vaga de democratização na Europa das últimas décadas do século XX e a aura de inevitabilidade que a forma liberal de democracia parecia ter adquirido no virar do século, também contribuíram para a mesma expetativa otimista. Com efeito, parte do credo liberal tem como pressuposto que a garantia de liberdades individuais e limitação de poderes, conjugada com uma soberania popular mediada pelos mecanismos representativos, evitará abusos individuais de poder e tenderá para um equilíbrio que favorece os interesses gerais da população. Ainda dentro deste sistema de

¹ CECH-UC e SJC-ACL.

² ITQB NOVA e SJC-ACL.

³ ITQB NOVA.

⁴ IB-UCP e SJC-ACL.

valores integrantes daquilo a que podemos chamar, de forma não pejorativa, a ideologia liberal, poder-se-ia esperar um comportamento generalizado de respeito pela diferença, e nomeadamente pela opinião alheia e pelos traços de pertença que nos são estranhos. Por outras palavras, as diferenças de religião, opção política, nacionalidade, ou outras, deveriam ser respeitadas num espírito de tolerância ou mesmo de celebração da diversidade e da unicidade humanas.

Tomando como exemplo o contexto europeu, e sobretudo o projeto da União Europeia naquilo que ele tinha de melhor em termos de projeção de paz, prosperidade e proteção dos direitos humanos à escala europeia no rescaldo do horror da Segunda Guerra Mundial, esta esperada racionalização estender-se-ia a uma ausência de guerra, a uma prosperidade bem distribuída, com vista à justiça social, e a uma proteção efetiva dos direitos de todos.

Contudo, não é preciso fazer muito esforço para constatar a discrepância entre esta projeção idealizada e a situação vivida atualmente. Na verdade, fatores de diferentes origens conjugaram-se, criando uma situação complexa. Mencionemos, sucintamente e ainda antes de os apresentar de uma forma mais desenvolvida, três deles: a polarização, a desinformação e a confiança na ciência (ou falta dela).

Por 'polarização', normalmente entende-se a deriva das escolhas políticas para os extremos e o esvaziamento do chamado 'centro' político. Contudo, este é um fenómeno mais vasto e cujos principais problemas são outros. De facto, e embora sendo um termo geralmente utilizado no domínio da política e associado a crenças políticas 'extremas', a verdade é que a 'polarização' pode aplicar-se a qualquer sistema de crenças partilhado que funcione em circuito fechado, tornando-se imune à revisão de crenças e hostil em relação ao exterior. Outra forma de o descrever é como estando associado ao "tribalismo" [2], fenómeno no qual a adesão a crenças e a adoção de preferências estão intimamente ligadas com a identificação com características e comportamentos partilhados, e que tendem a implicar a adoção de enviesamentos em relação a tudo aquilo que favoreça o nosso próprio grupo, por exemplo ao confirmar as suas crenças de base, e, por conseguinte, a negar (mesmo sem evidência) aquilo que, por outro lado, se origine fora do grupo e possa tender a colocá-lo em causa.

A polarização, por outras palavras, opera numa lógica de hostilidade que identifica o 'outro' como inimigo e é geralmente marcada pela tentativa de

assegurar a coesão intragrupal por oposição a tal inimigo. Assim, e enquanto lógica social, favorece igualmente uma adesão um tanto ou quanto acrítica às crenças de base desse grupo, o que leva as pessoas a negligenciar a virtude epistémica da ‘abertura de espírito’ pela qual nos podemos deixar convencer de que estávamos enganados, ou a ser acolhedores da salutar convivência com a diferença e a pluralidade. A polarização pode ser descrita como não se restringindo ao domínio político, porquanto, sendo marcada pela distância, que por vezes parece não ser passível de mediação, entre diferentes sistemas de crenças, também se pode aplicar a outros domínios, como o da crença científica [8]. Assim, tanto encontramos um estado de polarização entre populistas como os apoiantes de Trump e Bolsonaro (ou até de Maduro) e outros partidos políticos, como entre ‘negacionistas da ciência’, como os terraplanistas e os movimentos anti-vacinação, e todos aqueles que depositam confiança na ciência.

Um segundo fator é a chamada ‘desinformação’, muitas vezes associada a um clima de ‘pós-verdade’ ou, como Kellyanne Conway o descreveu num discurso que se celebrou (e não pelas melhores razões), ‘factos alternativos’. Esta é marcada, sobretudo no domínio digital, pela proliferação de ‘notícias falsas’ e, muitas vezes, pelas chamadas ‘Teorias da Conspiração’ [3]. As razões para a sua multiplicação exponencial em anos recentes são múltiplas, e vão desde a simples monetização e exploração comercial (a ‘economia dos *clicks*’) à manipulação deliberada para fins políticos ou outros. A isto junta-se um sentimento crescente de alienação e impotência que torna atrativo o conceito de uma força ‘poderosa’ que conspira contra nós. Nas suas múltiplas variedades – e que passam pela informação simplesmente errada, enviesada ou tirada do contexto, indo até à ficção propositadamente fabricada para fins perniciosos, por mais difícil que seja provar esta intenção ou a sua origem –, a desinformação constitui um obstáculo adicional à possibilidade de uma conduta epistemicamente racional. A desinformação alimenta e reforça a polarização, estando muitas vezes na base da percepção enviesada das pessoas sobre diferentes fenómenos e, frequentemente, reforçando a demonização do ‘outro’.

Entre os múltiplos domínios nos quais a polarização e a desinformação fazem sentir os seus impactos, detenhamo-nos no da ciência e, mais especificamente, na percepção pública da ciência e respetiva confiança que nela é depositada. É surpreendente a força, sobretudo noutras latitudes que não a

portuguesa, de movimentos como o da negação da influência humana nas alterações climáticas (ou até da negação de que existam), o dos terraplanistas, ou os movimentos anti-vacinas. Estes últimos tiveram, por razões óbvias, um destaque acentuado durante a pandemia de Covid-19, relacionando-se com variadas Teorias da Conspiração ligadas não só às vacinas contra a Covid-19, como também à própria origem deste vírus e a medidas de saúde pública, como o uso das máscaras.

Para a atitude racionalista de tipo iluminista, pode parecer surpreendente que, em pleno século XXI, se acredite que a Terra é plana ou se adira a outro tipo de crenças “estranhas”. E, no entanto, aqui chegámos. No contexto da “pós-verdade” e dos “factos alternativos”, os sistemas de crenças relativizam-se e isolam-se, podendo polarizar-se. E se, como advoga McIntyre [9], referindo-se às comunidades de ‘negacionistas da ciência’, a razão para a adesão às crenças (mesmo as que parecem absurdas) se prende mais com a identificação com uma comunidade, por sua vez reforçada por razões ideológicas e afetivas... por que não acreditar-se no que quer que seja? E note-se que a putativa refutação destas crenças pode servir de reforço ao sentimento de se ser negligenciado ou perseguido, precisamente em virtude das suas próprias crenças [9, p. 16].

É fácil de entender até que ponto este intrincado complexo de problemas coloca desafios, não só à ciência, mas também à democracia, às políticas públicas e à vida em sociedade. De facto, crenças ‘estranhas’ que aparentemente negam a evidência (científica ou outra) poderiam ser vistas como um problema meramente privado. Mas acontece que essas crenças se podem colocar no caminho da implementação das políticas públicas, como se viu no caso do ceticismo em relação às vacinas no caso da pandemia de Covid-19 e como se vê, em muitos casos, no que diz respeito às alterações climáticas. Os desafios são, por isso, grandes e, por sua vez, exigem abordagens necessariamente interdisciplinares, que passam pela Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais (com ênfase óbvia na Sociologia e na Ciência Política), pela Bioética e pela Comunicação, sobretudo pela comunicação de ciência e pelo Jornalismo.

Eis, portanto, um sinal das contradições e paradoxos invocados logo no início desta introdução. Apesar dos avanços no conhecimento, vivemos num tempo em que muitas pessoas optam por alguma forma de ignorância ou de

fechamento de espírito. Muitos serão os fatores que porventura o explicam, desde a desigualdade no acesso à educação, sobretudo à educação de qualidade (fruto da degradação das condições da escola pública em diversas latitudes), passando por outros tipos de desigualdade, como aquela que inclui a discriminação de alguns grupos sociais e a própria desigualdade económica, que muitas vezes está na base de tudo o resto. A lista destes fatores incluirá certamente o ideológico e a endoutrinação, ligados a um uso perverso de uma racionalidade instrumental que manipula para efeitos de ganhos económicos, políticos, ou outros. E talvez ainda possamos aventar que a dinâmica de mercados ‘amorais’ que supostamente apenas respondem à procura e às preferências dos utilizadores (ou àquilo que se calcula que elas sejam), numa lógica de predição de comportamentos para fins comerciais, típica daquilo a que Shoshanna Zuboff chama o ‘capitalismo de vigilância’ [13] em ambiente digital, também contribuirá para reforçar os enviesamentos preexistentes, e muito pouco ou nada para os corrigir.

É verdade que a visão idealizada que descrevemos no início seria pouco provável de se realizar em todas as suas dimensões, e seria ingénuo acreditar que ela se realizaria. Porém, é preciso reconhecer que os problemas que aqui apresentamos são reais e genuínos, e denunciá-los também implica não ter uma visão igualmente ingénua sobre os fenómenos nos quais incidem. É necessário conhecer a História e a realidade presente. Com efeito, não é preciso acreditar na possibilidade de uma sociedade completamente livre do conflito (tal não existe, porquanto o conflito é uma lógica política constitutiva) para se criticar a polarização exacerbada e tentar mitigá-la, tal como não é preciso ser-se positivista, achando que a ciência constitui a única explicação legítima da realidade, para se defender a importância do conhecimento científico e reconhecer o seu valor intrínseco (valor social, científico e económico), o seu campo de objetividade e a sua utilidade para a definição das políticas públicas e, especialmente, na promoção do bem individual e procura progressiva do alargamento do bem comum.

É indubitável que a palavra e o discurso fazem parte do agir humano, da práxis humana, são um meio que acompanha as ações humanas, de modo a justificá-las e/ou tentar legitimá-las perante o outro. A palavra e o discurso tornam-se objeto legítimo, não somente da teoria da comunicação, mas também

da própria ética aplicada, em particular da Bioética, pois ambas visam a análise de conflitos morais (plano descritivo) e avaliam as formas e ferramentas de argumentação moral (plano da metaética) – encontrando-se, assim, num plano comum, o que faz o caminho normativo e/ou prescritivo – como agir para agir bem; o que deve ser feito? [6, p. 4].

Entre os múltiplos problemas elencados acima, e reconhecendo a complexa rede de interligações entre eles, este volume opta por colocar à cabeça, como tema agregador, o do diálogo difícil, sob a forma de uma questão: *como dialogar com quem não quer ouvir?*

Tal tema insere-se na longa tradição de valorização do diálogo, cujas raízes filosóficas, na nossa tradição cultural, remontam ao diálogo socrático. A centralidade do diálogo encontra variados exemplos ao longo da história da filosofia, por exemplo nas obras de Buber, Bakhtin, Levinas ou Gadamer. O pressuposto do diálogo é sempre o da insuficiência da perspectiva autocentrada, não só no que diz respeito ao conhecimento do mundo, mas também de si mesmo e da alteridade. Em certo sentido, o diálogo é um dos requisitos da abertura de espírito e, certamente, um dos requisitos de uma racionalidade epistémica intersubjetivamente mediada. Sem diálogo, não há acesso ao testemunho de outrem, e nenhuma compreensão é possível.

O diagnóstico desta dificuldade em dialogar também não é, claro, originalidade nossa, nem deste volume. Outras vozes o descreveram em anos recentes, tendo em conta um pano de fundo semelhante, pelo menos em parte, ao que descrevemos aqui, e outros projetos foram montados para tentar encontrar soluções para este problema. Uma das grandes referências é o livro *How to Have Impossible Conversations*, de Peter Boghossian e James Lindsay [1]. Nessa obra, que pretende ser, conforme o próprio subtítulo indica, um “guia prático” para se ter essas conversas tidas como “impossíveis”, são dados vários conselhos para se conseguir ultrapassar as barreiras dos diálogos difíceis, inclusive com quem parece “não querer ouvir”.

Na definição de Boghossian e Lindsay, “conversas impossíveis” não são aquelas situações em que as pessoas literalmente se recusam a escutar ou a falar, ou nas quais há ameaça de violência física ou outra. São, na verdade, as conversas que “parecem fúteis, porque têm lugar através daquilo que parece ser um abismo intransponível de desacordo em relação a ideias, crenças,

moralidade, política ou mundividências” [1, p. 8]. Assim, o ‘não querer ouvir’ significa, na verdade, o não querer saber, no sentido em que o outro até pode falar mas pressupõe-se que falará sempre ‘para o boneco’ porque nada nos parece predispor para que acreditemos naquilo que dirá – aquele que tem crenças diferentes ver-lhe-á negada, nesses casos, qualquer tipo de credibilidade epistémica.

Os autores sugerem que, apesar da dificuldade, há vantagens em tentar ter estas ‘conversas impossíveis’, na medida em que elas permitem reconhecer a diversidade de opiniões, manter integridade intelectual e, até, nalguns casos, a possibilidade de, contra todas as expectativas, conseguir fazer com que algumas pessoas mudem o seu ponto de vista. O livro “treina” os leitores nesta arte do diálogo difícil, avançando das competências mais básicas para se ter uma conversa frutífera com preceitos como ‘fale menos e escute mais’, ‘construa a relação’, ‘não pregue a sua verdade’ ou ‘saiba quando parar’, até a técnicas cada vez mais complexas para se tentar mudar a opinião dos nossos parceiros de diálogo. Estas incluem: a adaptação do nosso próprio comportamento, por exemplo, admitir as falhas do nosso próprio ponto de vista e a existência de extremistas ‘do nosso lado’, ter um comportamento irrepreensível durante o diálogo para tentar dar o exemplo; a modulação do nosso juízo sobre outrem, focando-se em compreendê-lo, incluindo na forma como raciocina e o que o leva a não ter abertura de espírito e não em culpá-lo; e, em última instância, tenta preparar-nos para as conversas verdadeiramente difíceis, mencionando a gestão de emoções, a necessidade de, por vezes, não argumentar com base em factos (porque pessoas com sistemas de crenças diferentes terão critérios diferentes para o que conta como ‘evidência’) e aprender a falar os ‘diferentes dialetos morais’ de outrem, para conseguir compreender os seus valores e argumentar, por assim dizer, a partir de dentro.

Nada disto, claro, é garantia exata de qualquer tipo de sucesso neste tipo de diálogos impossíveis, e também nada nos diz sobre os casos em que as pessoas literalmente não querem ouvir. Mas oferece uma panóplia de caminhos possíveis para que se tente. Um dos autores que seguiu em parte estas pistas e de facto tentou ter ‘conversas impossíveis’ foi Lee McIntyre em *How to Talk to a Science Denier* [9]. Nesse livro descobrimos a curiosa história de como este filósofo da ciência foi à Convenção do movimento terraplanista dos EUA em 2018

e descobriu o seu carácter de seita; como analisou, através de diversas tentativas de diálogo, a maneira como os terraplanistas raciocinam e o que para eles conta como evidência, as racionalizações a que se dedicam para tentar justificar as suas crenças, a sua inerente desconfiança em relação à autoridade e ao pensamento dominante, e os limites a que podem ser levados na sua crença quando a vêem desafiada.

McIntyre, que também aborda outros casos de desconfiança em relação à ciência, como os movimentos anti-vacinas e de negação das alterações climáticas, confirmou aquilo que a literatura anterior já tinha estabelecido em relação a algumas das características dos 'negacionistas da ciência', nomeadamente a escolha seletiva de evidência, a crença em Teorias da Conspiração, a confiança em falsos peritos, os erros lógicos de raciocínio e as expectativas irrealistas em relação à ciência [7]. No entanto, McIntyre continua a acreditar na possibilidade de mudar as ideias de alguns, ainda que reconheça os limites da abordagem individual do diálogo: é impossível mudar a opinião de todos, um a um, pelo que o enfoque passa também a ser, como para muitos outros autores, a abordagem na educação e comunicação de ciência. Abordagem que, como outros autores argumentam, deve ser complementada pela necessidade de regulamentação mais forte do ambiente digital, de forma a torná-lo menos propício à disseminação da desinformação e da manipulação [10].

*

Foi com consciência da relação entre todos estes problemas e da necessidade de aprofundar estas e outras soluções que o ciclo de 2021-2023 do Seminário de Jovens Cientistas (SJC) da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) organizou o Ciclo de Conferências que deu azo a este volume. Precisamente intitulado *Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: para lá da polarização e da desinformação*, o Ciclo decorreu entre 13 de dezembro de 2021 e 11 de julho de 2022.

O SJC é, hoje, um dos Institutos que compõem a ACL. Criado em 2010, o objetivo deste Seminário é promover a ligação à Academia de membros jovens da comunidade científica, visando também dinamizar a atividade da Academia no seio da própria sociedade. O SJC integra, em ciclos com a duração de três

anos, vinte jovens investigadores (entre os 30 e os 40 anos), dez na área das Ciências e outros dez na área das Humanidades, sendo especialmente incentivados a desenvolver atividades de natureza transdisciplinar e relevância social [12].

Foi com esses objetivos em mente que o SJC lançou este Ciclo de Conferências, uma iniciativa coordenada por Gonçalo Marcelo, Pedro Matos Pereira (ambos membros do ciclo 2021-2023 do SJC) e Ana Sanchez, naquilo que foi uma parceria entre o SJC e o Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade Nova de Lisboa, e o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, instituições de acolhimento destes três investigadores.

O ciclo abordou estes que são temas de inegável relevância social, pretendendo com isso não só contribuir para a tarefa de comunicação e disseminação da investigação mas também, e sobretudo, envolver especialistas, público e sociedade civil numa estratégia de intervenção que visava, ainda que de forma modesta, contribuir para que estes problemas pudessem ser colmatados. Importa referir que o presente ciclo 2021-2023 do SJC, que agora se aproxima do fim, foi evidentemente muito marcado pela experiência da pandemia e todos os constrangimentos que impôs. Assim, este foi o primeiro evento público do próprio SJC durante este ciclo e, num momento que ainda era de cautela e restrições, decorreu integralmente em formato remoto, com recurso à aplicação Zoom.

No âmbito desta tarefa de abertura da ACL à discussão de problemas com enorme relevância social, e tendo em conta a complexidade dos mesmos, a abordagem teria de ser sempre interdisciplinar. Assim, o ciclo, que teve sete sessões, incluiu convites a filósofos, antigos responsáveis políticos, cientistas (incluindo cientistas sociais), divulgadores de ciência e jornalistas. As primeiras seis sessões foram temáticas⁵, agrupando temas como a democracia e a polarização política, a pseudociência e a desinformação, a confiança na ciência

⁵ A saber: 1) “Democracia, Ciência e Polarização Política”, com Renato Janine Ribeiro, a 13 de Dezembro de 2021; e, em 2022, 2) “Ciência, Pseudociência e Desinformação”, com Carlos Fiolhais e David Marçal, a 17 de Janeiro; 3) “Difficult Dialogue and Narrative Exchange: the Guestbook Project”; 4) “Origens da Desinformação e Fake News” com Inês Narciso e Vera Novais”, a 14 de Março; 5) “Confiança na Ciência: crenças e perceções”, com Ana Delicado, a 18 de Abril; e 6) “Efeitos da Desinformação e como contrariá-los”, com Marta Moreira Marques e Joana Gonçalves de Sá, a 16 de Maio.

e as origens e efeitos da desinformação, enquanto a sessão de encerramento consistiu num debate aberto reunindo a generalidade dos conferencistas e incluindo alguns convidados adicionais, selecionados entre o público das sessões anteriores do ciclo, que, por terem reflexão relevante sobre o assunto e terem acompanhado os trabalhos, trouxeram valiosos contributos iniciais para esta reflexão final⁶.

Tendo em conta a estratégia de disseminação e intervenção, que era uma componente deste Ciclo de Conferências, as sessões foram transmitidas simultaneamente por Zoom e no canal YouTube do SJC, ficando depois permanentemente disponíveis neste último⁷. Um dos resultados da reflexão final promovida na sessão de encerramento foi a decisão de continuar o trabalho a um nível diferente, nomeadamente através da organização do presente volume, editado pela equipa de coordenação do Ciclo e também por Mara de Sousa Freitas, também ela membro do SJC, e coorganizadora da referida sessão de encerramento.

Tendo em conta que os vídeos de todas as sessões estão disponíveis no YouTube, o mote lançado aos convidados, isto é, aos conferencistas e participantes na sessão de encerramento, foi a que produzissem textos que, não sendo necessariamente reproduções fiéis das suas apresentações orais, apresentassem desenvolvimentos dos temas que tinham abordado e que, de uma forma geral, dessem seguimento ao repto que aparecia sempre sob a forma da pergunta que deu o título geral ao Ciclo, e que por diversas vezes foi sendo colocada durante as sessões: *como dialogar com quem não quer ouvir?*

À luz desse convite, ao qual a maior parte dos intervenientes felizmente pôde responder favoravelmente, foi possível reunir os textos que compõem este volume: oito capítulos principais, aos quais se juntam o prefácio de Michel Renaud, o posfácio de Maria Manuela Chaves⁸ e a presente introdução. Em todos os casos, exceto no do texto de Richard Kearney, os capítulos não

⁶ Na sessão de encerramento, que teve lugar a 11 de julho de 2022, participaram Ana Delicado, Jorge Soares, Inês Narciso, Joana Gonçalves de Sá, João Bettencourt Relvas, Maria Manuela Chaves, Mara de Sousa Freitas, Michel Renaud, Nelson Ferreira e Renato Janine Ribeiro, para além dos três coordenadores do Ciclo, Gonçalo Marcelo, Pedro Matos Pereira e Ana Sanchez, que moderaram as sessões ao longo de todo o Ciclo.

⁷ Todas as sessões podem ser consultadas na [playlist](#) deste Ciclo.

⁸ Presidente do SJC, numa direção que também é, neste momento, composta por Helena Buescu e Jorge Buescu, respetivamente eleitos pelas Classes de Ciências e Letras.

correspondem às apresentações originais embora, nalguns casos, possam ser parcialmente baseados nelas. Quanto ao texto de Richard Kearney, e na impossibilidade de produção de um novo texto de raiz, optou-se, em colaboração com o autor, por se traduzir para português uma versão editada da conferência original, contribuindo assim para a disseminação em formato diferente de uma sessão muito relevante para os problemas em discussão no Ciclo. Um dos capítulos, da autoria de Nelson Ferreira (participante na sessão de encerramento), é inteiramente novo, bem como o são, evidentemente, os textos do prefácio, introdução e posfácio.

*

Sem pretensão de exaustividade e certamente sem dispensar a leitura atenta dos capítulos que se seguem, façamos uma breve introdução a cada um deles. A ordem seguida teve como base a das sessões do Ciclo, com algumas alterações que aprofundam a uma lógica de desenvolvimento temática.

O primeiro capítulo, da autoria de Renato Janine Ribeiro e intitulado “Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: causas e remédios para a destruição extremista da comunicação” é, entre os textos reunidos neste volume, aquele que mais explicitamente se debruça sobre a componente política deste complexo de problemas. Janine Ribeiro, especialista em ética e filosofia política, antigo ministro da Educação do Brasil e atualmente presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é, com certeza, um dos autores mais capazes de enfrentar as múltiplas vertentes dos temas reunidos neste ciclo, com ênfase na problemática política, juntando-lhe a capacidade de fazer análises comparativas entre as situações portuguesa e brasileira, dado o conhecimento profundo que tem dos dois países.

No capítulo, o filósofo foca-se na ameaça consubstanciada nos movimentos seduzidos por valores antidemocráticos, bem como na perda de um solo comum de factos partilhados a partir do qual se poderiam dirimir dissensos razoáveis sobre valores e opções políticos. Como afirma Janine Ribeiro, “a discussão somente é possível com base em factos consensuados. É esse o sentido do diálogo: discordamos, mas sempre a partir de algo em que concordamos”. Com base nesse diagnóstico, o autor discorre sobre algumas

estratégias possíveis a adotar. Elas visam restabelecer o próprio valor da verdade e a desarticulação das bolhas ou ‘pacotes identitários’, bem como a transferência da divergência política para espaços surpreendentes que permitam acalmar a tensão. Na sua conclusão, Renato Janine Ribeiro advoga que é necessário um progresso concomitante na esfera da evolução económica e social, permitindo mitigar as causas do descontentamento que alimenta os valores antidemocráticos, e na esfera do pensamento, assim corrigindo os vícios mentais que levam ao abandono da procura da base factual e do diálogo.

O segundo capítulo foca-se na possibilidade do diálogo difícil, através do exemplo de um projeto muito concreto. Intitulado “Diálogo Difícil e Partilha de Histórias: o Guestbook Project” e da autoria de Richard Kearney, com tradução de Gonçalo Marcelo, o capítulo inclui, num primeiro momento, uma reflexão filosófica sobre a tessitura das nossas identidades, defendendo o modelo da identidade narrativa (as nossas identidades pessoais e coletivas são, basicamente, entendidas como histórias) e sobre a forma como interpretamos a alteridade no encontro com o outro, refletindo sobre a passagem (muitas vezes considerada impossível) da hostilidade para a hospitalidade. Argumentando que existe sempre uma dialética entre a identidade e a alteridade, e que, de certa forma, também existe alteridade no seio da nossa própria identidade (há sempre aspetos de nós mesmos que nos parecem estranhos), discorre sobre a possibilidade da tradução enquanto modelo possível para entender a difícil hospitalidade – acolher o outro é também traduzi-lo, recebê-lo na nossa língua, embora exista sempre um resíduo de intraduzibilidade que tem de ser respeitado.

Na segunda parte do capítulo, o filósofo irlandês apresenta alguns exemplos de diálogos difíceis, promovidos no contexto do Guestbook Project [4], um projeto internacional codirigido por ele e sediado em Boston. No âmbito desse projeto convidam-se jovens oriundos de comunidades historicamente divididas a partilharem as suas histórias em diálogo. O exercício pressupõe um duplo movimento. Primeiro, conta-se a história de como cada um vê o outro, incluindo as razões, muitas vezes ancestrais e comunitárias, para que possa haver animosidade ou, nalguns casos, apenas desconhecimento e desencontro de pontos de vista em relação ao outro. Razões que, em todos os casos, não são pessoais, mas ligadas à história da relação entre as comunidades de cada um. Depois, assim que o conflito está patente, convidam-se os jovens a contar

uma terceira história através da qual, de alguma forma, trocam de lugar e tentam ver o assunto pelos olhos do outro, tentando simultaneamente entender o outro e encontrar um solo comum, uma conciliação possível. Estas histórias são gravadas em vídeo e disponibilizadas pelo Guestbook Project, com o objetivo de inspirar diálogos mais alargados e possíveis reconciliações. São dados vários exemplos destes diálogos: entre duas jovens (uma católica, a outra protestante) na Irlanda do Norte, entre uma jovem japonesa e outro coreano, um sérvio e uma croata e um turco e uma arménia. Ao longo destas histórias são dadas várias indicações sobre como promover estes difíceis diálogos, de que são exemplos o uso do humor ou a catarse narrativa.

Na parte final do capítulo inclui-se uma versão editada do debate que se seguiu à intervenção oral de Richard Kearney, e que inclui, entre outros elementos de interesse, uma reflexão sobre a ligação entre a intervenção individual em diálogo e a transformação coletiva, ou a estratégia de contar melhores narrativas para intervir na problemática da desinformação.

O terceiro capítulo, “Considerações sobre Pseudociência, Desinformação e os Obstáculos à Ciência com a Antiguidade como Pano de Fundo” escrito por Nelson Ferreira, serve simultaneamente de introdução histórica e de reflexão contemporânea aos temas da pseudociência e da desinformação. Não raras vezes, considera-se que a “pseudociência” e a desinformação são problemas especificamente contemporâneos – afinal, como poderia haver “pseudociência” antes do teórico nascimento da ciência (Moderna) como a conhecemos? Contudo, aquilo que este texto faz é, a partir da perspectiva da História clássica, mostrar como, ressaltando as devidas distâncias históricas, formas destes problemas já se encontravam na Antiguidade clássica.

Nelson Ferreira nota que dogmas, analogias com o mundo sobrenatural e análises distorcidas por preconceitos sempre conviveram com o desenvolvimento das sociedades ao longo da história. Por outro lado, também o protesto contra as leituras limitadas dos fenómenos naturais baseadas em dados errados aparece desde cedo, e Ferreira dá o exemplo do filósofo e médico grego Galeno de Pérgamo. À sua maneira, Galeno contestava formas de desinformação baseadas em “falta de conhecimento especializado” mas legitimado “por um certo estatuto intelectual”, já no período da Roma imperial – ainda que, na verdade, haja limites para o paralelismo, como o autor reconhece,

uma vez que quer a Galeno quer aos seus contemporâneos faltava o manancial de conhecimento sobre o mundo que hoje tem a ciência moderna, e que é muitas vezes voluntariamente negligenciado pelos produtores e disseminadores contemporâneos de desinformação. O capítulo termina com uma reflexão sobre a forma como o erro pode ser útil na produção de conhecimento e como, por analogia, seria interessante que a comunidade científica conseguisse utilizar a desinformação para o “florescimento de novas ideias e melhoria quer na comunicação de ciência, quer na educação”.

O quarto capítulo, da autoria de Carlos Fiolhais, aprofunda a problemática da pseudociência e da desinformação, bem como das formas para as detetar e responder-lhes, a partir de uma perspetiva inspirada pela revolução científica associada à Modernidade. Em “O Mundo Infestado de Demónios ou a Actualidade de Carl Sagan”, Fiolhais parte do livro do grande divulgador de ciência Carl Sagan, *O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão* [11] para, argumentando sobre a sua atualidade, debater os problemas com que nos confrontamos nos dias de hoje em relação às crenças estranhas.

Na companhia de Sagan, Fiolhais lembra a importância da dúvida e do espírito crítico enquanto baluartes do método científico e enquanto bases de uma espécie de ‘kit para detetar disparates’, útil para a navegação da desinformação e da pseudociência. Lembrando os catastróficos resultados das lideranças de Trump e Bolsonaro em tempos de pandemia de Covid-19, Fiolhais advoga que grande parte da solução para os problemas invocados no nosso Ciclo de Conferências passa pela consolidação, mais do que dos conhecimentos que a ciência produz, do próprio “espírito da ciência”, tal como ele se encontra expresso no método científico, e que Fiolhais resume na cadeia entre as hipóteses, observação, experimentação, raciocínio lógico e conclusões. Como características do tal ‘kit para detetar disparates’ enquanto manual para sinalizar erros de raciocínio, são encorajadas, entre outras, a confirmação independente dos factos, a consideração de várias hipóteses, a navalha de Occam e a refutabilidade, não se esquecendo, também, a importância de evitar as falácias. Neste capítulo, Fiolhais relembra igualmente a importância da ciência para a democracia, porquanto ambas requerem debate vigoroso, honestidade e crítica rigorosa, visando desmascarar aqueles que apenas “se limitam a simular o

conhecimento” [11, p. 63]. Na sua conclusão, Carlos Fiolhais retoma a importância da educação para a deteção das diversas formas de erro, sobretudo tendo em conta as metamorfoses do mundo digital.

Já o quinto capítulo, escrito por Ana Delicado, focando-se igualmente na comunicação de ciência, introduz uma interessante modulação na nossa questão de base. Intitulado “Dialogar Com Quem Não É Ouvido: a comunicação de ciência para grupos excluídos”, a socióloga assinala um problema que muitas vezes ou passa despercebido ou, pelo menos, não recebe a devida atenção: o elitismo da ciência e da comunicação de ciência. Com efeito, a questão não é só que haja quem ‘não quer ouvir’ aquilo que a elite científica ou política quer de alguma forma descrever e prescrever; é também que quem, como algumas minorias e grupos historicamente discriminados, muitas vezes com indivíduos afetados por múltiplas discriminações entrelaçadas de forma interseccional, frequentemente não é ouvido. E isto faz com que acabe também por ser excluído da comunicação de ciência. Os fatores que o explicam são complexos, mas parte dessa exclusão pode ser autoimposta, por uma perceção de que a ciência ‘não é para elas’, tendo em conta a sub-representação desses grupos na comunidade científica e, nalguns casos, a desigualdade de oportunidades de acesso a educação de qualidade, incluindo nas áreas científicas. No capítulo, Ana Delicado apresenta também a forma como a exclusão social tem sido analisada na literatura sobre a comunicação de ciência, e o que se sabe sobre esta problemática em Portugal.

A socióloga sustenta que, sob várias perspetivas, é necessário expandir o acesso ao conhecimento científico: porque, democraticamente, importa que todos tenham acesso a ele e que a educação providencie igualdade de oportunidades, o que, por sua vez, tem relevância política e cívica. Na segunda parte do capítulo, Ana Delicado apresenta dez bons exemplos de iniciativas que visam tornar a comunicação de ciência mais acessível e inclusiva em Portugal. Nas suas notas finais, para além do balanço sobre estes projetos e sobre a situação portuguesa, apela à criação de mais projetos *bottom up*, que partam das necessidades reais das populações afetadas.

O sexto capítulo, escrito por Vera Novais, jornalista e comunicadora de ciência, tem por título “Quando a desinformação chega com pezinhos de lã”. Nele, encontra-se uma reflexão sobre como lidar com a desinformação, sobretudo a

que incide sobre a ciência, incluindo formas de pseudociência, e um testemunho sobre a forma como uma jornalista de ciência atravessou o complicado período da pandemia de Covid-19. Este período foi marcado, por um lado, pela ênfase dada à ciência como resposta aos problemas levantados pela doença e pelas medidas restritivas impostas por governos por todo o mundo, mas também, por outro lado, por um manancial, talvez sem precedentes, de desinformação e pseudociência relacionada com vários aspetos da pandemia. Vera Novais aborda também a distinção entre diferentes formatos e variedades de desinformação como, por exemplo, a informação que até nem é falsa, mas é utilizada fora de contexto e, assim, manipulada.

A autora discute as origens da desinformação, incluindo as “fake news” e as suas consequências para o jornalismo. Um dos aspetos a ter em conta, sublinha, é que tanto cientistas como jornalistas lutam pela atenção mediática, o que pode levar a sistemas de incentivos perversos. Outro aspeto relevante são os interesses da indústria: as empresas conhecem bem os pontos fracos dos media e, se quiserem fazer campanhas de desinformação, como aconteceu com a indústria tabaqueira no passado, sabem como fazê-lo. Tudo isto levanta o problema de se saber a quem se podem confiar as notícias sobre ciência, as quais são, evidentemente, uma das componentes essenciais da sua disseminação. A jornalista invoca dados que mostram a confiança depositada pelos cidadãos europeus e norte-americanos nas comunidades médica e científica durante a pandemia, e que contrastam com a desconfiança sentida face a decisores políticos, jornalistas e empresários – o que torna problemáticas soluções que, necessariamente, envolverão sempre decisores políticos e talvez a indústria, sendo também necessariamente reportados por jornalistas.

Na parte final deste capítulo, Vera Novais discute formas de criar resistência contra a desinformação, assinalando-se as limitações da vigilância / censura da internet, e focando-se na deteção das técnicas de desinformação enquanto tais.

O sétimo capítulo, da autoria de Inês Narciso, tem como título “*What’s Next? Quatro Tendências a Considerar para o Futuro da Desinformação*”. O capítulo explora quatro tendências recentes relevantes para o futuro da desinformação e para a exploração de formas para a mitigar. São essas tendências: 1) a centralidade do indivíduo, pela relevância do conteúdo pessoal e pelo

desenvolvimento de exércitos digitais, sobretudo na era pós-pandemia; 2) a transformação das campanhas de desinformação modernas, que evoluíram para formas mais subtis nas quais a informação não é escandalosamente falsa, mas manipulada por alterações de contexto que induzem a ilusão de descoberta no utilizador; 3) a concentração da desinformação em plataformas de mensagens privadas e encriptadas, nas quais é muito mais difícil do que nas plataformas de redes sociais abertas traçar a origem da desinformação e os seus efeitos; e 4) o impacto da Inteligência Artificial, que torna as ferramentas de desinformação muito mais acessíveis a agentes com pouco ou nenhum do conhecimento técnico anteriormente necessário para se orquestrar campanhas de desinformação, e que faz prever uma muito maior prevalência das campanhas de desinformação no futuro, mesmo em pequena escala e contextos locais.

Ao analisar estas tendências, o capítulo de Inês Narciso dá-nos um instantâneo das mutações atuais e possíveis direções futuras da desinformação, visando tornar os atores institucionais e os utilizadores finais mais preparados para lidar com estes desafios e adotar estratégias de adaptação.

O oitavo e último capítulo intitula-se “A Importância de Saber que Não se Sabe: notas sobre a relação entre (sobre)confiança e desinformação”, sendo escrito por Joana Gonçalves-Sá e Cristina Mendonça. Como o título indica, o texto debruça-se sobre as circunstâncias nas quais a confiança no desempenho de uma determinada tarefa se pode tornar um problema, por existir em excesso, e por apresentar uma correlação com a crença em desinformação. Assim, o capítulo apresenta um manual de diferentes formas de medir a confiança, nomeadamente de forma absoluta, relativa e como precisão, e mostrando como funciona tal correlação. As autoras mostram também, de forma mais específica, a relação entre o excesso de confiança e diferentes objetos nos quais ele pode incidir, como a confiança no nosso conhecimento, na nossa capacidade de conhecimento, na fonte e na informação.

O capítulo revela-se de grande interesse não só por elencar as várias formas e objetos destes julgamentos de desempenho e os enviesamentos com os quais estão relacionados, mas também por apresentar investigação original sobre o grau de conhecimento mais suscetível de gerar tais enviesamentos. Assim, aprendemos com as autoras que quem mais sobrestima o seu grau de conhecimento não são nem os que têm muito nem muito pouco conhecimento,

sendo antes aqueles que têm algum conhecimento, ou seja, um grau intermédio, relativamente baixo, de conhecimento. Curiosamente, são também esses sujeitos epistémicos que têm atitudes mais negativas em relação à ciência. Permita-se-nos a extrapolação: parece que as coisas se passam mesmo consoante a hipótese platónica expressa na alegoria da caverna: a aquisição de um saber falso (ou parcialmente errado, ou apenas um simulacro de conhecimento), i.e., uma *doxa* ou opinião à qual nos agarramos, pode desviar-nos muito mais da aquisição de verdadeiro conhecimento (*episteme*) do que a simples ausência de conhecimento. Mas o corolário desta observação deve ser tido em conta pelos divulgadores de ciência, como as autoras sublinham: “é possível que quando, com as melhores intenções, cientistas e professores retiram muita da complexidade de uma explicação, aumentem um bocadinho o conhecimento e muito a confiança nesse conhecimento, dando a ilusão de compreensão a quem tem pouco conhecimento.”

Tal conclusão reforça outra, que se nos afigura de extrema importância, e que é a seguinte: devemos cultivar uma postura de dúvida saudável e humildade ativa. Mas aqui, quando se diz “devemos”, entenda-se também: nós, a comunidade científica e académica, em relação a quem tem opiniões muito diferentes das nossas. Voltamos, portanto, à necessidade de evitar o elitismo e a arrogância da própria comunidade científica e académica, e de não ceder à tentação de acusar demasiado rapidamente os outros de não quererem ouvir, quando na realidade podemos ser nós quem não ouve, ou não quer ouvir. Entendamo-nos: a irracionalidade e a ignorância grassam, mas não devemos nós mesmos pressupor nos outros essa irracionalidade, simplesmente porque as crenças de outrem não correspondem exatamente àquilo que esperamos. Como advertem Boghossian e Lindsay, ninguém gosta de receber lições; assim, ouvir ativamente os outros e focarmo-nos em compreendê-los é, também para nós, um preceito da primeira importância. A abertura intelectual tem de funcionar nos dois sentidos. A partir destes pressupostos, as autoras discorrem sobre as estratégias a adotar para se falar com quem não quer ouvir, incluindo como lidar com reações potencialmente negativas que as nossas tentativas de correção possam gerar. Concluem, igualmente, ser importante alinhar o nível de conhecimento das pessoas com o seu nível de confiança e auditar os algoritmos do nosso ambiente digital.

*

Esperamos que, ao chegarem ao termo deste volume, os leitores o tomem como um ponto de partida, e não de chegada. De facto, o livro abre para a importância destes problemas e sugere um manancial variado de soluções possíveis mas, como bem se perceberá, o complexo de causas e efeitos aqui abordados é móvel, evoluindo, e assim também terão de ser os diagnósticos e as propostas para o enfrentar. Estamos ainda, por conseguinte, no início do diálogo, um diálogo que, esperamos, se possa tornar cada vez mais profícuo, tanto com quem quer, como com quem, à partida, parece não querer ouvir, mas talvez o venha a fazer.

Bibliografia

1. Boghossian, P. e Lindsay, J., How to Have Impossible Conversations. A Very Practical Guide, Lifelong Books, 2019.
2. Brennan, J., Contra a Democracia, Gradiva, 2020.
3. Cassam, Q., Conspiracy Theories, Polity, 2019.
4. Guestbook Project. Disponível em <http://guestbookproject.org>.
5. Habermas, J., The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society. MIT Press, 1991.
6. Harris J., The Value of Life. An introduction to medical ethics, Routledge & Kegan, 1985.
7. Hoofnagle, M. and Hoofnagle, J., "What is Denialism", 30 April 2017. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4002823.
8. Marcelo, G., The Hermeneutics of Polarized Ideologies. Conflict, (Ir)rationality and Dialogue. Études Ricœuriennes / Ricœur Studies vol. 13, 1 (2022): 68-89. DOI: <https://doi.org/10.5195/errs.2022.595>.
9. McIntyre, L., How to Talk to a Science Denier. Conversations with Flat Earthers, Climate Deniers, and Others who Defy Reason. MIT Press, 2021.
10. Rini, R., Fake News and Partisan Epistemology, Kennedy Institute of Ethics Journal, Special issue: Trump and the 2016 Election, July 20, 2007. Disponível em <https://kiej.georgetown.edu/fake-news-partisan-epistemology/>
11. Sagan, C., O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão, Gradiva, 2012 [1.ª ed., 1997].
12. Seminário de Jovens Cientistas. "Apresentação". Disponível em <https://www.acad-ciencias.pt/institutos/apresentacao-do-sjc/>.

13. Zuboff, S., *The Age of Surveillance Capitalism. The Fight for a Human Future At the New Frontier of Power*, Profile Books, 2019.

Como Dialogar Com Quem Não Quer Ouvir: causas e remédios para a destruição extremista da comunicação

Renato Janine Ribeiro¹

Resumo: Não há democracia sem diálogo, o qual, por sua vez, exige um mínimo de referentes comuns entre as partes, nomeadamente entre factos e valores. O atual avanço da extrema-direita está ligado à perda do diálogo e à propagação da mentira. Para superar esse impasse, é preciso abrir espaço para se reconhecerem factos que o jornalismo apura e fenómenos que a ciência estuda, de modo a reconstituir o tecido social. Neste capítulo, algumas estratégias são sugeridas nessa direcção.

Talvez a maior questão a ameaçar a democracia, em nossos dias, seja a impossibilidade de diálogo com os que foram persuadidos pelos valores antidemocráticos. Que esses sempre existiram, pior ainda, perduraram nos dois ou três séculos mais recentes, enquanto prosperavam formas de governo e de convívio que aprimoraram o tecido social e político da humanidade, é facto. Mas a grande novidade é que, poucas décadas depois do extraordinário avanço político marcado pela queda das ditaduras de extrema-direita na América Latina e de esquerda na Europa Oriental, essas posturas tenham conquistado tantas vozes e tantos votos. Um fator que ainda agrava esse desenho é que os regimes autoritários e totalitários da segunda metade do século XX reinavam sobre populações geralmente descontentes, enquanto seus sucessores atuais contam com uma popularidade que é inédita desde os tempos do fascismo. Assim, a ditadura brasileira, como a portuguesa, somente se conservaram pela fraude eleitoral, isso quando permitiam eleições. Provavelmente, o único tempo em que a ditadura do Brasil terá sido popular deve ter sido aquele em que se somaram o chamado “milagre econômico” e a vitória no tricampeonato de futebol, ambos no início dos anos 1970 – e, mesmo assim, foi esse o período de mais intensa tortura, censura e privação das liberdades. Contudo, é chocante que, após trinta anos de regime democrático, em que cada vez mais cresciam os ganhos liberais

¹ Universidade de São Paulo.

e sociais que essa forma de governo proporciona², cerca de metade do eleitorado tenha endossado os desvalores que o regime autoritário defendia – da mesma forma que, em Portugal, cresce a faixa dos que aplaudem a pauta antidemocrática. Daí, por sinal, que o nosso primeiro passo deva consistir em caracterizar, brevemente, os fascismos.

São muitas as formas de fascismo, mas quero aqui assinalar um ponto principal, que o distingue de outras modalidades autoritárias à direita. Ele será nacionalista, xenófobo, racista, será totalitário também, mas o seu grande diferencial é um: ele tem militantes. De modo geral, a direita não tem militantes, no sentido que a esquerda dá a essa palavra. Para esclarecê-lo, valho-me de uma ideia de Paul Veyne, que ao explicar o cidadão em Atenas ou Roma antigas, diz que ele equivale ao militante político atual – e interpreta a velha metáfora da *nau do Estado*:

Esse Estado era um navio estranho em que não havia passageiros: além do comandante (ou, como então se chamava, o *piloto*), levava apenas os homens da tripulação; quando Platão ou Aristóteles falam do navio do Estado, mencionam apenas *marinheiros*. [8, pp. 61-62]

Ou seja, ninguém embarca na nau do Estado greco-romana como simples passageiro. Na modernidade, nós, a grande maioria dos cidadãos, somos passageiros que pagamos o ticket (os impostos) e com isso nos sentimos dispensados de qualquer trabalho a bordo. Daí a comparação dos cidadãos antigos com o militante partidário, sim, mas o militante de esquerda – ou então o de extrema-direita. Prolongando Veyne, diria que *a direita se distingue da extrema-direita (e da esquerda) por não ter militantes*.

A direita se encaixa muito bem no que diz Benjamin Constant, ao celebrar a liberdade dos modernos. Pois a dos antigos, que se realiza na praça pública, na ágora, ao remeter as decisões ao coletivo e, mesmo, não colocar limites à jurisdição da praça sobre o indivíduo, se opõe à liberdade propriamente moderna, que é a do indivíduo, soberano em sua residência, família, empreendimentos, e

² Desenvolvi estes pontos, logo após as manifestações de 2013 por melhores serviços públicos, em meu artigo “Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe)” [6] e depois incluído em meu livro *A boa política* [5].

submetido minimamente ao Estado ou ao coletivo. De modo geral, a liberdade dos antigos é o nome que, desde Constant, a direita dá à liberdade vista pela esquerda, enquanto a própria direita reivindica a dos modernos – haja vista, aliás, a reciclagem da distinção de Constant por Isaiah Berlin, que na mesma linha liberal defende a liberdade negativa contra a positiva. Daí que o jurista prefira, como diria Guizot, enriquecer-se³.

Em outras palavras, e este é o nosso ponto, quando uma pessoa de direita pára de ganhar a vida empreendendo e faz passeatas, manifestações, ou mesmo acampa em algum lugar – como aconteceu em São Paulo, em frente à Federação das Indústrias estadual ou do comando militar da região – é porque se radicalizou. Deixou a direita democrática para entrar na extrema-direita. E não por acaso, o fascismo e o nazismo se inspiraram tanto no comunismo. Não que fossem iguais, mas que a *retórica*, a *mobilização*, o *páthos* fascistas tenham se baseado em seus análogos comunistas é significativo. Assim se criou uma alternativa ao comunismo que, também contrária ao capitalismo liberal (e na época muito não democrático), na verdade era mais inimigo do adjetivo *liberal* do que do substantivo *capitalismo*.

Aqui temos dois enormes problemas. O primeiro é a deserção, por uma parte do eleitorado, da direita democrática, praticamente indispensável para uma democracia funcionar. É o que sucedeu no Brasil, na Itália, nos Estados Unidos, e poderá acontecer em Portugal. Pois dificilmente haverá democracia se apenas a esquerda, ou somente a direita, se comprometer com ela. Contudo, o facto é que mais uma vez, como há cem anos atrás, a direita deixou de oferecer, em muitos países, opções dentro da democracia. Ela se esvaziou.

E um grande problema de base: perdemos o solo comum da humanidade, tema que já me ocorreu levantar nos anos 1990, num artigo que mais tarde incluiria em meu *A boa política*. Tomemos, por exemplo, filmes norte-americanos das décadas de 1930 e 40, em que apareçam jornalistas: é frequente um furo

³ Lembremos: o voto, na França após a Revolução de Julho de 1830, era censitário. A oposição pedia que ele fosse ampliado e mesmo universalizado. Ao ser questionado por que não introduzia o sufrágio universal, em vez do censitário, que limitava o voto aos mais ricos, o primeiro-ministro do Rei Luís Felipe, Guizot, respondeu: *Enriqueçam-se*. Ou seja, propôs que quem quisesse ter cidadania, fazer política, investisse na vida privada, na economia. A expressão rapidamente se tornou pejorativa, mas sintetiza muito bem um pensamento de direita. Trabalhem, fiquem ricos, o voto se seguirá. E o voto deve ser direito dos mais ricos, que têm muito a perder com políticas insensatas, não dos pobres, que ao ver da direita muitas vezes vivem da caridade pública e constituiriam, assim, um modelo de parasitas.

noticioso gerar uma edição extra, e então vemos um menino vendendo-a nas ruas, e todos os passantes, sem exceção, a comprá-la e comentá-la. Um mesmo estímulo assim é recebido por todos. Nem importa se a reação destes é favorável ou não à notícia: o facto é que todos recebem a mesma informação, que assim a todos interpela. Sem edição extra, diria eu, não há jornalismo poderoso, ou melhor: a edição extra marcava o apogeu do jornalismo. Com a passagem desse papel de dar a notícia inesperada e fortíssima (um exemplo notável é o assassinato de Kennedy) para o rádio, a televisão e, mais perto de nós, a Internet, essa ideia de um foco central em que a comunicação repercute, e que a todos afeta, se foi perdendo.

Nos próprios jornais, a manchete de página inteira praticamente sumiu. Quando começou a voga da Internet, por sinal, a revista *New Yorker* publicou um artigo bastante rico, “The reeducation of Michael Kinsley” [1], com a sofisticação de um trema sobre o segundo “e” da palavra *reeducation*, no qual discutia como o jornalista em questão concebeu a revista online *Slate*. O destaque era: notícias novas, duplamente *news*, saíam todas em bloco, em um número regular da revista, ou seriam atualizadas cada uma a seu momento no que se chama, de forma um tanto redundante, *tempo real*? A decisão final, após muitas oscilações, foi de publicar *online* assim que cada matéria estivesse pronta. Foi essa, provavelmente, a primeira discussão aprofundada sobre a velocidade da atualização das publicações periódicas em tempos de Internet. Note-se que este debate interno à revista foi, justamente, sobre *o tempo na Internet*. Não teria mais cabimento a periodicidade *regular*, a do jornal ou revista que sai em determinada hora do dia ou em certo dia da semana.

Ao mesmo tempo, mudou a forma como cada periódico se relacionava com seu público. Mas isso já havia começado com os próprios jornais: a segmentação da audiência. Era passada a época dos filmes que mencionei, em que uma mesma notícia impactava a sociedade como um todo – em que os assuntos que diziam respeito a todos eram lidos por todos, assim formando um referencial comum⁴. Veja-se, por exemplo, como ficou pequeno o número de manchetes de página inteira em jornais brasileiros, ocupando todas as colunas; tomando por

⁴ Obviamente, não eram lidos por todos – mas eram tratados *como se* o fossem. E a concorrência neste plano seria pequena: não haveria manchetes alternativas, para usar a linguagem jornalística, àquela que se supunha interpelar a sociedade inteira.

exemplo a *Folha de S. Paulo*, desde a eleição de Lula em 30 de outubro de 2022, em seis meses tivemos apenas duas manchetes apenas com maiúsculas, uma relativa à eleição dele, outra, à morte de Pelé⁵. Tudo isso hoje se substitui com um novo tipo de *Stop Press*, que é a informação pela televisão ou pela Internet.

Sirvam estes exemplos jornalísticos de indicação para o que é a *segmentação da sociedade*. Se as informações podem ser escolhidas por área (política, esportes, cultura, economia, turismo e outras), de forma diferente, porém análoga, os diversos grupos elegem assuntos ou valores com que se identificam. Isso quer dizer que, ao abrir um jornal, mesmo impresso, um escolhe a seção de política, outro a de economia, um terceiro a de esportes ou, ainda, a de cultura. Essa dispersão ocorreu *antes mesmo* de diminuir o peso do jornal impresso; mas, com o avanço da leitura pela Internet, substituindo o papel, essa perda do referencial comum de todos aumentou decisivamente. Todavia, insisto em que isso não decorreu da Internet, mas foi uma mudança *social* prévia a esta, que ela porém potencializou.

Ora, desde que nossa percepção do social se fragmenta, como manter o *diálogo*? Este supõe uma série de referenciais comuns. Por exemplo, sabemos que Pedro Álvares Cabral aportou no que hoje é o Sul da Bahia em 22 de abril de 1500. Somente no século XIX, o historiador Varnhagen localizou o ponto em que se terá dado sua chegada. Mas, a partir deste facto estabelecido, podemos discutir se se tratou de descobrimento (como queria a tradição) ou de invasão, ou como se chame. A discussão somente é possível com base em factos consensuados. É esse, o sentido do diálogo: discordamos, mas sempre a partir de algo em que concordamos. E é variável essa base comum – em alguns casos, se trata apenas da língua que duas pessoas falam, o que supõe que deem o mesmo sentido às palavras que empregam; mas geralmente é mais que isso. Inclui factos. Se possível, valores. Mesmo que uns e outros interpretemos factos e valores de modos diferentes, temos uma base sobre a qual discordar.

Então, se quisermos dialogar com quem não quer ouvir – a pergunta a que tentamos responder – a primeira necessidade será termos pontos em comum.

⁵ Foram estas: LULA É ELEITO PELA TERCEIRA VEZ, em 31 de outubro de 2022, e no dia 30 de dezembro do mesmo ano, MORRE PELÉ. Lembro que no Brasil, com exceção do Estado do Rio Grande do Sul, os jornais saem em grande formato, não no tamanho de tabloides, como é o caso, por exemplo, do *Público* em Portugal.

Ora, mas não chegamos, nesse caso, a um impasse? Sim. Mas talvez possamos construir saídas. Aqui formulo algumas sugestões.

Eis a primeira sugestão. Lembremos quando vieram a público as informações sobre o que fez a Cambridge Analytica, nas campanhas do Brexit e de Trump, ambas em 2016. Essa empresa garimpou postagens em redes sociais, assim conseguindo estabelecer parâmetros de preferências que associavam tópicos às vezes óbvios, outras vezes nem tanto. Por exemplo, é mais ou menos óbvio que racistas votariam mais em Trump e no Brexit, mas não é tão evidente que prefiram tal ou qual tipo de filme ou de comida. Ora, a mineração de postagens permitiu encontrar frequências de tal ordem. O segredo, então, seria customizar mensagens conforme o leitor. Uma tática adotada na campanha de Trump consistiu em espalhar mentiras sobre Hillary Clinton, acusando-a de racismo; os possíveis eleitores dela não passariam para Trump, porém, inventando histórias falsas sobre ela, seria possível, num país em que o voto é facultativo, como os Estados Unidos, dissuadi-los de ir votar, o que traria vantagens para o adversário.

Mais do que isso: postagens aparentemente anódinas podem ter o condão de quebrar a blindagem. Para muitas pessoas, o relevante não é o que pensam da política, ou sequer da igualdade entre as pessoas, mas, digamos, a imagem de gatos, de pôr do sol e outras postagens frequentes nas redes. A ideia seria, então, começar por elas, fidelizar a pessoa e, depois, discretamente, colocar conteúdos que contestem o racismo ou o preconceito.

Esta tática propõe, como diz o ditado, “comer o mingau pelas bordas”, por onde ele está mais frio, isto é, começar pelo ponto mais vulnerável da bolha. Ela joga com o caráter menos racional da comunicação, seu fator afetivo, aquele que se oferece à retórica ou às técnicas de comunicação, como aquelas de que faz farto uso a propaganda política. Possivelmente será mais efetiva para lidar com *valores*, isto é, enfraquecer a opção pelo ódio, que é uma característica da extrema-direita, e abrir lugar para o diálogo.

Passo a uma estratégia provavelmente mais importante: como restabelecer a verdade? Não é fortuito que a extrema-direita reserve a intensidade de seu ódio aos jornalistas e aos cientistas, duas profissões que lidam com a verdade; assim, nossa prioridade deve ser desfazer as mentiras. Contudo, não funcionará caso se limite a refutar as falsidades. O tom por vezes professoral, arrogante mesmo, de muitos confrades nossos, que por vezes nem ocultam o desprezo que sentem por ignorantes e falsários, acaba reforçando muitas pessoas na convicção de que o mal está do nosso lado: numa elite cultural, ainda que não econômica, que desdenha as pessoas mais simples.

Penso que, para enfrentar o negacionismo, poderemos ir dos efeitos às causas, ou da tecnologia à ciência. Lembro a frase de Descartes, sobre tornar o homem senhor e dono da natureza, ou a de Francis Bacon rezando que “conhecimento é poder”: a ciência moderna se diferencia da grega e medieval porque não pretende apenas conhecer as coisas, não é contemplativa, mas procura gerar resultados, produzir ganhos para um homem que se torne dono da natureza. E essa não é tampouco a diferença renascentista entre contemplação e ação, entre *vita contemplativa* e *vita activa*, entre *otium* e *negotium* – porque a Renascença pensava a *ação* como aquela que mirava o bem público, tendo assim uma *dignitas* comparável à do conhecimento puro, não maculado pela busca de vantagens. Não, o que a ciência moderna procura é atuar sobre as coisas, sobre o que Sartre mais tarde chamará de prático-inerte. O que a ciência hoje produz é tecnologia. Ora, se mostrarmos que os ganhos de conforto que um GPS nos proporciona se devem a ser a Terra redonda, não plana, ou que tantas vidas foram salvas devido às vacinas em geral, poderemos fazer os enganados pelo negacionismo começar a escutar – porque a falta de diálogo decorre, hoje, da recusa de uma base mínima, de *factos* ou *valores*, comuns a todos os que, de resto, discordarão quanto à interpretação desses factos ou ao modo de aplicação de tais valores.

Tomemos o maior sucesso da vacina: a eliminação da varíola. Esse flagelo não mata ninguém há quase meio século: sua última vítima foi, em 1978, uma fotógrafa que trabalhava no mesmo corredor em que seu vírus era manipulado, obviamente de maneira involuntária [3]. O último contágio, digamos, “natural”

ocorreu um ano antes, quando um cozinheiro somali foi infectado, mas acabou curado – e só faleceria em 2013, quase quatro décadas depois, muito ironicamente, de malária.

Ora, antes disso, em sete décadas e meia do século XX, tinham morrido entre 300 e 500 *milhões* de pessoas devido à varíola [4]. Assim, uma doença que exterminou parte substancial da população mundial – quase cem vezes o número das vítimas fatais da Covid-19, isso quando o planeta tem hoje muito mais habitantes do que naqueles tempos – foi varrida do mapa. Se esse não é um bom exemplo para convencer os recalcitrantes, não sei qual seria.

Evidentemente, podem alguns *antivax* retrucar que as vacinas contra a Covid-19 foram aplicadas com apenas um ano de pesquisa, ao passo que em casos anteriores o imunizante decorria de longos anos de trabalho científico. Mas esse facto apenas atesta que, ante uma emergência, tenha sido possível, graças ao progresso da ciência, encontrar rapidamente uma solução. E, de todo modo, a vacinação fez despencar o número de mortes, que chegou no Brasil a passar de 4 mil *por dia*, a quase nenhuma.

Outra estratégia seria desarticular as bolhas – ou *pacotes identitários*, como eu já as chamei. Sempre existiram. No tempo de nossos avós, tínhamos um padrão pelo qual um homem de classe média seria casado (mesmo que fosse homossexual), branco, teria filhos e, mesmo que no coração fosse ateu, se diria católico. Chamei esse fenômeno de *pacote*, porque as várias características vinham juntas: ser da elite econômica – ou das classes pobres – implicava toda uma série de outros traços.

Desde a metade do século XX, porém, tivemos dois movimentos distintos e sucessivos. O primeiro foi, sim, um enfraquecimento do pacote identitário – do automatismo pelo qual de uma característica (a classe média, por exemplo) decorriam sexo, orientação sexual, família, religião e muitas vezes até posição política. Mais e mais pessoas assumiram quebras nesse pacote – um homem branco que se declarasse homossexual, ateu, de esquerda; ou um ateu se dizendo de direita; e inúmeros casos, que atestavam uma liberdade maior frente a essa determinação simultânea de tantas características em campos diferentes.

O segundo momento foi o da multiplicação das bolhas. Acirrou-se o identitarismo. Ao contrário do movimento de libertação acima descrito, que emancipava muitos de suas amarras, relativizando o peso das identidades, ampliando a liberdade de cada um para navegar entre elas, o modelo antes dominante do pacote identitário da elite econômica foi reproduzido, até mesmo pelos que se rebelavam contra sua dominação: assim foi que pacotes identitários surgiram nos movimentos de minorias, copiando o modelo antes dominante. Não me deterei neste ponto, mas preciso notar, pelo menos, que a multiplicação dos pacotes identitários (ou bolhas) acaba reduzindo o espaço de diálogo. Se cada grupo se aferra a sua identidade, perde-se o que há de rico no diálogo, que é a possibilidade de ele acarretar mudanças.

O que precisaremos desarticular é o acirramento do identitário. Poderíamos usar as redes sociais, que foram tão efetivas na criação de bolhas, para superar suas fronteiras e mesmo quebrá-las. Assim, se o gosto por diferentes obras culturais qualifica por um lado, a esquerda, e por outro, a direita, será interessante aproveitar as obras preferidas por uma delas para, a partir das mesmas, difundir discursos e conhecimento com os quais, em princípio, seus fãs nem mesmo entrariam em contato. É o que têm feito, no campo progressista, alguns comunicadores de alta qualidade, como no Brasil o youtuber Felipe Neto – e, num registro até diferente, o Ministro da Justiça Flávio Dino. Em 9 de maio de 2023, o Ministro, respondendo a agressões verbais da extrema-direita numa audiência do Senado brasileiro, assim retrucou a um senador, que ostenta o emblema da polícia de Miami: “Se o senhor é da SWAT, eu sou dos vingadores”, para gáudio geral. Na mesma sessão, replicando ao também senador Sergio Moro, a ponto de ser processado por combinar investigação e julgamento com o Ministério Público no caso da LavaJato, disse-lhe: “Fui juiz e nunca fiz conluio com o MP, nunca tive sentença anulada”. É interessante notar que Dino dominou muito bem tanto o registro mais culto, racional, de elite, na resposta ao ex-juiz, quanto o registro pop da discussão com o senador Marcos do Val. Esse domínio dos registros, em especial dos mais populares, hoje se mostra decisivo para o sucesso no debate. Contudo, nossa questão não é nem a do sucesso: é a da possibilidade de que os lados em confronto falem, mais ou menos que seja, da mesma coisa. É a necessidade de se ter um referente comum que possa ser identificado, mesmo que as partes divirjam sobre ele.

Mais na direção do que afirmámos, o que se pode fazer é utilizar espaços menos evidentes de divergência política para assegurar a escuta alheia. Isso acontece se e quando, por exemplo, se menciona um tipo de música, de filme, de esporte – e assim, conseguida a escuta do outro, se procura empregar o canal dessa forma aberto para se transmitir significações que o outro não aceitaria. Num certo sentido, é retomar uma tradição muito antiga da retórica, uma espécie de *captatio benevolentiae* abrandada, porque não se trata de obter a adesão do outro a nossas crenças – mas apenas sua disposição a conversar conosco. Trata-se de alcançar que ele nos aceite como interlocutor. A interlocução, como é óbvio, é a base para o diálogo – e é importante lembrar que só há diálogo quando há confiança, ainda que mínima, no outro. Se converso com ele, é porque o respeito. Já com as pessoas que não respeito, eu não dialogo. Posso até ofendê-las, posso participar de um debate com elas para conquistar uma plateia – mas meu inimigo raras vezes é a segunda pessoa de meu discurso: é mais frequente ser a terceira, mesmo quando finjo me dirigir a ele. Pois bem, o que precisamos é restabelecer a segunda pessoa do discurso – o que depende de que eu e o outro nos respeitemos o mínimo necessário.

Acrescento um último ponto essencial para conversarmos, para dialogarmos: a educação. É preciso, desde a tenra infância, educar as crianças para o respeito recíproco. Isso significa, antes de mais nada, substituir a ênfase na competição pela prioridade posta na cooperação. Mesmo uma sociedade altamente competitiva, como a norte-americana, pressupõe uma base de cooperação. Veja-se a recente série, estreada em 2023, da HBO *Amor e morte*, em que tem lugar um homicídio com farto derramamento de sangue: o pano de fundo dos conflitos é uma congregação religiosa, à qual os moradores do vilarejo dedicam o melhor de si. O conflito, até mesmo letal, só existe sobre a base de uma cooperação constante. Esse é um traço essencial, por vezes esquecido, da sociedade dos Estados Unidos.

Necessitamos favorecer e estimular, na primeira infância, quando começa a escolaridade das crianças ainda pequenas, tudo o que for respeito e cooperação. Devemos incentivá-las a fazer tarefas em conjunto. Precisamos

aprender a fazer isso e também a avaliá-lo: lembro um comentário que ouvi, quando fui Ministro da Educação do Brasil, em 2015, e visitei um estabelecimento de ensino técnico. Alguém observou que, no mundo profissional, é essencial trabalhar-se em conjunto e, depois de um longo suspiro, reclamou: “Mas passamos os anos todos da escolaridade vigiando os alunos para que não copiem um do outro, exigimos que seus trabalhos sejam absolutamente individuais – então, como depois vamos pedir que saibam fazer as coisas em equipe?”. Para além da avaliação das provas e das redações, é crucial ensinarmos a agir juntos. E isso deve começar cedo, desde a primeira escolarização de nossas crianças.

Resumindo, então: devemos, em primeiro lugar, restabelecer uma verdade dos factos, o que se poderia fazer mostrando-se, a partir de benefícios concretos de que desfrutamos, a veracidade de princípios científicos mais abstratos, porém certos; esta será a forma de reconstituir um solo comum a partir do qual restabelecer a conversa e o convívio; em segundo, recorrer na comunicação a temas de predileção dos públicos diversos, de modo a abrir canais pelos quais os divergentes possam aceitar conversar, o que hoje tanta falta faz, com os danos que a incomunicação acarreta; em terceiro, fortalecer, pela educação e pelo apelo desta aos afetos, um universo de cooperação em que se possa recriar a convivência e pôr fim a essa espécie de guerra que temos vivido e, nestes anos, parece apenas se agravar.

Porém, é possível que todo este conjunto de estratégias para a convivência dependa de algo mais infraestrutural, para lembrarmos um conceito-chave de Marx: se não houver uma base econômica para uma vida melhor, talvez seja difícil sairmos dessa guerra de todos contra todos. No fundo, François Guizot não estaria tão errado, ao recomendar que a oposição se enriquecesse: se a economia não prosperar, a desconfiança, essa força fatal para a vida em sociedade, poderá destruí-la.

Seria esta uma conclusão marxista, no sentido bem preciso de que a infraestrutura material, econômica, regeria as representações mentais e, portanto, a condição material para haver diálogo seria um certo nível de conforto,

que crises brutais, como a de 2008, teriam abalado gravemente? É possível. Mas esta hipótese, com a qual concluímos, se abre para várias possibilidades. Pode ser que o econômico determine, em última análise, o mental – mas também pode ser que esta situação seja mais forte sob o capitalismo, até porque ele, com a sua capacidade ímpar de dissolver o sólido no ar, praticamente terá reduzido as questões essenciais da vida cotidiana ao conforto material, à busca de bens de consumo cada vez mais efêmeros, de modo que qualquer frustração no acesso a eles tenha um custo psicológico talvez sem precedentes. Porque os valores não materiais foram perdendo consistência e relevância, enquanto a busca pelo que é tangível, físico, sensorial e sensual foi tomando o seu lugar. Esta descrição não vale plenamente para todos os tempos; ela é particularmente forte em nosso período histórico. Se ela tiver validade, as estratégias que acima sugerimos para refazer o diálogo e, com ele, os laços sociais e políticos, terão uma eficácia limitada.

Mas, ao mesmo tempo, se pensarmos em nosso tempo como democrático, diremos que sair desta crise econômica, desta frustração que se modula de tantas formas – de que é exemplo o Rust Belt do norte dos Estados Unidos, o qual mostra uma economia industrial que se destruiu, bem como o desemprego que se torna estrutural mundo afora, a fome e a miséria que, podendo ser aplacadas, continuam porém a grassar em nossa sociedade – precisaria dar-se por meio do diálogo, da organização e do voto, características fundamentais da democracia; ou seja, superar a frustração material exigiria uma organização mental; será este um círculo vicioso? Para sair do isolamento a que nos levou a degradação econômica, seria preciso diálogo, mas para tê-lo necessitaremos de uma economia mais pujante. Talvez a saída esteja no que diz Espinosa, no *Tratado da Reforma do Entendimento* [2], quando pergunta o que veio primeiro, o martelo ou a bigorna, e conclui, usando de um modesto, porém saudável, bom senso, que os dois foram se aprimorando: o martelo melhorando a bigorna, a bigorna forjando martelos melhores; e talvez seja isso: precisamos dialogar, para melhorar a condição material de nossa humanidade, e para dialogar, necessitamos ter vidas mais confortáveis. Um fator determina, restringe, mas também gera o outro, e inversamente. Em suma, mãos à obra: a luta continua!

Bibliografia

1. Auletta, K., The reëducation of Michael Kinsley, New Yorker, Edição de 5 de Maio de 1996. Disponível em <https://www.newyorker.com/magazine/1996/05/13/the-reeducation-of-michael-kinsley>.
2. Espinosa, B., *Tratado da Reforma do Entendimento*, Edições 70, 2018.
3. History of Smallpox, Centers for Disease Control and Prevention (CDC). Disponível em <https://www.cdc.gov/smallpox/history/history.html>.
4. Koplow, D. A., *Smallpox: the fight to eradicate a global scourge*, University of California Press, 2003.
5. Ribeiro, R. J., *A Boa Política. Ensaio sobre a democracia na era da internet*, Companhia das Letras, 2018.
6. Ribeiro, R. J., Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe), *Interesse Nacional* (2014): 27-35. Disponível em <https://interessenacional.com.br/eleicoes-2014/>.
7. Ribeiro, R. J., “The Loss of the Common Referential of Society: Koinonia and Particularisms”, in *Media and social perception*, Mendes, C. Larreta, E. (orgs). UNESCO, 1999.
8. Veyne, P., Diógenes, *Revista da Unesco*, UNB, 6 (1984).

Diálogo difícil e Partilha de Histórias: o Guestbook Project¹

Richard Kearney²

Resumo: Este capítulo aborda a possibilidade dos diálogos difíceis com aqueles que são considerados ‘inimigos’, como forma de operar uma passagem da hostilidade para a hospitalidade. Num primeiro momento analisa-se a discussão filosófica sobre este problema, a partir da questão da identidade narrativa, da compreensão mútua que deve ultrapassar o problema da incompreensão, do modelo da tradução e da partilha de histórias. Num segundo momento são dados vários exemplos de diálogos difíceis tidos no âmbito do Guestbook Project, em que jovens de comunidades historicamente divididas se juntam em diálogo para partilhar as histórias dos seus respetivos pontos de vista e, em seguida, escrever uma terceira história de reconciliação.

Gostaria de apresentar a possibilidade ou impossibilidade de diálogo com o adversário, o outro, o inimigo, a partir de dois modelos principais. Por um lado, o modelo da partilha de narrativas. Se alguém vos perguntar quem são, como diz Hannah Arendt [1], vocês contam a vossa história. As nossas identidades, sejam elas pessoais ou comunitárias, são, basicamente, narrativas. Portanto, quando nos deparamos com a possibilidade de tentar entender outro ser humano, sobretudo se se tiver em conta que não temos uma consciência ou presença completamente transparente, penso que temos de recorrer ao modelo da narrativa, e perguntar: *qual é a tua história? Se não quiseres falar comigo, está tudo bem. Mas qual é a tua história? Deixa-me tentar entender-te.*

É assim que começamos e isso pode, em última instância, levar-nos a uma partilha de histórias na qual, se ouvirmos o inimigo e lhe dermos uma oportunidade de contar a sua história, ele pode tornar-se mais disponível para

¹ Este texto foi transcrito, editado e traduzido por Gonçalo Marcelo (CECH-UC e SJC-ACL) a partir da conferência originalmente proferida por Richard Kearney no dia 14 de fevereiro de 2022, “Difficult Dialogue and Narrative Exchange: the Guestbook Project”, terceira sessão do ciclo *Como Dialogar com quem não quer ouvir: para lá da polarização e da desinformação*. O vídeo original da sessão pode ser encontrado em <https://www.youtube.com/live/B5QJCpUaR04?feature=share> A edição foi feita com recurso a consulta ao autor. Incluíram-se as questões e respostas da sessão original, em versão simplificada. As referências e notas são da responsabilidade do tradutor. A investigação de Gonçalo Marcelo foi financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Bolsa de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/102949/2014), contrato de norma transitória assinado ao abrigo do DL57/2016 e projeto estratégico do CECH (UIDB/00196/2020).

² Boston College.

ouvir a nossa. Isto implica outro processo, e assim chegamos ao segundo modelo, que é o da tradução. Aqui encontramos a tradução como uma ética da hospitalidade na qual somos anfitriões de um hóspede. A palavra para hóspede na maior parte das línguas Indoeuropeias contém uma dimensão de ameaça. Em inglês a palavra *guest* provém do anglo-saxão *Gast*, o que pode significar alguém horroroso [*ghastly*] como em horrorizado [*aghast*], ou seja, alguém que parece simultaneamente intraduzível e monstruoso, agressivo. Há, portanto, esse tom no *Gast*, o horroroso e o ficar-se horrorizado quando se está perante outrem. Contudo, dessa palavra também deriva *hóspede* [*guest*]. Temos, por conseguinte, esse duplo sentido em inglês, mas também na maior parte das outras línguas europeias. A palavra *hostis*, do latim, está na raiz quer de hospitalidade quer de hostilidade. *Hostis*, afirma Émile Benveniste no seu livro muito influente *Le vocabulaire des institutions indo-européennes* [6], comporta, desde o início, este duplo sentido de hóspede e inimigo. Encontram o mesmo em grego (xenofobia e xenofilia) e em outras línguas.

Com esta ambiguidade básica na nossa abordagem ao hóspede, ao outro, como potencial amigo ou inimigo, vem também uma ambiguidade no processo de tradução, já que o diálogo é sempre uma tradução de alguém com quem nos deparamos e o qual temos de traduzir, nos nossos próprios termos, na nossa língua de acolhimento. Contudo, há também um hóspede que, vindo da língua de partida, fica perdido na tradução, pois recusa-se a ser traduzido. E isto corresponde àquilo a que Walter Benjamin chamava o núcleo de intraduzibilidade [4].

Ora, isso é parte do processo de diálogo. Nas melhores alturas há sempre uma troca de palavras ou uma partilha de narrativas das quais as nossas palavras fazem parte. Certamente, no que diz respeito às nossas identidades, há este apelo à tradução. Mas a tradução tem de servir dois mestres, como afirma Ricoeur [24]: a linguagem de acolhimento na qual se acolhe o inimigo, o estranho, e a linguagem do hóspede que tentamos entender, ainda que tenhamos de reconhecer que nunca existirá uma tradução perfeita.

Vivemos depois de Babel, num mundo de múltiplas línguas. Existiram várias tentativas para ultrapassar esta condição: o uso do latim quando o Império Romano se impôs, ou o grego antes disso, o francês durante o Império Napoleónico ou, hoje, o inglês. Foram tentativas de imposição de uma língua

universal, uma *língua franca*, a diferentes comunidades linguísticas. Depois, tivemos a tentativa de Leibniz de criar uma *characteristica universalis*, uma espécie de linguagem simbólica universal – da qual, diga-se, o nosso modelo contemporâneo de lógica simbólica é uma espécie de descendente longínquo. Mas sabemos que estes esforços não servem. Quando se trata de verdadeiramente comunicar com as pessoas, quando lidamos com conflitos, este modelo não é adequado. A linguagem envolve sempre um conflito de interpretações, porque não existe qualquer coisa como a linguagem. Como Ricœur diria, não há linguagem unitária, apenas diferentes línguas e linguagens. [24]. Assim, estamos condenados, mas também empenhados, neste conflito de interpretações, narrativas e identidades.

O que foi dito leva-nos de volta a um antigo princípio do século XIX, segundo o qual toda a forma de compreensão envolve incompreensão. Na grande obra *Finnegan's Wake*, James Joyce tem uma excelente descrição da Dublin que ele tentava traduzir [15]. Chamava-lhe uma cidade de “mentes entre-equivocadas” [*intermisunderstanding minds*]. E não é só Dublin, ou a Europa: é o mundo. Vivemos num mundo desse género e, por isso há sempre quem diga logo que o diálogo é impossível. Há imensos filósofos continentais contemporâneos que diriam algo muito próximo do que estou a descrever.

Levinas diria que o Outro, o estranho, transcende sempre qualquer conjunto de categorias ou pressuposições que trazemos para a discussão. Diria que há sempre algo de vertical, transcendente, irreduzível que nos resiste, e que se subtrai ao Outro que se manifesta perante nós. Há sempre o Outro que se esconde, mesmo quando não deseja esconder-se. Poder-se-ia acrescentar: há a consciência, e há o inconsciente. O que significa, como Julia Kristeva exprimiu de forma acertada, que *somos estranhos para nós mesmos* [19]. Há um núcleo intraduzível no nosso diálogo connosco mesmos. Platão [21, 263e] definia o pensamento como o diálogo silencioso da alma consigo mesma, e Sócrates exortava-nos com a máxima *Conhece-te a ti mesmo*. Mas mesmo no processo de autoconhecimento, de autocompreensão, há algo que se perde na tradução. Assim, para muitos filósofos, quer o diálogo quer a tradução são impossíveis.

Ricœur e outros pensadores da linha hermenêutica, como eu, alteram um pouco essa descrição. Esta tarefa parece impossível no início porque, como todos admitimos, nunca há uma pura adequação entre duas consciências

transparentes. Isso não existe. Toda a nossa linguagem é mediada por narrativas, símbolos, metáforas, mitos, isto é, por uma opacidade do sentido que nunca pode ser traduzida em termos de ideias puras e distintas. Admitindo isso desde o princípio, reconhece-se que, com aquilo que se perde na tradução, temos de fazer o luto da ilusão da compreensão perfeita – a qual pressuporia uma comunhão total entre as mentes – e aceitar que há sempre conflito. Portanto, quando aceitamos que vivemos depois de Babel, compreendemos que estamos sempre envolvidos naquilo a que Derrida chamava a dialética da hostipitalidade [8], e que é uma mistura de hostilidade e hospitalidade.

Põe-se, assim, o problema de saber como é que o acolhimento do outro, muitas vezes dificultado pelo facto de ele não querer entrar em diálogo, ser compreendido ou reconhecido, pode ser considerado, em vez de impossível, simplesmente difícil. Ricœur chegou a dizer que a diferença entre ele e Derrida, entre a postura hermenêutica e a da desconstrução, era a diferença entre duas palavras: impossível e difícil [22]. A minha intenção, por conseguinte, é transformar a impossibilidade de diálogo numa possibilidade de diálogo difícil.

Permito-me acrescentar uma observação empírica. Vivemos num tempo em que estamos rodeados por exemplos de ‘diálogos de surdos’. As pessoas não falam umas com as outras e, quando falam, por vezes não se entendem umas às outras. Há muito mais incompreensão do que compreensão. Um exemplo óbvio é o movimento anti-vacinas. Todos temos, provavelmente, nas nossas famílias, amigos, conhecidos e comunidades, exemplos de pessoas que, sejam de esquerda ou de direita, simplesmente não aceitam que a vacinação seja uma coisa boa. Outros exemplos incluem os negacionistas das alterações climáticas e da evidência científica. Uma boa percentagem da humanidade não está interessada naquilo a que possamos chamar o bem comum, nem na verdade ou na justiça climática.

Como é que chegamos a essas pessoas, ou a pessoas que sejam contra a democracia? Quer dizer, a maioria dos Republicanos nos EUA ainda acredita que Biden não foi oficialmente eleito, e a subversão da democracia é quotidiana. Como é que se fala com os seguidores de Trump? Como é que se fala com Putin

e os seus seguidores, no momento em que ameaçam invadir a Ucrânia³? O que pode ser dito?

Há exemplos ainda mais extremos em tópicos como o negacionismo do Holocausto, ou dos genocídios na Arménia ou no Ruanda. Até na Irlanda do Norte, é claro que a uma escala muito mais pequena, tivemos o Domingo Sangrento, em que treze pessoas inocentes foram alvejadas, tendo morrido, e durante trinta anos o governo, o exército, a comunidade política britânica negaram os factos, e isso levou a imenso sofrimento. Mais recentemente, no entanto, a partir de David Cameron, e agora de forma mais oficial, começa a existir algo como um pedido de desculpas por se ter encoberto a verdade. Por vezes, é possível que algo desse género aconteça.

Temos outros exemplos destes momentos. Lembremos a Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul. Parecia impossível que os defensores do Apartheid acabassem por se sentar e admitir que tinham torturado, violado, executado membros da comunidade negra... mas aconteceu. Há, portanto, pequenos milagres. Há momentos em que o impossível se torna possível. Pensemos em apertos de mão desse género: Nelson Mandela com de Klerk, Ian Paisley com Bertie Ahern, Sadat com Begin ou Gandhi com Mountbatten.

O Guestbook Project

Apresentado o contexto e as hipóteses que defendo, passo agora a descrever o Guestbook Project [10], uma organização internacional sem fins lucrativos que codirijo, trabalhando com uma comunidade de parceiros em diferentes partes do globo. Trabalhamos em comunidades com uma história de divisão, encorajando jovens a contarem a história do seu sofrimento, o sofrimento das suas comunidades em conflito com outras comunidades rivais, e, de seguida, a ouvirem a história dos seus inimigos para, por fim, chegarem a uma terceira narrativa que torne a História [*history*] oficial numa história [*story*].

Na maior parte das línguas, existe uma só palavra para História [*history*] e história [*story*]. Há, portanto, esta ambiguidade entre contar-se algo tal como aconteceu, ou contá-lo como isto ou aquilo. Como Ricœur dizia, comentando a

³ A Rússia viria a invadir a Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022, dez dias depois da conferência de Richard Kearney [nota do tradutor].

literatura sobre o Holocausto, “ou se conta os cadáveres, ou a história das vítimas” [25, p. 342]. Temos, por um lado, a dimensão da História bem contada através de um bom testemunho, fiel ao que realmente aconteceu. Mas, ao mesmo tempo, temos de contar uma história que mostre às pessoas a importância do que aconteceu, uma história que elas realmente ouçam. Para isso, têm de ouvir os factos contados de uma maneira tal que as suas imaginações se possam realmente identificar com as vítimas. Para que possa haver uma partilha através da qual nos ponhamos no lugar delas. Como dizia um slogan do Maio de 68: *nous sommes tous des juifs allemands* [somos todos judeus alemães].

Isso ajuda-nos a entrar numa partilha de sofrimento quase-universal, e que atravessa fronteiras, limites e diferenças. É isso que o Guestbook tenta fazer, e vou adiante dar alguns exemplos muito concretos da forma como essas Histórias rivais foram recontadas por interlocutores opostos num diálogo que, à partida, parecia impossível mas em que, a dada altura, alguma coisa aconteceu – um gesto, símbolo, ou história – que permitiu dar início a algo de diferente.

Para se perceber o significado desses exemplos, podemos tomar como guia filosófico a seguinte indicação de Paul Ricœur:

Comunicar ao nível em que já levámos a cabo o trabalho da tradução, com a sua arte da transferência e a sua ética da hospitalidade linguística, envolve este passo adicional: assumir a responsabilidade, em imaginação e simpatia, pela história do outro, através das narrativas de vida que dizem respeito ao outro. [23, pp. 6-7]

Ricœur faz esta reflexão num magnífico pequeno ensaio escrito no final do século passado, intitulado “Reflexões sobre um novo *ethos* para a Europa” [23], no qual argumenta que a Europa não se poderá tornar numa verdadeira Comunidade Europeia se não partilhar as histórias da multiplicidade de comunidades que a compõem. Isso significa ir para lá da mera partilha das Histórias oficiais, porque aquilo que para uns é uma história de triunfo, identidade e glória, para outros é uma história de derrota. O que também temos de partilhar são as histórias das feridas, as histórias do ódio, as histórias da violência. E é só quando fazemos aquilo que, em primeira instância, parece impossível, que podemos verdadeiramente alcançar um novo sentido de compromisso entre

todos, por entre a pluralidade de narrativas que constitui qualquer comunidade, incluindo a comunidade Europeia.

Passemos, então, aos exemplos de diálogos gravados no Guestbook Project. O primeiro [6] foi filmado na Irlanda do Norte com um grupo de jovens, do qual faziam parte duas jovens estudantes de uma escola secundária da cidade de Derry / Londonderry. A cidade tem duas designações. Os nacionalistas católicos, que vivem fora das muralhas, para onde foram expulsos há 300 anos, chamam-lhe Derry, que vem do gaélico *Daire*, que significa um carvalhal. Já a comunidade protestante lealista e unionista, que vive dentro das muralhas, chama-lhe Londonderry. Temos, portanto, dois nomes e duas comunidades separadas, bem como duas arquiteturas, uma dentro das muralhas e a outra fora, e duas histórias rivais, muito diferentes entre si, em competição.

O que as duas jovens fizeram foi começar por contar uma à outra as suas versões da História: como, para a comunidade protestante unionista as muralhas eram uma proteção dos seus direitos civis, como a comunidade lutava contra a igreja católica romana, que era reacionária, e contra os supersticiosos povos nativos gaélicos da Irlanda; e como, para a jovem católica, que contou a História do seu ponto de vista, esta era uma história de opressão e despossessão, de como a sua linguagem fora exterminada, e a sua identidade era constantemente posta em causa. Assim, cada uma contou a sua respetiva história e, depois, trocaram de uniformes. É preciso dizer que, até hoje, 80% da educação pré-universitária é feita em escolas separadas em função da confissão religiosa, e usam-se uniformes diferentes.

Então, a jovem católica vestiu o uniforme protestante, e vice-versa, e cada uma foi à escola da outra. Dessa forma, cada uma pôde perceber como era ser a outra, e experienciar a história, a identidade, a comunidade da outra. Depois de passarem por isso, encontraram-se e fizeram juntas um vídeo cheio de humor. É verdade que tudo isto foi feito modestamente, com câmaras amadoras mas, ainda assim, decidiram fazer uma proposta. Para elas, na Irlanda do Norte do futuro nenhuma criança deveria ir à escola sem se sentar ao lado de alguém da outra religião, da outra comunidade. Essa espécie de declaração de solidariedade impossível através das muralhas, das fronteiras, foi bastante eficaz e, com isso, tornaram-se uma espécie de embaixadoras da paz. Estas jovens não teriam mais de 15 ou 16 anos, mas andaram de escola em escola na Irlanda

do Norte e do outro lado da fronteira, na Irlanda, a mostrar o vídeo que tinham feito, e que foi depois publicado pelo Guardian [27], pelo Irish Times, e viralizou.

Repare-se como, de algo muito simples, duas jovens raparigas que nunca se tinham visto foram de repente capazes de rever a História e contar uma terceira história. Parece-me importante sublinhar o elemento de humor, o elemento lúdico. Naquele pequeno vídeo, a dada altura as jovens desatam-se a rir. O argumento aqui é que por vezes o humor é absolutamente essencial para desbloquear aquilo que parecia ser uma impossibilidade lógica, um bloqueio no qual ninguém se mexia. De repente, acontece alguma coisa e há abertura, nem que seja por um momento. Nesse momento o que pode acontecer é, parece-me, o jogo ou o riso.

Usando um exemplo bíblico, tomemos Isaac, que significa riso em hebraico. Sara e Abraão decidem chamar Isaac a este filho, que era um filho impossível, porque Abraão tinha 300 anos e Sara era infértil – era impossível eles terem filhos. Mas aparecem três estranhos [5 Gn 18, 1-15] e em vez de lutar com eles, deram-lhes comida e, então, os estranhos tornam-se os portadores da anunciação de uma criança impossível, Isaac. Quando Sara ouviu que eles voltariam dentro de um ano e ela teria uma criança, riu-se, e daí a criança se ter chamado Isaac.

Vemos que o momento inaugural, o momento nobre, da maior parte das tradições sapienciais é o do acolhimento do estranho que torna possível a impossível hospitalidade [17] [18]. Encontramo-lo também na cultura grega. Simone Weil tem um belo comentário sobre a *Ilíada* de Homero, chamado simplesmente *A Ilíada* [29], onde argumenta que o momento mais importante da *Ilíada* é quando a ética da hospitalidade surge por meio da cultura da vingança e da guerra. Quando o troiano Glauco e o grego Diomedes se encontram e estão prestes a repetir o ciclo da violência mas, em vez disso, espetam as lanças na terra e apertam as mãos [13, VI, 213-232]. Nesse momento, começa a civilização. Nesse momento de trégua na guerra, o *hostis* visto como inimigo, adversário, ameaça, monstro, torna-se um amigo, e a hostilidade torna-se hospitalidade. A impossível hospitalidade torna-se possível.

Um segundo exemplo, também do Guestbook Project, é o de uma jovem japonesa e um jovem coreano, a propósito da disputa sobre as ilhas Dokdo (como são chamadas na Coreia) / Takeshima (na designação japonesa). Estas

ilhas ficam mais ou menos a meio caminho entre a Coreia e o Japão, países envolvidos numa inimizade histórica. Até aos dias de hoje estas ilhas são disputadas, um pouco como Gibraltar. No início, a jovem japonesa contou a sua versão da História oficial japonesa, justificando por que razão as ilhas pertencem ao Japão: os documentos oficiais de há 500 anos atrás e por aí adiante. À qual o jovem coreano contrapôs a versão coreana da História. Isto foi feito num *smartphone*, havia um ecrã partilhado, e os jovens estavam envolvidos numa discussão sem fim à vista. Num segundo momento, decidiram fazer um vídeo em estilo de banda desenhada. Nesse vídeo, simulavam uma luta, mas então algo aconteceu. Começamo-los a ver mudar da postura de agressão violenta para uma espécie de dança cómica ao som de uma música da Lady Gaga. No final do vídeo vêem-se aves, porque há 42 espécies de aves ameaçadas nestas ilhas. E, portanto, a conclusão do vídeo é uma proposta de que estas ilhas sejam declaradas pelo Japão e por ambas as Coreias como uma zona neutra que se transformaria num santuário de aves. Esta proposta foi um gesto de esperança que pretendia criar esse espaço protegido onde as aves pudessem viver porque não haveria confronto militar. Mais uma vez, foi a terceira história que quebrou o gelo. Foi quando começaram a rir e a brincar através da mediação de uma narrativa em formato de vídeo que puderam distanciar-se das suas posições iniciais.

A propósito do papel dos filmes, lembro-me de um exemplo diferente que vou mencionar, para depois voltar ao Guestbook Project. No final da década de 1990 dei uma conferência na Universidade McGill em Montreal, no Canadá. A conferência era sobre diferentes representações cinematográficas da *Shoah*. Estava a analisar dois exemplos principais: *A Lista de Schindler* de Spielberg, que é a versão de Hollywood de narrativa sobre o Holocausto, que foi vista por milhões de pessoas; e *Shoah* de Claude Lanzmann, o longo filme documental de nove horas, que não faz cedências, não tem personagens de ficção, e onde não há catarse nem *kitsch*: foi isto que aconteceu, e é assim que temos de o contar.

Na conferência, comparei e contrastei as vantagens e desvantagens de cada uma dessas abordagens ao evento do Holocausto: como História, história, ou ambas. De repente, no final do período de perguntas e respostas surgiu uma senhora de idade que me abordou, dizendo:

– Sabe, eu sou uma das pessoas que estava na lista de Schindler. Estive naquele comboio que partiu de Treblinka, sobrevivi e acabei por vir parar a Montreal. E nunca contei nada a ninguém. Nem ao meu marido, nem aos meus filhos, nem ao meu rabi, nem ao meu médico ou psiquiatra. Foi apenas quando vi *A Lista de Schindler* e me vi a mim mesma sendo representada por uma personagem de ficção com o meu nome, vivendo naquele campo de concentração, apanhando aquele comboio, que pude identificar-me comigo mesma outra vez. Identificar-me com o meu eu [*self*] perdido, reprimido, traumatizado, que se tornara totalmente estranho para mim.

Subitamente, portanto, e através da mediação da ficção e, se se quiser, do jogo e da imaginação, esta senhora foi capaz de, como Aristóteles o diria [2], experienciar uma catarse poética de pena e medo. Mas, ao mesmo tempo, esta representação tem de ser verdadeira. Na senda de Aristóteles, dir-se-á que a imitação por meio do enredo nos permite identificar-nos connosco ou com os outros de uma forma que não conseguimos na vida real. Há, por isso, qualquer coisa em fazer-se um filme ou uma peça que permite que sobrevivamos à nossa própria sobrevivência. Encontramos outro exemplo na biografia de Helen Bamber [3]. Ela fez parte de uma das primeiras equipas de reabilitação a entrar no campo de concentração em Bergen-Belsen depois da libertação (e mais tarde foi uma das fundadoras da Amnistia Internacional). Quando chegou, o que se via eram corpos macilentos espalhados pelo campo de concentração, sentados em camas, e que não se mexiam. Disseram-lhes: *estão livres, podem ir-se embora*, e eles não se mexiam. Estavam paralisados. Bamber notou que, com o tempo, tinham necessidade de contar uma história que, nas palavras dela, ‘saía como vômito’. Isto é, as palavras atropelavam-se para sair das suas bocas. Para além disso, criavam pequenas peças de forma colaborativa, representando a forma como tinham sido capturados, separados dos seus próximos, e trazidos para o campo de concentração. Estas eram formas muito rudimentares de representação mas, de alguma forma, ao representarem-se a si próprios ou uns aos outros numa forma narrativa, imitada, conseguiam sobreviver à sua própria sobrevivência.

O meu argumento é, por conseguinte, que mesmo nas situações mais impossíveis onde parece não haver qualquer possibilidade de discurso, pode haver saídas. Para Hannah Arendt [1], falar implica a criação de um terceiro

mundo. Narrar o mundo é disponibilizá-lo para uma partilha comum com os outros, incluindo com os nossos inimigos. Assim, passamos da *zoe*, a vida nua, para a *bios*, a vida humana narrada. Poder-se-ia dizer que está aqui um dos fins da arte. E é algo deste género que tentamos fazer no Guestbook Project, ainda que com meios muito modestos. Terminarei com mais um par de exemplos.

O exemplo seguinte é da Croácia, onde um sérvio e uma croata se encontraram [28]. Ambos tinham andado na mesma escola primária em Vukovor antes da guerra da Jugoslávia que se iniciou em 1991. Com a guerra, uma das comunidades foi absolutamente purgada. Assim, na verdade, em todos os anos após a guerra, nunca se tinham voltado a encontrar. Passados todos estes anos, tentaram encontrar-se na mesma sala da escola primária, mas a pressão colocada em cada uma das suas comunidades era muito grande... *não falem com o inimigo*. E sabiam que, se o fizessem, o vídeo seria disponibilizado no YouTube e na página do Guestbook.

De maneira que a pressão associada ao facto de aparecerem mesmo lado a lado era muito grande. Assim, acabaram por não aparecer fisicamente juntos, mas encontraram-se virtualmente. Esta é, diga-se de passagem, uma das vantagens do virtual. Se estar na mesma sala com alguém for considerado uma traição, uma cedência demasiado grande ao 'inimigo', ainda assim, com o recurso ao virtual, pode 'estar-se' lá sem 'verdadeiramente' se estar mesmo lá. Dessa forma, puderam contar as suas histórias respetivas ao criar este vídeo juntos.

O último exemplo diz respeito ao genocídio arménio [26]. Juntámos na minha casa uma estudante arménia e um estudante turco. Nenhum deles falava a língua do outro e, de certa forma, tinham horror um do outro por causa das Histórias oficiais dos seus países. Como é sabido, o currículo escolar oficial na Turquia não reconhece a existência do genocídio turco. Portanto, em suma, no início não queriam estar na mesma sala, não se queriam sentar à mesma mesa, não queriam partilhar comida ou um copo de vinho. Ainda tentámos que ouvissem juntos uma música que era cantada pelos croatas de um lado da montanha e pelos sérvios do outro, sobre a batalha do Kosovo. Não quiseram. Mas acabaram por concordar que ouviriam a história do outro, e assim começou.

O turco contou o seu lado da história. Contou como, ao crescer, nunca tinha ouvido falar sobre o genocídio arménio, e que a única coisa que sabia sobre os

arménios era que ‘arménio’ era a palavra mais vil, o pior palavrão que se podia dizer. Mas nunca tinha entendido porquê, já que nunca ninguém falara do genocídio. Quando à estudante arménia, crescera no exílio. Os seus pais e avós também nunca falavam do genocídio quando ela era pequena, não por ser vergonhoso, mas por ser demasiado doloroso. Assim, um pouco como no exemplo da senhora da lista de Schindler em Montreal, aquilo que era demasiado doloroso para se admitir através da linguagem ou incluído numa terapia pela fala nunca era mencionado. Só havia silêncio.

Contudo, a jovem arménia ouvira a palavra ‘turco’ usada como palavrão. Portanto, aquilo que ambos descobriram neste momento de reconhecimento, esta espécie de *aleluia!*, foi que a pior palavra em cada uma das suas respetivas línguas era uma palavra escondida, um código, uma palavra que silenciava toda uma história. E quando descobriram esta extraordinária ‘coincidência’, ambos se riram, e isso quebrou o gelo. Em resultado, criaram o vídeo [26] e acabaram por se juntar numa associação de jovens criada para lembrar o genocídio arménio.

Podemos, portanto, constatar que é possível conseguir-se pequenos avanços. Mas por cada avanço terá havido vinte fracassos, e a nós nada resta a não ser admitir que os fracassos são expectáveis. O diálogo entre inimigos parece impossível mas por vezes há um avanço e, frequentemente, é quando passamos pela linguagem mas também para lá dela, através de alguma forma de arte, ou gesto corporal, que afastamos a paralisia. Note-se que isto é uma mera observação sem qualquer teoria filosófica por trás, mas parece importante. Tal como, por vezes, embora falar seja essencial, é preciso parar e estender a mão ao inimigo.

Terminarei com uma breve história irlandesa. Em 1492 houve uma cena famosa na Catedral de Dublin, onde os Fitzgerald e os Ormond tinham uma rivalidade sangrenta que durava há mais de um século. Era um círculo vicioso de vingança. A dada altura os Ormond estavam encurralados e sob cerco na Catedral, no centro de Dublin. Então apareceu Lord Fitzgerald e, batendo à porta, anunciou: *vou tirar a minha armadura e expor o meu braço. Se cortar um buraco na porta, estendo o meu braço através dele. Pode cortar o meu braço, e a guerra continuará. Ou então pode apertar-me a mão, e a guerra terminará.* E foi isso que aconteceu. Lord Ormond apertou-lhe a mão, e a guerra acabou. Até hoje, na Irlanda, e penso que de forma mais generalizada em inglês, existe a

expressão 'arriscar o teu braço'. Arriscar o teu braço é arriscar a parte mais vulnerável de ti, arriscar que te magoes por causa de algo impossível.

Lembremos que o riso, o humor, estão ligados à nossa comum humanidade e, se se quiser, à nossa comum humilhação. Partilhamos uma humanidade básica a esse nível, e a vulnerabilidade é importante. Por vezes está na simplicidade de um gesto como esse a possibilidade de se ir do texto à ação. Pode-se perder a vida ou, então, conseguir a paz.

Perguntas e Respostas

Questão – Muito obrigado pela sua perspetiva. Parece-me claro que esta proposta funciona quando se opera ao nível individual, um para um. Mas por vezes, quando operamos ao nível dos grupos, é muito difícil fazer com que se juntem. Poderia por favor comentar a questão dessa passagem a grupos maiores?

Richard Kearney [RK] – Obrigado pela excelente questão. Parece-me ser mais fácil no um para um. É como a terapia: é mais fácil um para um. Mas estas pessoas não estão a falar meramente na perspetiva individual. Na verdade, elas representam uma comunidade e, por isso, falam na perspetiva do 'nós'. Aquilo que penso é que sendo mais fácil, exequível e eficaz começar no um para um, o passo seguinte deve, sem dúvida, ser o de se passar para o nível da comunidade assim que possível. No exemplo que dei de Derry / Londonderry podemos ver que quando as raparigas vão para as suas comunidades, transformam o 'eu' no 'nós' – os planos não podem ser totalmente separados. Nesse vídeo, a dada altura não são duas pessoas, mas quatro. O que isso significa é que do quatro passamos ao oito, e do oito ao dezasseis, de forma exponencial. Nós fizemos algumas tentativas de diálogos em grupo mas, de facto, tem razão na sua pergunta, do ponto de vista fenomenológico e sociológico: não é tão eficaz. Mas sendo o objetivo que se combinem ambas as abordagens tanto quanto possível, é preciso não esquecer que a partir do momento em que publicamos o vídeo temos potencialmente uma audiência comunitária, e os vídeos são feitos também por respeito pelas respetivas comunidades.

Em suma, não operámos primariamente com o modelo da reunião física de grupos – embora isso tenha sido tentado por outras iniciativas no passado, por

exemplo trazendo grupos de crianças católicas e protestantes de Belfast para Boston para que fizessem partilha de histórias – mas com o modelo da partilha de narrativas no formato digital por parte de pessoas que de alguma forma representam as suas comunidades, também por limitações orçamentais. Mas, de facto, as comunidades são a audiência-alvo.

Questão – Será possível tentar perceber as diferenças individuais, em termos das características de personalidade de cada um, que fazem com que algumas pessoas sejam mais abertas aos outros? Há algumas pistas, daquilo que têm vindo a fazer, que nos permitam perceber esta questão?

RK – Não é uma questão que tenhamos investigado. Mas diria que, em princípio, qualquer pessoa com imaginação é capaz de empatia. Ou, se quisermos expressá-lo de forma menos benevolente, é capaz de humor negro. Pense-se, até, nas representações do Holocausto, por exemplo *Maus* de Art Spiegelman, a banda desenhada em que os judeus são ratos e os alemães são gatos, contada do ponto de vista de um judeu. Por vezes penso que esta capacidade de imaginar e de ter humor acaba por ser mais importante do que ter um doutoramento em filosofia e ser capaz de articular argumentos de forma perfeitamente clara, como se calhar pretenderia Habermas e a sua constelação pós-nacional para a Europa [12].

É claro que nada tenho contra a proposta de Habermas, sou a favor, e todos são convidados a entrar nesta ética normativa do discurso em que deixamos à porta todas as nossas diferenças, a nossa estranheza, a nossa religião e quaisquer características tribais que tenhamos para entrar nesta espécie de discurso iluminista transparente. Acontece que por mais admirável que seja esta proposta, nem toda a gente tem doutoramentos na ética comunicativa habermasiana.

É preciso reconhecer que quanto estamos perante alguém, a injunção acaba por ser dupla: *traduz-me!* e *não me traduzas!* Isto é: *aceita-me como hóspede, mas não me obrigues a ser igual a ti! Deixa-me ser diferente!* A poeta Fanny Howe tem um excelente verso em que diz “Por vezes o hóspede tem de sair do anfitrião para poder continuar a ser um hóspede” [14]. É importante, quando lidamos com o ‘inimigo’, reconhecer que, havendo algo de

irredutivelmente estranho e intraduzível nele, por vezes atingimos os limites da razão. O que não significa adotar um irracionalismo mas reconhecer, mais uma vez, o humor lúdico e a vulnerabilidade, sobretudo quando lidamos com tópicos que são tabu. As pessoas que reconhecem as suas feridas são muito mais propensas a entrar em conversa com outrem do que quem não o faz. É compreensível que haja recalçamento de vulnerabilidades e feridas, mas se estivermos numa situação em que as podemos partilhar, podemos tornar-nos ‘curadores feridos’.

Questão – No meu doutoramento estou a usar, não tanto Habermas mas Rawls e experiências kantianas de pensamento, pelo que não perdi a esperança nessa linha. E fico fascinada com o que disse. No início, mencionou exemplos de ‘diálogos de surdos’ como aquele com os apoiantes de Trump ou o movimento anti-vacinas. Mas aquilo que me pareceu é que esses exemplos são muito diferentes dos exemplos do Guestbook Project que depois foram abordados. Quer dizer, nos casos do Guestbook Project mencionados trata-se do reconhecimento de atrocidades ou injustiças passadas e das suas consequências presentes. E aí o diálogo responderia a uma situação em que uma versão da História impôs todo o tipo de injustiças aos outros. Mas os jovens que entram em diálogo, ou mesmo os seus pais não têm responsabilidade pelo que aconteceu.

Ora, no caso dos apoiantes de Trump ou do movimento anti-vacinas, o que acontece é que eles mobilizam-se, fazem campanha, e acreditam poder convencer os outros e ‘ganhar’. Isto faz, parece-me, com que sejam casos muito diferentes.

RK – A observação que faz tem sentido. Deixe-me começar por dizer que eu também não desistiria de Kant. Como saberá, Kant tem a magnífica descrição do juízo estético reflexivo [16] que pode levar a uma sensibilidade moral através da qual acolhemos tantos pontos de vista opostos quanto possível. Penso que este Kant da terceira crítica [16] é importante para Ricœur e a compreensão narrativa, e sublinhe-se este papel da imaginação para se atingir um consenso moral e uma compreensão partilhada.

Isto leva-nos a outra dimensão da pergunta, e que se prende com as questões do poder. Em todas as narrativas levanta-se o problema do poder, e de quem tem permissão para narrar. No que diz respeito aos apoiantes de Trump e aos movimentos anti-vacinas muitas vezes o que sucede é que eles acreditam ser a minoria e que estão numa relação desigual de poder com a grande indústria farmacêutica, o governo, os *media* liberais e o consenso liberal. Portanto, nessa narrativa, eles são as pessoas comuns que não eram ouvidas até Trump ter aparecido, o senhor da desordem, e que de alguma forma representa os seus inconscientes recalcados. Parecem, portanto, tender a pensar, *Bem, se a lei e o governo da maioria e o consenso liberal não funcionaram para nós talvez este rebelde represente o nosso ponto de vista.*

O que isto revela é um curioso processo de inversão através do qual uma linguagem arrogante de poder tende a mascarar um sentimento de se ser humilhado e de se permanecer sem voz. Num dos exemplos do Guestbook que não mencionei antes há um estudante de Boston que vai a Appalachia e dialoga com um apoiante de Trump numa cidade mineira. Uma cidade abandonada, ressentida. O apoiante explica que vota em Trump porque mais ninguém trará de volta o seu emprego. Do seu ponto de vista, ele é o esquecido, o que está só, enquanto nas cidades se tem acesso a serviços, emprego, cultura, e tudo o mais. Não tendo nada disso, votava em Trump.

Na Irlanda do Norte, o paradoxo é extraordinário. Ambas as comunidades pensam que são vítimas, que estão sob cerco. Do lado dos católicos, é claro que houve supressão de voto e dificuldades no acesso à educação pelo que foram efetivamente oprimidos durante décadas. Mas se falarmos com unionistas, eles dirão que os católicos podem ser a minoria na sua região de Ulster mas que na verdade eles, os protestantes unionistas, são a minoria na ilha da Irlanda tomada como um todo e, portanto, precisam de ser protegidos da grande e perigosa maioria católica nacionalista que a qualquer momento os pode invadir. É, pois, muito frequente olharmos para este tipo de feridas e perceber que elas são comuns a ambas as partes.

Partilho mais uma história, que também relato no meu livro *Radical Hospitality* [18], e que tem que ver com a situação na Irlanda do Norte. Na década de 1980 estive presente numa reunião em Derry que juntava ex-prisioneiros paramilitares, uns protestantes, outros católicos. Acabavam de ser libertados da

prisão. A dada altura, um paramilitar do IRA (Irish Republican Army) contou a história de como, certa noite, estava deitado e ouviu bater à porta. De repente, entraram-lhe pela casa adentro, prenderam-no, amordaçaram-no, colocaram-no na parte de trás da carrinha e levaram-no para um celeiro nos arredores de Derry. Aí, ataram-no a uma cadeira e apontaram-lhe uma arma à cabeça. Estava prestes a ser executado e, nesse momento, perguntou se podia fumar um último cigarro. Deram-lhe o cigarro, que ele fumou da forma mais lenta possível para poder ainda sobreviver esse tempo e, enquanto o fazia, começou a contar a sua história. Por que razão se tinha juntado ao IRA: *Juntei-me ao IRA e é verdade que pus bombas e matei pessoas. É que o meu avô foi preso pela política britânica e espancado até à morte. O meu pai foi preso e torturado, o meu irmão levou um tiro no joelho e ficou manco, a minha mãe teve uma depressão e suicidou-se.* Ele foi contando a história de ofensas chocantes e gravíssimas que atravessavam três gerações a nível pessoal e comunitário, concluindo que era por isso que se tinha juntado ao IRA. Ao terminar a sua história, esperou que a arma disparasse. Estava vendado. Mas a arma não disparou. Então esperou cinco, dez, quinze, vinte minutos. Finalmente, conseguiu libertar-se e foi a pé para casa.

Ao terminar de contar a sua história, outro homem, um lealista que estava na audiência, levantou-se e disse: *Sabe, fui eu que o raptei, e era eu que tinha a arma apontada à sua cabeça. Mas não o matei porque não consegui. Ao ouvi-lo, percebi que a sua história era também a minha história.* Ou seja, de facto ambos tinham histórias de sofrimento e animosidade transgeracional. E foi ao aperceberem-se que, apesar das diferenças, ambos partilhavam uma história de sofrimento enquanto vítimas, que puderam fazer a paz. Depois disso acabaram por se juntar a um grupo de ex-prisioneiros paramilitares das comunidades lealista e nacionalista para tentar trabalhar em equipas de diálogo.

Questão – Como é que se fala com pessoas que realmente não querem falar consigo?

RK – Bem, em primeiro lugar, é preciso reconhecer que não querem falar connosco e respeitar isso. Depois, talvez se continue a bater-lhes à porta, a convidá-las, mas também a aceitar o seu direito a recusar. Talvez se chegue a

um ponto em que se desiste de tentar falar e se faz algo de diferente: fuma-se um cigarro, vai-se dar uma volta, ou introduz-se o elemento lúdico. Há uma história famosa [9] em que Freud se pergunta como é que lidamos com o trauma e dá o exemplo do seu pequeno neto Ernst de dezoito meses, de quem ele ficou a tomar conta em certa ocasião. A mãe de Ernst tinha saído e a criança chorava, mas a dada altura pega num novelo de lã e brinca com ele, de forma que o atira para longe e depois o puxa de volta, imitando a ida e a vinda da mãe. Também balbucia as palavras *Fort*, que significa ausente, e *Da*, que significa ali, como se quisesse exprimir *a minha mãe foi-se embora e a minha mãe voltou*. Por outras palavras, às vezes quando nos confrontamos com o trauma, temos de fazer alguma coisa. Quando as palavras falham e a conversa é impossível, talvez isso seja a oportunidade para tentar fazer alguma coisa.

Considere-se o exemplo de um terramoto no Paquistão. Muçulmanos, hindus, cristãos, todos se ajudam uns aos outros na busca pelos seus filhos no mesmo buraco, porque o que importa mais é o salvamento dos filhos e não quaisquer diferenças que tenham. A outro nível, quem sabe se a pandemia de Covid-19 e a crise climática global não poderão dirigir a nossa atenção para a ação em comum, e se isso não levará a uma liderança pelo exemplo. *Conhecê-los-ás pelos seus frutos*, dizem os Evangelhos [5, Mt. 7, 15-20] – não pelas palavras, mas pelos frutos. O que nos traz de volta às situações em que a conversa pode ser impossível, mas a ação talvez não o seja.

Questão – O que é que as pessoas que se juntam em diálogo através do Guestbook Project acabam por fazer depois de se terem encontrado?

RK – Nos exemplos que dei o resultado imediato é sempre o mesmo. Fazem-se os vídeos que são colocados na página e partilhados com outros grupos e, muitas vezes, os jovens são depois convidados a participar em sessões públicas. Assim, nalguns casos, tornam-se uma espécie de mini embaixadores pela paz. Quando isso não acontece, simplesmente vivem uma vida mais ampla.

Como se pode ver, são coisas simples. Mas tenha-se em conta que isto não são exemplos de questões fáceis. Estamos aqui a lidar com guerras, genocídios, gerações de ódio, e não simplesmente de diferenças políticas menores. O que quero dizer é que se é possível, para estas pessoas, envolver-

se numa espécie de partilha de histórias e chegar à tal terceira história, então nada nos diz que algo do género não seja possível com pessoas como os apoiantes de Trump ou com os movimentos a favor ou contra as vacinas.

Questão – A maior parte dos exemplos que deu são com jovens. Parece-lhe que a juventude é um pré-requisito para que algo deste género funcione? E se sim, pensa que devemos ter esperança na juventude para continuar este trabalho?

RK – Há um velho adágio na Irlanda que diz: *se quiseres saber o que aconteceu, pergunta ao teu pai; se quiseres saber o que as pessoas dizem que aconteceu, pergunta à tua mãe; se quiseres saber aquilo que nunca acontecerá, pergunta aos teus avós*. Podemos interpretá-lo da seguinte forma. A visão paternal prende-se com a História e o conhecimento dos factos; já a visão maternal relaciona-se com a história e aquilo que se conta, porque isso é o que afeta a vida das pessoas. Uma conclusão é que se tem de combinar as duas visões, a paternal com a maternal, a História com a história.

A outra conclusão a tirar desta espécie de sabedoria cómica é que quanto mais velhos nos tornamos sem nos comprometermos com uma espécie de cultura de hospitalidade para com o 'inimigo', mais difícil se torna. Poder-se-ia contrapor o adágio que associa a velhice à sabedoria mas, no que diz respeito ao trauma, é frequente ele ser mais forte nas pessoas mais velhas, e é por isso geralmente muito mais difícil conseguir chegar-lhes. É um pouco como Chomsky defende. Uma criança tem uma competência linguística infinita, um potencial para aprender línguas. E à medida que vamos envelhecendo tornamo-nos mais entrincheirados nas nossas capacidades já adquiridas. O mesmo se aplica às nossas ideias e às categorias das nossas identidades. Por isso, se quiser mudança, fale com os jovens. É muito mais provável que com eles se encontre uma abertura de imaginação e um convite para jogar. E depois os netos ajudarão a converter os avós.

Questão – Qual o papel da abordagem interdisciplinar em projetos como os do Guestbook? E como é que esses exemplos e experiências poderão ajudar a redefinir a disciplina da filosofia?

RK – Eu sou completamente a favor da interdisciplinaridade, e não me parece que o Guestbook Project pudesse sobreviver sem a interdisciplinaridade. Acrescento que para além da partilha digital de histórias com jovens de comunidades divididas, também organizamos múltiplas conferências, seminários e ciclos, e todos eles são interdisciplinares. Posto isto, é preciso dizer que em geral essa interdisciplinaridade abrange sobretudo as ciências humanas. No núcleo do Guestbook Project temos membros de talvez 12 faculdades diferentes mas a sua maioria são das ciências humanas. Neste momento estamos a preparar uma grande conferência intitulada *Hosting the Earth* para discutir como poderemos acolher a Terra da mesma forma como ela nos acolhe a nós. Isso significa discutir a eco-hospitalidade e reciprocidade esta espécie de relação entre anfitrião e hóspede com a Terra. E, nesse caso, estabelecemos uma forte parceria com as ciências da natureza, com biólogos, biólogos marinhos e físicos. A nova física é extremamente importante nestes temas e, a esse respeito, acho que a relação entre as ciências e as artes é absolutamente crucial.

Questão – Independentemente daquilo que pensemos sobre as redes sociais, o facto é que elas representam uma boa parte das interações sociais hoje em dia. Nesse contexto, a comunicação é muitas vezes extremamente tóxica, com a desinformação e com movimentos que podem ser inorgânicos mas que se tentam organizar e tornam o diálogo cada vez mais difícil. Será possível chegar a estas pessoas nas redes sociais? Qual é a sua experiência e o seu conselho sobre este assunto?

RK – O meu conselho é, simplesmente, que se contem melhores histórias. Há um ditado nas sociedades gaélicas que fala do ‘pelo do cão que te mordeu’. Se estiveres de ressaca por teres bebido demasiado whisky a noite passada, bebes um copo de whisky de manhã para passar a dor de cabeça. Na doença por vezes também encontras a cura. É um pouco como o princípio de passar a alguém uma forma moderada do vírus para acionar a resposta imunitária, e é um princípio médico ancestral.

No que diz respeito ao mundo da comunicação digital, diria que não faz sentido banir a internet. Isso não vai acontecer e não deve acontecer. Aplicando, então, o princípio de que falava, a questão é envolvermo-nos e contarmos

melhores histórias. Se o veneno vem da desinformação e das teorias da conspiração como o QAnon, temos de contar uma história mais forte. Às vezes, fico desesperado com os meus colegas democratas liberais aqui nos EUA que simplesmente se abstêm de se envolver nessa luta. O que fazem é queixar-se e dizer que devemos apelar ao Tribunal Supremo. Não me parece que consigamos justiça suficiente dessa instância neste momento. A resposta a uma má história tem de ser uma história melhor.

Questão – Como é que encontram as pessoas que participam no Guestbook Project? São todos voluntários, andam à procura das pessoas?

RK – É um pouco viral e por contágio. Começámos no Boston College e depois estabelecemos parcerias, primeiro com outras universidades em Boston, depois na Nova Inglaterra e na América do Norte, em seguida na América do Sul e na Europa e, finalmente, na Ásia. Neste momento temos parcerias por todo o mundo. Existindo a página e as redes sociais, há convites abertos e o processo desenrola-se por contágio. As pessoas contam umas às outras e submetem o seu trabalho e é a partir daí que começamos. Mas todos são bem-vindos. Poderíamos descrever este processo como uma espécie de movimento testemunhal horizontal, até porque não trabalhamos com nenhuma agência governamentais nem com as Nações Unidas ou organizações desse género. É uma organização desde baixo, horizontal, e que funciona como rizomas ou como cogumelos. É, como lhe chamam, uma espécie de rede de micélio que estabelece ligações subterrâneas, tal como as árvores, e grande parte da natureza, comunicam. Dir-se-ia, pois, que isto é também um modelo para a comunicação digital transformadora. Há uma rede deste género debaixo dos nossos pés, e outra ‘no ar’, a digital.

Questão – Pode olhar-se para o Guestbook Project como um projeto de reconciliação, dado que o salto ‘impossível’ da hostilidade para a hospitalidade visa mudar as atitudes das pessoas e fazer com que contem uma nova história na qual o inimigo passar a ser alguém com quem podemos colaborar. Mas quando estamos a falar destes outros movimentos de pessoas com crenças estranhas, também estamos a falar de fazer com que as pessoas mudem de

ideias. Será que o Guestbook Project tem algum modelo para que isso aconteça? Será que a chave está no conselho de se contar uma melhor história?

RK – De facto, o Guestbook Project tem as características que descreveu, e é também isso que tento fazer com Melissa Fitzpatrick no livro *Radical Hospitality. From Thought to Action* [18]. Em parte, o movimento também é do texto e da conversa para a ação. Diria que um elemento fundamental está na atitude. Primeiro, tem de se reconhecer o inimigo como inimigo, não pensando que a animosidade vai desaparecer porque assim o desejamos. Existem inimigos que têm visões completamente opostas às nossas e não vamos conseguir convertê-los de um dia para o outro. É importante ser-se claro e corajoso em relação a isto, o que também implica reconhecer os limites da hospitalidade radical, que há-de falhar pelo menos tantas vezes quantas aquelas em que tem sucesso. Em segundo lugar, e trabalhando-se através das feridas pré-existentes, também é necessário admitir que também não vamos conseguir uma tradução fácil através da qual se chegaria a um consenso comum.

Para além disso, o que é preciso é mudar a perspetiva. Quando se fala de histórias em competição trata-se, como abordámos antes, de uma questão de poder, de uma reivindicação de vitória. Note-se como o movimento de Trump, *Make America Great Again* é todo ele sobre grandeza, glória, triunfo. Isso é parte da natureza humana, do ego, ao nível individual e comunitário. Mas então e se mudarmos de perspetiva e o foco estiver não naquilo que ganhámos, mas no que perdemos, e em como estamos perdidos?

No que diz respeito à emergência climática, em certo sentido estamos todos perdidos. Estamos todos juntos nisso, partilhamos uma ferida comum porque todos partilhamos uma Terra comum que está ferida. E, frequentemente, quando queremos desenvolver empatia com alguém, é através da ferida. Há um romance muito bonito de um escritor irlandês, Colum McCann, intitulado *Apeirogon* [20], e que conta uma história verdadeira sobre dois ativistas, um israelita e um palestino. Ambos perdem as suas filhas, uma num atentado suicida, a outra por um membro da polícia fronteiriça. E a história é sobre a forma como se aproximam na dor. Há uma dor partilhada, como no caso dos ex-paramilitares da Irlanda do Norte. E quando isso acontece, por vezes conseguimos um avanço, por pequeno que seja. Reconheço-te porque tiveste

uma criança que sofreu. Perdeste uma criança. Como descreve Dostoiévski no capítulo “O Grande Inquisidor” n’*Os Irmãos Karamázov* [7], o caso sobre a existência do mal no qual todos podemos concordar é o da tortura de uma criança inocente. Podemos, por isso, dizer que há coisas que são quase-universais.

Posto isto, valorizemos a diferença, as identidades, o multiculturalismo. Reconheçamos todas as múltiplas identidades plurais. Mas reconheçamos também a existência de fenómenos e valores transculturais e quase-universais. E um deles, que partilhamos, é o sofrimento pela perda de um ente querido. Penso que, por vezes, é aí que temos de começar: pelo reconhecimento de sofrimentos partilhados. Talvez, a partir daí, seja depois possível avançar.

Bibliografia

1. Arendt, H., *A Condição Humana*, Relógio d’Água, 2001.
2. Aristóteles, *Poética*, Gulbenkian, 2018.
3. Belton, N., *The Good Listener*. Helen Bamber, a life against cruelty, Weidenfeld and Nicolson, 1998.
4. Benjamin, W., “A Tarefa do Tradutor”, in *Linguagem / Tradução / Literatura*, Barrento, J. (ed.), Assírio & Alvim, 2015.
5. *Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, 2001.
6. Benveniste, E., *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, Minuit, 1969.
7. Dostoiévski, F., “O Grande Inquisidor”, in *Os Irmãos Karamázov*, 1ª e 2ª Partes, Volume 1. Presença, 2002.
8. Dufourmantelle, A. & Derrida, J., *De l’hospitalité: Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre*, Calmann-Lévy, 1997.
9. Freud, S., *Para Além do Princípio do Prazer*, Relógio D’Água, 2009.
10. Guestbook Project. Disponível em <http://guestbookproject.org>.
11. “In Peace, Apart”. Guestbook Project. Disponível em <http://guestbookproject.org/in-peace-apart/>.
12. Habermas, J., *The Postnational Constellation. Political Essays*, MIT Press, 2001.
13. Homero, *Ilíada*, Cotovia, 2005.
14. Howe, F., *Love and I*, Graywolf Press, 2019.
15. Joyce, J., *Finnegan’s Wake*, Wordsworth, 2012.
16. Kant, I., *Crítica da Faculdade do Juízo*, INCM, 2017.
17. Kearney, R., *Anatheism: returning to God after God*, Columbia University Press, 2009.
18. Kearney, R. & Fitzpatrick, M., *Radical Hospitality. From Thought to Action*, Fordham University Press, 2021.
19. Kristeva, J., *Fremde sind wir uns selbst*, Suhrkamp, 1990.
20. McCann, C., *Apeirogon. Viagens infinitas*, Porto Editora, 2021.
21. Platão, *O Sofista*, Gulbenkian, 2011.
22. Ricœur, P., “Le pardon difficile”, in *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, Seuil, 2000.
23. Ricœur, P., “Reflections on a new ethos for Europe”, in *The Hermeneutics of Action*, Kearney, R. (ed.), Sage Publications, 1996, pp. 3-13.
24. Ricœur, P., *Sur la Traduction*, Bayard, 2004.
25. Ricœur, P., *Temps et récit. Tome III. Le temps raconté*, Seuil, 1985.
26. “The Armenian Genocide: an exchange of narratives”. Guestbook Project. Disponível em <http://guestbookproject.org/armenian-genocide-an-exchange-of-narratives/>.
27. Vulliamy, E., “Across the divide in Northern Ireland”. *The Guardian*. 14 de Dezembro, 2014. Disponível em <https://www.theguardian.com/film/2014/dec/14/across-divide-northern-ireland-film>.

28. "War Letters: To Kill or to Kiss". Guestbook Project. Disponível em <http://guestbookproject.org/war-letters-to-kill-or-to-kiss/>.
29. Weil, S., *L'Iliade* ou le poème de la force, Rivages, 2014.

Considerações sobre Pseudociência, Desinformação e os Obstáculos à Ciência com a Antiguidade como Pano de Fundo

Nelson Ferreira¹

Resumo: A presença mediática das pseudociências tem sido intensamente exponenciada pelas redes sociais. Apesar do efeito de escala que as novas tecnologias geram, argumentamos neste capítulo que este fenómeno não é novo e, a título ilustrativo, analisam-se algumas passagens da obra de Galeno de Pérgamo, mostrando o que esta perspectiva histórica nos revela. Argumenta-se também que, se tivermos em conta a forma como o conhecimento era gerado na Antiguidade, tal fenómeno até pode ter um potencial positivo na literacia científica das populações modernas.

Se a proposta deste capítulo fosse elencar os desafios que o progresso científico enfrenta, provavelmente a pseudociência e a chamada ‘informação falsa’ não seriam identificadas como os principais obstáculos a ter em conta. Isto porque tanto a ‘pseudociência’ como a divulgação de informação falsa e sentenciosa sobre os princípios da natureza não são uma novidade dos dias de hoje. Partindo desta premissa, pretendemos com este texto argumentar que a informação de má qualidade pode até ser um catalisador da ciência e não tanto um travão, se canalizada adequadamente e submetida a observação por parte da comunidade científica, e escrutínio por parte da população.

É certo que, instigada pela escala das redes sociais, a magnitude do impacto atual das pseudociências parece incomparável a qualquer outro momento histórico. No entanto, a analogia com o mundo sobrenatural, o dogma e a informação baseada em análises distorcidas pelo preconceito e tradição conviveram com o desenvolvimento das sociedades humanas. Tal atitude para com o mundo natural, o seu entendimento e explicação foi sempre generalizada, sem que para isso fosse necessária uma rede de distribuição digital e automatizada. E em causa não estava apenas a tradição oral dentro de núcleos sociais semipermeáveis a contactos com mundos exteriores, mas também o

¹ CECH-UC.

registro material de observações da natureza à luz dos paradigmas de então. A informação visando estabelecer definições baseadas em crenças e negando a inquirição da natureza aparece em escritos antigos, sob a forma de aforismos ou mitos estabelecidos na literatura. Isto é comum a diversas tradições culturais que vão desde os textos cuneiformes da antiga Mesopotâmia, escritos do período paleobabilónico (c. II milénio aC), até às mesinhas contidas em coletâneas como a *Medicina Plinii* (século IV dC). [2]

Considerando as sociedades humanas ao longo da história e partindo de uma leitura macroscópica dos diferentes contextos culturais, diria que o grande desafio da ciência moderna está na manutenção do progresso e no enraizamento de saber gerado na comunidade. A ciência enquanto fonte do saber estrutural de uma sociedade implica que os indivíduos que compõem essa mesma sociedade devam, por um lado, querer saber mais, numa dimensão utilitária do bem comum e, por outro lado, pensar mais e melhor. Nesse sentido, não só a apetência pela melhoria das condições de vida, mas também a curiosidade, o inconformismo e o espírito crítico são os componentes da engrenagem necessários para um incremento do saber constante, estável e sustentável, dentro de uma democracia moderna e em evolução. Obviamente, e independentemente do momento histórico, circunstâncias sociais como estas não são fáceis de alcançar.

O estabelecimento de conhecimento sem base empírica ou análise baseada no método científico é anterior à ciência e, possivelmente, até está na sua génese. Se nos reportarmos à Antiguidade, pode dizer-se que sempre houve vozes que se manifestaram contra o conhecimento estabelecido, baseado em dados errados, ou leituras limitadas dos fenómenos naturais pela ausência de critério metodológico. Encontramos em Galeno de Pérgamo (c. 129-216 dC) um exemplo paradigmático da denúncia disso mesmo e, por vezes, também da prática do objeto da sua crítica. O filósofo e médico grego, que terá exercido na corte do imperador Romano Marco Aurélio (c.121-180 dC), deixou uma extensa obra dedicada, por um lado, à inquirição da natureza das coisas e das pessoas e, por outro, à instrução sobre essas mesmas matérias. No entanto, devemos notar que ainda que Galeno demonstre procedimentos associáveis ao método científico – como sejam a indagação sobre todos os componentes de um sistema, análise multifatorial, crítica epistemológica, teste e verificação de contexto –

também é certo que cede à própria ausência de informação vigente à época, e que frequentemente chega a conclusões erradas. Contudo, o médico grego não deixa de ter presente a dimensão e quantidade de elementos que compõem o estado das coisas e a dificuldade em poder perceber e descrever os mecanismos da ação/reação destes. O seguinte exemplo, extraído da obra *De alimentorum facultatibus*, dá conta da percepção da complexidade dos sistemas em interação na natureza e da necessidade de os definir e distinguir:

De facto, é normal as pessoas, ignorantes nestas coisas, equivocarem-se sobre as práticas médicas. Todavia, uma pessoa não deve concordar com os médicos que deixaram em aberto demasiadas questões relevantes. Pois não é apropriado simplesmente dizer que os peixes das pedras são bem digeridos pela maior parte das pessoas, mas que existe gente que digere carne mais facilmente. Em vez disso, aqueles deviam definir o que cada grupo (de paciente) é.

Da mesma forma, também não é apropriado tecer comentários sobre o mel de uma forma superficial, mas antes (argumentar) tendo em conta a sua característica (específica) que é benéfica ou nociva em certas idades, condições naturais, estações, regiões ou estilos de vida. Por exemplo, aquilo que é mais prejudicial para as pessoas de natureza seca e quente, mas muito benéfico para as que são (de natureza) húmida e fria; assim como (considerar) qual é o comportamento (do alimento) em função da ‘constituição’ (de cada pessoa) motivada pela idade, natureza, estação e estilo de vida.²

Repare-se que o saber sobre as diferentes matérias que compõem a química, a física, a biologia ou mesmo a anatomia estava ainda num estado embrionário no século II dC. Apesar disso, aspetos basilares do método científico aparecem claramente definidos, mas também o seu contrário: ilações enviesadas por leituras superficiais ou desinformadas por parte de indivíduos com prática nas diferentes áreas do saber estabelecido à época. Tomando o passo anterior como referência, Galeno define um sistema de interações que resultam num objeto concreto. Este sistema é complexo e gerador de um contexto único e, por isso, impossível de definir corretamente sem as ferramentas adequadas. E devemos notar o reconhecimento por parte do autor

² Galeno, *De alim*, 6.470.5-471.5. A obra citada de Galeno, publicada em [1], foi traduzida a partir do original grego.

grego da incapacidade para definir o problema, em vez de partir para uma tese baseada em fragmentos de informação – algo que é provavelmente o motor principal da criação e divulgação de pseudociências na atualidade.

Mesmo os grandes faróis do saber na Antiguidade – a Atenas dos filósofos, a Alexandria do Museu e da Biblioteca, ou a Roma para onde confluíam todas as vias – não foram imunes ao obscurantismo. A explicação de fenômenos naturais através do mundo do sobrenatural e do mito era provavelmente a mais comum entre a generalidade da população. Portanto, devemos assumir que as pesquisas e notas de Plínio-o-Velho (c. 23 – 79 dC) no seu trabalho enciclopédico *Naturalis Historia*, ou o tratamento descritivo e analítico do mundo natural pelo filósofo e botânico grego Teofrasto (c. 371– 287 aC), provavelmente não eram a regra, mas antes a exceção [4]. À luz da Modernidade, estes autores, entre muitos outros, são intelectuais curiosos que no seu tempo contribuíam para a produção, crítica, desenvolvimento e acumulação de conhecimento. Mas teriam estes sido conhecidos e respeitados pelo comum cidadão da Antiguidade, pouco interessado na aquisição de novo conhecimento sem impacto no seu quotidiano ou com muito limitado acesso às novidades dos académicos de então?

Na verdade, não temos resposta a esta pergunta, já que as vozes da generalidade da população rural antiga foram silenciadas pelo tempo. Mas a possibilidade que estes estudiosos fossem amplamente ignorados ou gerassem até animosidade é grande. Uma vez que o acesso a uma formação basilar que permitisse entender e adquirir novos saberes era reduzido, e dada a dificuldade de preservação e desenvolvimento do conhecimento, é de supor que as pessoas estivessem pouco atentas e predispostas a procurar novo saber sem valor aparente para as suas atividades do quotidiano. No final de contas, a Humanidade não mudou muito ao longo do tempo: a facilidade e necessidade são os pilares do estabelecimento e incremento qualitativo da informação. Durante a Antiguidade – e mesmo até muito recentemente – o estudo foi quase exclusivamente levado a cabo por elites, compostas por porções muito pequenas da população, essencialmente urbana, não tendo a escala necessária para criar raízes dentro do pensamento popular e tradicional.

Em contexto moderno, quando falamos em pseudociência e ‘informação falsa’, estará em causa, na maioria dos casos, a divulgação de informação parcial ou truncada sobre fenômenos não entendidos por grupos de pessoas que,

na maioria dos casos, têm formação académica superior. Isto é, são indivíduos com um determinado nível de formação reconhecido, o que pode gerar uma certa legitimidade e autoridade no discurso; no entanto, não têm conhecimentos que lhes permitam entender a problemática que tentam tratar, nem tampouco criticá-la ou analisá-la à luz de factos empíricos e baseados no método científico. Nesse sentido, os criadores da ‘pseudociência’ caem no mesmo erro que Galeno notava no passo citado anteriormente. Galeno de Pérgamo criticou frequentemente filósofos que, a partir de um conhecimento fragmentado, mas legitimado quer pela sua condição de sábios, quer pela sua capacidade retórica, descreveram fenómenos naturais de forma errada. A propósito leia-se:

(...) o texto de Diócles³ (citado) anteriormente é de alguém que julga que as propriedades da comida são inteligíveis apenas pela experiência e não pela informação sobre as misturas ou os humores. Portanto, ele não reparou que também existe outro tipo de indicações a propósito das partes das plantas. Ora, eu refiro-me à indicação acerca das plantas, da mesma forma que Mnesiteu⁴ proclamou diante de outros, ao demonstrar que algumas propriedades existem nas raízes das plantas, mas outras nos caules; assim como há outras nas folhas, nos frutos e nas sementes.

Por isso, agora toda a gente, ainda que pouco instruída, sabe que, da mesma maneira que a experiência ensina muitas outras coisas, também (lhes) dá a conhecer os alimentos que são digestivos ou indigestos, saudáveis ou insalubres, laxantes ou obstipantes. Todavia, caem num grande erro, ao usar um juízo nestas mesmas matérias, sem critérios de diferenciação, tal como demonstrei em *Acerca das faculdades das drogas simples* e no terceiro livro de *Sobre as misturas*; e, na realidade, os erros são os mesmos em cada caso. [1, 6.456.15-457.15]

E ainda:

Alguns alegam entender essas (faculdades) através da experiência individual, outros querem também aplicar uma metodologia académica; nesse sentido, outros consideram ser este último (método) o mais importante. De facto, certamente, tal como (sucede) com os que escreviam sobre geometria e aritmética, se os seus

³ Célebre médico, também denominado por Diocles Medicus, que terá vivido e trabalhado em Atenas (c. séc. IV aC).

⁴ Mnesiteu de Atenas (séc. IV a.C.), a seu respeito ver [3, p. 156].

tratados sobre os alimentos concordassem em tudo, não seria necessário para mim ter o trabalho de escrever outra vez sobre as mesmas coisas (já) tratadas por outros autores. Porém, como ao apresentarem diferentes opiniões se levantou a suspeita sobre uns e outros [pois, de facto, não é presumível que todos falassem verdade], é forçoso inquirir e também (é necessário) que nos tornemos juízes imparciais do que está postulado. Pois é errado confiar mais num (autor) do que em outros sem os pôr à prova. Uma vez que os ensaios preliminares são de um género dúbio [já que a partir da percepção ou do conhecimento palpável se faz toda a demonstração e prova segura], é-nos também necessário fazer uso de uma ou de outra, ou de ambas as duas, para a projecção do objeto em análise. [1, 6.454.1-455.1]

Estas considerações são efetivamente reparos ao processo de construção e partilha do saber, mas obedecem a um requisito essencial do método científico: o estudo e análise do saber estabelecido e discussão da própria crítica. Nesse sentido, pode até dizer-se que as considerações de má qualidade potenciam a criação de novo conhecimento, ou pelo menos a reforma das bases da sua definição.

Ora, bem vistas as coisas, e acreditando em Galeno, provavelmente, a desinformação baseada na falta de conhecimento especializado, mas legitimada por um certo estatuto intelectual, sucedia na Roma imperial. Contudo, haveria uma diferença substancial em relação à nossa situação presente, e que impede um paralelismo objetivo: a falta de informação sobre natureza das coisas era o estado comum tanto do cidadão sem educação como do douto filósofo. Por esse motivo, devemos usar com uma certa cautela o conceito de ‘desinformação’ quando aplicado à Antiguidade. No caso dos ‘difusores modernos’ a informação prévia existe, mas ou é ignorada de forma consciente ou é adulterada com o objetivo de responder a uma crença ou alcançar algum fim de carácter sociopolítico. Na Antiguidade, a circunstância não era necessariamente esta, já que as ferramentas de acesso ao conhecimento ou ao treino no campo da inquirição não estavam democratizadas. Ainda assim, devemos notar que isto não significa que mesmo o conhecimento estabelecido não fosse negado ou adulterado devido a vieses de origens sociopolíticas ou religiosas.

Portanto, devemos estar conscientes que a ‘pseudociência’ nem é novidade, nem muito menos a sua divulgação como ‘falsa informação’; mas a

sua continuidade nos dias de hoje é de justificação mais complexa. Por outro lado, a resistência ao conhecimento 'testado' e baseado na análise tampouco é nova e está muito dependente da resistência do senso comum à lógica das ciências naturais, quando negligenciadas durante o percurso académico ou revistas mediante novos paradigmas. Esses novos paradigmas não correspondem a novas descobertas científicas, mas antes a novas críticas, generalizadas e socializadas, ao saber estabelecido, que podem ser enviesadas ou não. É mais difícil acreditar em algo que necessita da conjugação de variáveis e de níveis ou áreas de conhecimento dificilmente dominadas por um único indivíduo do que numa resposta fácil e concreta que, ainda que careça de lógica, possa ser entendida por qualquer indivíduo, dependendo da qualidade retórica do transmissor dos 'novos ensinamentos'.

Ora, voltando a recorrer a Galeno, podem encontrar-se avisos sobre o efeito que uma análise sem conhecimento de base pode ter na compreensão do mundo que nos rodeia. O estudo é a qualidade fundamental para evitar o erro, como nota o médico e filósofo grego:

(...) Pois só a prática intensiva e o treino conduzem o artesão à perfeição. É por isso que argumento estar correta a maioria das pessoas que diz que a melhor instrução se adquire através da experiência pessoal e que é impossível para alguém tornar-se um sabedor ou um especialista em outra qualquer arte (somente) através de um livro. Isto (que escrevo) são conselhos para aqueles que previamente estudaram e aprenderam; e não uma instrução completa para aqueles que não sabem (já disto). Nesse sentido, se alguns destes a quem falta instrução desejam atender de forma cuidada àquilo que está descrito claramente e em detalhe, tal como eu próprio faço, lucrarão muitíssimo, especialmente se não hesitarem em lê-lo muitas vezes. [1, 6.480.1-15]

O problema não reside na informação errada, já que a falta de capacidade para entender a natureza na sua complexidade é característica da racionalidade humana. São necessárias ferramentas e cooperação intelectual para que a limitação do indivíduo possa ser ultrapassada. O perigo está em não se usar recursos tais como o estudo e as sinergias entre múltiplos intelectos para chegar à verdade ou pelo menos deixar o erro a nu.

Definitivamente, o avanço das ciências humanas parece não estar manietado pelo fenómeno da pseudociência. Esta afirmação tão categórica é obviamente uma percepção pessoal e carente de fundamentação e estudo, pelo que este ensaio contraria assim as recomendações de Galeno. Isto é, entramos no âmbito do palpite, fundamentado em dados fragmentados quer do passado, quer do presente.

A partir da perspectiva de um historiador que tem como principal ferramenta de trabalho fontes materiais e escritas da Antiguidade, trabalhando essencialmente com os recursos filológicos, pode dizer-se que o problema atual é bidimensional. Por um lado, enfrentamos atualmente um reduzido financiamento e, por outro, um reduzido interesse na ciência e no seu desenvolvimento, tendo em conta a potencial escala de uma sociedade instruída e democrática. Mais uma vez insistimos que tal não é novidade, mas considerando o acesso atual da comunidade ao conhecimento, é preocupante. A verdade é que, de modo a avançar em qualquer nível de conhecimento é necessário um esforço incremental. À medida que a ciência progride faz-se mais complexa, pelo que, para provocar a sua expansão é também necessária mais 'energia intelectual', mais recursos técnicos e humanos que não dependam só de um investigador, mas de vários investigadores e de várias áreas do saber. Estes recursos humanos, obviamente, necessitam de ser pagos, pelo que, inevitavelmente, quanto mais a ciência progride, de mais recursos necessita, quer para a sua manutenção, quer para a nova produção. No entanto, enquanto esta carência de pessoas a trabalhar na produção de ciência cresce de forma incremental, o suporte financeiro e técnico necessário para as garantir não cresce em proporção. Definitivamente, isto não ajuda a ciência enquanto base do desenvolvimento humano dinâmico e contínuo. Para além disso, acrescenta-se que a ciência não está a chegar devidamente à população em geral.

De forma a ser sustentável, a ciência teria que chegar a mais gente, em vez de estar simplesmente disponível, ser demandada e consumida como qualquer outro produto num mercado de valores intangíveis. Ou seja, o conhecimento pelo conhecimento deveria ser fonte de interesse. Por vezes a ciência atrai atenção, principalmente de áreas que conjugam as engenharias, enquanto 'produtos de mercado' mas, em geral, e tendo por base a economia atual, a ciência enquanto 'consumível' ou 'serviço' não está a chegar

devidamente, e de forma alargada, a todos. Tendencialmente, apenas os 'produtos científicos' de alto impacto acabam como produto de consumo e, pela sua função prática, adquirem sustentabilidade financeira. E a verdade é que a maior parte desses produtos com alto impacto na vida das pessoas surgiram como resultado da serendipidade que a busca do saber pelo saber gerou.

Existem, então, dois obstáculos ao progresso contínuo da ciência em todas as suas áreas: por um lado, o financiamento; por outro, a falta de interesse no conhecimento científico que, a existir, geraria inevitavelmente mais recursos e, conseqüentemente, mais ciência. Numa realidade fictícia, ou pseudorealidade, onde estas dificuldades não existissem, a ciência poderia ser, inclusive, uma forma de subsistência viável como outras áreas do mercado laboral.

A partir de uma perspectiva historiográfica, não é possível resolver este problema. Isto é, a Antiguidade não encontrou soluções para dificuldades similares e, se tivesse encontrado respostas, provavelmente não nos referíamos à Antiguidade como Antiguidade. Se considerássemos as percentagens de participação na produção de saber por parte da população da Magna Grécia (séc. V-IV aC) ou do Império romano do século I e II dC, tendo em conta as obras de 'pré-cientistas' ou filósofos que nos chegaram, definitivamente não teríamos um número capaz de causar um impacto social equiparável aos dias de hoje. Também podemos argumentar que as necessidades eram menores. Isto apesar da abismal diferença do saber dos dias de hoje comparativamente à Antiguidade. Tendo em conta a menor complexidade do conhecimento estabelecido, havia muito mais por saber e descobrir, mas menos conhecimento estabelecido que tinha de ser conservado e aprofundado, também devido ao difícil acesso ao conhecimento produzido e à dificuldade de se conseguir um registo pouco perecível. Devemos recordar que, a partir de um ponto de vista da gestão do conhecimento, quanto maior a informação, maiores as necessidades de filtragem e melhoramento desse mesmo recurso.

Definitivamente, parece-nos, e a afirmação seguinte não tem por base qualquer prova empírica, sendo pura especulação, que terá havido pouca gente dedicada à ciência na Antiguidade. Os recursos eram essencialmente humanos e dependiam muito do estudo individual e análise de fontes anteriores. Em resumo, o foco da energia dos sábios antigos estava na compilação, preservação e ensino. Haveria também as bibliotecas ou os patrocínios de escolas de saber,

que teriam grande impacto na preservação e na produção e divulgação do saber, mas estavam circunscritas no tempo e por vezes em espaço.

A magnitude das diferenças entre a Antiguidade e os dias de hoje faz com que qualquer comparação direta, para além de ser anacrónica, se torne inverosímil, e a analogia entre ambos os períodos históricos, no mínimo, questionável. Assim, é certo que não podemos contar com os antigos para resolver problemas modernos. No entanto, é possível olhar para as fontes antigas e identificar o esforço que foi feito para lidar com as dificuldades já mencionadas. Ou seja, as dificuldades que a falta de conhecimento podia gerar e que eram reconhecidas, e também as vantagens que um maior conhecimento podia trazer. Aqui Galeno de Pérgamo pode ser entendido como o expoente da defesa da necessidade de saber mais e melhor, advogando o progresso do conhecimento sobre a natureza das coisas no século II d.C. Não significa isto que ele tenha sido um paladino imparcial e absoluto do conhecimento crítico e científico. Isto porque um filósofo ou cientista muitas vezes é levado a apostar contra a sua própria teoria, o que não terá definitivamente sido o caso do autor grego. Apesar das muitas experiências que levou a cabo e do extenso estudo a que se dedicou, Galeno defende a sua teoria recorrentemente com recurso à retórica, e poucas vezes submete as suas teorias ao *stress* da crítica, tendendo ao autoelogio das suas ideias. Isto é, os argumentos do médico grego nem sempre têm por base uma autoanálise, mas antes uma autodefesa que não se coaduna com a ciência como a entendemos. Também por esse motivo, não podemos olhar para o passado e pensar que os antigos têm o mesmo paradigma do conhecimento que os cientistas da modernidade, ou que a aproximação holística à natureza das coisas estabelece os antigos como referências monumentais para a construção do saber.

Na verdade, a aproximação holística à ciência não é uma palavra com sentido quase ritual, como se vai ouvindo entre os cultores das chamadas 'medicinas alternativas' ou 'gurus da autoajuda'. No âmbito do método científico, o termo 'holístico' implica uma discussão pluridisciplinar, multidimensional, e a construção de perspetivas descomplexadas e sem prejuízos. Por outras palavras, consiste em pensar uma ideia com recurso a vários ângulos e tendo por base a conjugação de várias áreas do saber. Não é, portanto, uma aproximação xamanista e ritual, numa tendenciosa e desajustada leitura naturalista, quase

religiosa. A visão holística, tão evocada pelos cultores das pseudociências, até pode ter como inspiração o trabalho de Galeno de Pérgamo, que efetivamente tentava considerar todas as dimensões de um problema ou sistema de interações. Mas o estudioso antigo lidava com recursos imensamente mais limitados e com uma informação de base que não lhe permitiria perceber a natureza nas suas dimensões química e física. Ainda assim, arriscamos dizer que quando o termo 'holístico' é usado em contextos modernos, verdadeiramente o que está implícito é uma visão superficial das coisas – e também algum marketing. Já na Antiguidade, as dimensões consideradas eram apenas aquelas que podiam ser identificadas na época. Ora veja-se o seguinte exemplo:

(...) quando coadas as lentilhas e fervidas duas vezes, deitada fora a água da primeira (fervura) e misturado depois um pouco de sal ou garum, e adicionando ainda uma pequena quantidade de algo que estrinja – tanto quanto não afete o sabor –, produzirá um bom e muito útil remédio e ao mesmo tempo um alimento para muitos pacientes de diarreia crônica. Ora, eu digo 'para muitos', cuidando não dizer 'para todos', porque é necessário aplicar-se critérios distintivos pelos quais as disposições daqueles que padecem de diarreia crônica serão identificadas. De uma maneira geral, uma coisa não pode ser testada empiricamente de forma apropriada, sem primeiro, pelo uso da razão, inquirir-se sobre a composição à qual se está a aplicar o exame, seja comida, bebida ou fármaco. Ora, é a composição dos remédios (a fonte) para o entendimento de tais disposições e não propriamente o conhecimento dos remédios por si só; isto é, sem conhecer de forma precisa as faculdades dos materiais usados, é impossível ajudar aqueles que deles necessitam, pois é necessário discutir as faculdades dos alimentos – tal como já foram discutidas as faculdades dos fármacos num outro livro. O conhecimento dessas propriedades é obtido com esforço, através de ensaios por um largo período de tempo e pela natureza dos odores e sabores, cujas comidas em análise aparentam ter; e também através da consistência que adquiriram no que se refere à viscosidade, à friabilidade e à porosidade; e também à solidez, à leveza e ao peso. Todas estas coisas conduzem ao entendimento, de tal modo que, ao chegar a um país estrangeiro e ao te deparares com alimentos que nunca tinhas visto, terás um bom ponto de partida para o conhecimento das suas propriedades. [1, 6. 478.1-479.10]

Devemos ter em atenção o contexto em que este comentário foi produzido. Apesar da longa tradição de inquirição filosófica documentada desde os textos pré-socráticos (c. século VII aC), o método científico e a distinção das várias áreas da ciência não existiam como as entendemos, pelo que a abordagem holística deriva das dimensões que o conhecimento da época podia cobrir.

É oportuno questionarmo-nos em que medida pode a história contribuir para o desenvolvimento e progresso da ciência, além de explicar como chegámos aqui e, portanto, por que razão somos o que somos e fazemos o que fazemos. Ora, o estudo da história antiga pode também ajudar a entender as dificuldades que os antigos enfrentavam e as formas como as tentavam resolver a partir da criação do conhecimento. Havia um esforço para contrariar o estado de ignorância e entender esse esforço com os escassos recursos disponíveis à época pode trazer pistas sobre como otimizar os recursos que as infraestruturas do saber têm nos dias de hoje. E claro está – recuperando o lugar-comum mencionado acima –, reconstruir o percurso feito desde a Antiguidade até aos dias de hoje será útil para argumentar sobre a necessidade de apoio à sua continuidade. Isto não só desde uma perspetiva diacrónica, mas também sincrónica.

Entender os avanços e recuos, muitas vezes ditados pela falta de conhecimento ou pela disrupção de grupos e instituições dedicadas à produção e proliferação do conhecimento pode permitir identificar riscos na atualidade, que talvez não sejam tão mediáticos como ‘influencers’ anti-vacinas, mas podem igualmente representar um perigo para o progresso do saber e consequentemente da sociedade humana. Na transição do período clássico para o período medieval podemos encontrar essa disrupção, que não foi um apagão total, mas antes uma redução dos canais de transmissão do saber. Houve em determinadas regiões uma travagem no progresso do conhecimento e isto resultou da menor quantidade de pessoas e recursos dedicados ao saber e da redução da circulação e distribuição de informação, motivadas pela implosão do urbanismo e instabilidade política. Mesmo a má informação aparentemente terá mirrado, se excluirmos da equação sociocognitiva os dogmas religiosos.

Devemos recordar o exemplo de Galeno, cujos esforços para contrariar a má informação redundavam na produção de conhecimento, pelo que a falta de circulação de má informação é em si mesma um sintoma e uma consequência

da falta de produção científica e da sua distribuição. A crítica e o debate são mecanismos essenciais do conhecimento e do seu progresso. A falta de produção de má informação implica também perda de saber que teve de ser recuperado e novamente processado. Não devemos, por isso, menosprezar o valor da desinformação para manter ativo o debate científico e espicaçar a revisão do saber estabelecido. Por um lado, a negação implica a existência de uma base científica a ser rejeitada, por outro, os argumentos da ciência permitem rebatê-la e até descobrir aspetos que permitam melhorar quer o discurso didático, quer o conhecimento sobre a matéria.

Podemos recordar o período Bizantino (c. 610-1452, a partir da reforma de Heráclio) ou o período do al-Andalus (c. 711-1492) durante os quais houve um certo renascimento do debate científico e revisão filosófica no espaço do território do antigo Império romano. Não partiram do zero, mas o afunilamento anterior obrigou a um novo 'começo' inevitavelmente condicionado pelos novos paradigmas sociais, políticos e religiosos. A natureza das coisas voltou a ser discutida e descrita. Em períodos de crise e menor apoio institucional global, os recursos disponíveis naqueles espaços cronológicos e geográficos permitiram que certas individualidades patrocinassem ou fossem patrocinadas nos seus estudos, sendo este, no entanto, um sucesso de dimensões circunscritas à dificuldade de divulgação e preservação do saber.

O progresso lento acabou por ser abalado pela invenção da imprensa (c.1436), que revolucionou a ciência, mais do que qualquer grande filósofo. A informação deixou de perder-se com tanta facilidade e de estar tão dependente de elites e oradores. A preservação levou a que o conhecimento pudesse ser recuperado, analisado, criticado e posto em perspetiva à luz de novos dados. É a partir desse momento que o caminho para a época moderna e avanço da ciência se fez a maior velocidade. Ou seja, a ciência avança realmente quando a informação passa a estar disponível para acesso e escrutínio. Isto também implica que mais pessoas o podem criticar e usar, aumentando o nível de informação e massa crítica. Ora, isto também propicia a manipulação ou má interpretação dessa mesma informação, mas será isso realmente problemático? Afinal de contas, a possibilidade de expor os factos e rebater ideias também aumentou exponencialmente.

Notas finais

O grande problema das ‘notícias falsas’ e da ‘pseudociência’ dos dias de hoje está no efeito macro e na possibilidade proporcionada à população, mesmo sem preparação, de poder manifestar publicamente e de forma amplificada as suas próprias conclusões sobre o saber estabelecido. Mas também é certo ser muito mais fácil contradizer desinformação gerada a partir deste fenómeno.

No seio da comunidade em geral, as ‘falsas informações’ e a ‘pseudociência’ podem ser contrariadas a longo prazo, ensinando-se o método científico e dialético ao maior número de pessoas possível. E, além disso, também demonstrando que tudo dentro da ciência é criticável e deve ser constantemente reavaliado, mas sempre tendo por base um método crítico por oposição à leitura acrítica; um método que vise o progresso e não o retrocesso a períodos supostamente iluminados, pois não existiu no passado um momento mais iluminado do que os dias de hoje. Quanto à comunidade científica, seria interessante que fossem testadas abordagens mais criativas para lidar com a desinformação, como, por exemplo, transformá-la sistematicamente em adubo para o florescimento de novas ideias e melhoria quer na comunicação de ciência, quer na educação.

Sem querer parecer demasiado ingénuo relativamente ao mundo mediático moderno e ao poder dos seus efeitos, estamos verdadeiramente muito melhor no que diz respeito à ciência e à forma como ela é considerada socialmente, do que estivemos no passado. Afinal de contas, não tendo dados que me permitam validar esta afirmação cientificamente, o que manifesto é uma convicção. Portanto, este capítulo não produziu ciência, mas propôs argumentos para que a perspetiva histórica permaneça ativa nesta discussão. O grande desafio está em instigar curiosidade na população e atribuir instrumentos efetivos de análise – ambos elementos essenciais para gerar mais demanda e produção. Pseudociência e falsa informação sempre existiram e vão sempre existir, mas é crucial que as ferramentas necessárias para gerir o fenómeno de forma produtiva estejam disponíveis e democratizadas. A educação para a ciência é essencial, mas deve ser conjugada com ferramentas como a lógica e a razão, e não apenas debitando dados que, como vimos, sem treino adequado, podem facilmente ser convertidos em informação falsa.

A historiografia oferece a perspectiva de um horizonte otimista, mas enquanto sociedade não podemos deixar que as coisas se resolvam por si mesmas e que a história siga o seu caminho, pois como vimos, este está longe de ser linear e incremental. Para que o avanço se faça sem pausa, mas sem pressa, é necessário que a produção não pare, mas também que o seu enraizamento social seja profundo e duradouro.

Bibliografia

1. Ferreira, N. H. S., Galeno de Pérgamo. As faculdades dos alimentos. Livro I, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1693-3>.
2. Hunt, Y., *The Medicina Plinii: Pliny's Guide to Traveller's Health*, Routledge, 2021.
3. Powell, O. Galen. *On the Properties of Foodstuffs*, Cambridge University Press, 2003.
4. Silva, M. F., e Paiva, J. *Teofrasto. Causas das plantas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1976-7>.

O Mundo Infestado de Demónios ou a Actualidade de Carl Sagan

Carlos Fiolhais¹

Resumo: Neste capítulo comenta-se o livro de Carl Sagan *O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão*, partindo de uma previsão aí feita de uma mistura explosiva de ignorância e poder. As presidências de Donald Trump e de Jair Bolsonaro, nos Estados Unidos e no Brasil, foram exemplos do acerto dessa previsão. Apresentando o descarte de erros como uma marca da ciência, discutem-se as dificuldades do diálogo com os negacionistas da ciência. Lembram-se as listas que Sagan forneceu para “detectar disparates”. Enfatizam-se as relações entre ciência e democracia e afirma-se a pertinência nos dias de hoje do espírito crítico advogado por Sagan.

A Profecia e a sua Concretização

O último livro publicado em vida pelo astrofísico e comunicador de ciência norte-americano Carl Sagan (1934-1996), *O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão* [9], publicado originalmente em 1995, pode ser visto como uma espécie de testamento intelectual. Num tempo em que estavam na moda os discos voadores (segundo um inquérito realizado nos Estados Unidos, dois por cento dos cidadãos daquele país tinham sido raptados por alienígenas), a obra defendia a imperiosa necessidade de espírito crítico, que é um dos pilares da ciência, e que se traduz no cepticismo. O livro é um longo argumento, desdobrado em artigos que podem ser lidos independentemente, a favor da dúvida. Os textos de Sagan, nalguns casos escritos em colaboração com a sua mulher, Ann Druyan (n. 1949), resultaram de um Seminário de Pensamento Crítico na Universidade de Cornell, em Ithaca (Nova Iorque), onde Sagan era professor. Muitos deles foram escritos e publicadas na *Parade*, um suplemento dominical de vários jornais norte-americanos, que no total alcançavam 80 milhões de leitores. O autor não desdenhava escrever para leitores de jornais de grande circulação, na altura

¹ CFisUC.

ainda predominantemente em papel, que facilmente acreditavam nas coisas mais incríveis, por exemplo na existência de um “dragão na garagem” para usar uma sugestiva metáfora utilizada pelo próprio Sagan nesse seu livro.

No capítulo 2, “Ciência e esperança”, encontramos uma profecia que, infelizmente, se está a cumprir neste início de século [9, p. 47]:

Criámos uma civilização global em que os elementos fundamentais – os transportes, as comunicações e todas as outras indústrias, a agricultura, a medicina, a educação, as diversões, a protecção do meio ambiente e até a instituição democrática fundamental das eleições – dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também dispusemos as coisas de forma que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia. Isto é uma receita para a catástrofe. Podemos continuar durante algum tempo, mas, mais cedo ou mais tarde, essa mistura combustível de ignorância e poder vai rebentar-nos nas mãos.

De facto, não foram mais do que manifestações dessa explosão os resultados das eleições para a presidência dos Estados Unidos de Donald Trump em 2016 e de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018. Ambos, cada um à sua maneira, mostraram o efeito devastador que pode ter a mistura entre ignorância e poder. O investimento público em ciência diminuiu tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Mas, pior do que isso, os dois lideraram políticas públicas que ignoraram a ciência, prejudicando as respectivas populações. Exemplos foram: a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris de 2015 sobre alterações climáticas (para Trump as alterações climáticas não eram mais do que “um embuste criado pelos chineses para destruir a economia americana” [3]); e a continuada desflorestação da Amazónia, no Brasil. Tendo os seus mandatos coincido com a pandemia de Covid-19 foi visível, num caso e noutro, a amplificação de desinformação sobre o vírus e a doença [4]: Trump disse que era “como uma gripe”, enquanto Bolsonaro lhe chamou uma “gripezinha ou resfriadinho”, à qual os brasileiros seriam imunes. Nas suas pitorescas palavras, “o brasileiro tem de ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele”. Trata-se, evidentemente, de *fake news*, que circularam largamente graças à visibilidade dos declarantes.

Mas mais: Trump sugeriu métodos perigosos para o tratamento da Covid-19, como injectar um desinfectante. E Bolsonaro insistiu, advogando a toma de cloroquina, um “remédio” comprovadamente ineficaz contra a Covid-19. Nenhum dos dois impulsionou de modo suficiente a vacinação em larga escala que a magnitude do problema exigia. Um executivo da Pfizer afirmou que o presidente brasileiro recusou reiteradamente a oferta de vacinas. Trump, antes de ser Presidente, tinha declarado a sua simpatia pela tese de um médico inglês, entretanto expulso da profissão, segundo a qual a vacina tríplice viral (contra o sarampo, papeira e rubéola) administrada às crianças provocava autismo. O caso da vacinação contra a Covid-19 no Brasil foi confrangedor, uma vez que não foram facultados lotes de vacinas existentes, não faltando quem fale em genocídio. Na prática, revelaram-se negacionistas dos perigos da Covid-19 e cépticos em relação à acção das vacinas, apesar de uns e outra terem sido cientificamente comprovados. O resultado foi a posição cimeira dos Estados Unidos em número total de mortes (quase 1,2 milhões de vítimas mortais, 0,4 por cento da população) e o segundo lugar do Brasil (mais de 700 mil vítimas mortais, 0,3 por cento da população).

Na sequência do citado excerto, Sagan explica a origem da metáfora da vela para referir o papel da ciência: foi retirada do livro de 1656, *A Candle in the Dark, or a Treatise Concerning the Nature of Witches & Withcraft* (“Uma Luz na Escuridão ou um Tratado sobre a natureza das Feiticeiras e da Feitiçaria”), do médico e humanista inglês Thomas Ady [1], escrito num tempo de caça às bruxas – o livro foi usado, sem sucesso, no famoso processo das bruxas de Salem, em Massachusetts, na América colonial, em 1692-93. E Sagan adverte para as fragilidades da ciência: “A luz da vela é trémula. A pequena mancha luminosa que projecta vacila. A escuridão adensa-se. Os demónios começam a agitar-se.” [9] A metáfora da vela invoca o poema “Uma pequenina luz” de Jorge de Sena (1919-1978):

Uma pequenina luz bruxuleante
não na distância brilhando no extremo da estrada
aqui no meio de nós e a multidão em volta. (...)
Tudo é incerto ou falso ou violento: brilha.
Tudo é terror vaidade orgulho teimosia: brilha.

Tudo é pensamento realidade sensação saber: brilha.

Tudo é treva ou claridade contra a mesma treva: brilha (...) [10]

Foi, de facto, uma notável premonição. Hoje vivemos no tempo das notícias falsas e das verdades alternativas, convenientemente espalhadas por uma multidão de prosélitos da mentira através dos canais que a própria ciência criou. É como se o feitiço se tivesse virado contra o feiticeiro.

O que fazer?

O que fazer? Sagan aponta o caminho com clareza. Há que valorizar a ciência, reforçar a cultura científica. Mais do que colocar a ênfase, como tem sido feito predominantemente até agora, nos conhecimentos que a ciência produz, é preciso transmitir o espírito da ciência, consubstanciado no método científico. Este consiste numa cadeia que parte da hipótese, passando pela observação, experimentação (quando aplicável) e raciocínio lógico, e chega às conclusões, submetidas à crítica da comunidade científica. Sagan, adoptando a filosofia popperiana, chama a atenção para a faculdade que a ciência oferece de descartar erros: mais do que noutras actividades humanas, em ciência aprendemos com os nossos erros, eliminando-os progressivamente, embora sem nunca chegarmos a uma verdade absoluta ou definitiva. Escreveu Sagan:

Os seres humanos podem ansiar por certezas absolutas e aspirar a elas; podem pretender, como os adeptos de certas religiões, tê-las atingido. Porém, a história da ciência – de longe a pretensão de conhecimento mais bem-sucedida acessível ao homem – ensina-nos que o máximo que podemos esperar são melhoramentos sucessivos da nossa compreensão, a aprendizagem com os nossos erros, uma abordagem assintótica do universo, mas com a limitação de sabermos que a certeza absoluta nos escapará sempre. [9, p. 50]

A citação anterior está muito na linha do filósofo britânico de origem austríaca Karl Popper (1902 – 1994), que na sua obra *Conjecturas e Refutações* deixou escrito:

A história da Ciência [em maiúscula no original], tal como a história de todas as ideias humanas, é uma história de sonhos irresponsáveis, de obstinação e de erro. Mas a Ciência é uma das muito poucas actividades humanas – talvez a única – em que os erros são sistematicamente criticados e frequentes vezes corrigidos com o tempo. É por isso que podemos dizer que, em Ciência, aprendemos frequentemente com os nossos erros, e é por isso que podemos falar, clara e judiciosamente, em fazer progressos nela. Na maioria dos outros âmbitos do esforço humano, existe mudança, mas raramente progresso (a menos que adoptemos uma visão muito estreita dos nossos possíveis objectivos na vida), na medida em que quase todos os ganhos são contrabalançados, ou mais do que contrabalançados, por perdas. E, na maioria das áreas, nós nem sequer sabemos como avaliar a mudança [7, p. 295].

Sagan sustenta que a razão pela qual a ciência funciona tão bem é o seu mecanismo corrector de erros:

Para a ciência, não há questões interditas nem assuntos demasiado sensíveis ou delicados para serem experimentais, nem verdades sagradas. Essa abertura a novas ideias, associada ao exame mais rigoroso e céptico, separa o trigo do joio. Não interessa em que medida uma pessoa é inteligente, importante ou amada, tem de expor o seu caso a uma crítica fundamentada e determinada. As opiniões são encorajadas a divergir – substantivamente e em profundidade [9, p. 54].

Mas o peso da realidade, percebida pela observação e pela experimentação, tem muita força. Ela é o último juiz quando há qualquer discussão. As palavras de nada valem contra os factos. Como diz o lema da Royal Society de Londres, a mais antiga sociedade científica em funcionamento ininterrupto, fundada em 1660 por um pequeno grupo de livres-pensadores, *Nullius in verba*, “Não acredites na palavra”.

A pergunta coloca-se: fará sentido um defensor da ciência discutir com quem nega a ciência, com inimigos declarados da ciência? Esta questão foi recentemente colocada pelo filósofo norte-americano Lee McIntyre (n. 1962) no seu ensaio *Como Falar com um Negacionista. Conversas com quem recusa a ciência e a razão* [6]. McIntyre explica que o fenómeno do negacionismo é uma questão de identidade, de ideologia, de coesão, quer dizer, uma afirmação de

tribo. Ele defende a ideia de tentar o diálogo com negacionistas, alimentando a esperança de poder “converter” alguns deles. Não querendo fazer regra geral, a minha experiência pessoal indica que não vale a pena convencer quem já está convencido e não reconhece quaisquer erros. As “conversões” são muito raras: só se viu uma vez um Saulo transformar-se em Paulo. Nunca se viu um defensor da ideia de que as viagens à Lua foram uma encenação declarar-se convencido da realidade dessas viagens. E nunca se viu um defensor da terra plana declarar, após a apresentação de provas, facilmente disponíveis, que reconhece que o planeta, afinal, é redondo.

Sagan valoriza, sem qualquer dúvida, a discussão e o confronto de opiniões diversas, mas realça sobretudo o raciocínio lógico, uma capacidade humana que tem um papel central no método científico, mas cujo uso está longe de se restringir à ciência. Acontece que nem toda a gente está pronta a aceitar o primado desse raciocínio.

O kit para detectar disparates

Mais adiante no seu livro, nomeadamente no capítulo 12 “A arte de detectar disparates”, Sagan apresenta um “*kit* para detectar disparates”, que mais não é um do que um manual básico para evitar erros de raciocínio que são infelizmente comuns. Vale a pena transcrever aqui os itens desse repertório, aqui numerados por conveniência:

1. Sempre que possível deve haver uma confirmação independente dos ‘factos.’
2. Encorajar o debate substantivo das provas por parte dos proponentes de todos os pontos de vista.
3. Os argumentos apresentados pelas autoridades na matéria têm pouco peso – as ‘autoridades’ já cometeram erros no passado e voltarão a cometê-los no futuro. Talvez uma maneira melhor de dizer isto seja afirmar que em ciência não há autoridades; quando muito há ‘especialistas’.
4. Pense em mais de uma hipótese. Se há qualquer coisa a explicar, pense em todas as maneiras diferentes de o fazer (...) Depois pense em testes através dos quais possa sistematicamente refutar cada uma destas alternativas (...)

5. Tente não ficar muito preso a uma hipótese só porque é a sua (...) pergunte a si próprio por que lhe agrada. (...)

6. Quantifique. Se o que está a explicar tem alguma medida, se envolve alguma grandeza numérica. Estará muito mais bem equipado para escolher entre as várias hipóteses possíveis. (...)

7. Se há uma cadeia de argumentos, todos os seus elos têm de funcionar (incluindo a premissa) – e não apenas a maior parte.

8. A navalha de Occam. Esta excelente regra prática incita-nos, quando confrontados com duas hipóteses que explicam os dados *igualmente bem*, a escolher a mais simples.

9. Pergunte sempre se a hipótese pode ser, pelo menos em princípio, refutada. As proposições impossíveis de refutar não valem grande coisa (...). [9, pp. 267-268]

O segundo item parece inclinar para a abertura ao diálogo a negacionistas. De facto, a ciência deve estar, por princípio, aberta a todas as perspectivas, por estranhas que estas sejam ou pareçam: na história da ciência já vingaram muitas ideias abstrusas, como por exemplo a ideia de quantização da radiação que deu origem à teoria quântica em 1900. Mas não vale a pena voltar a considerar ideias – como, por exemplo, as que estão presentes na astrologia ou na homeopatia – que já foram sistematicamente eliminadas por vários testes. Como Sagan afirmou, numa frase que não é da sua autoria e cuja origem é incerta (é atribuída ao engenheiro e jornalista espacial James Oberg): “Devemos manter a mente aberta, mas não tão aberta a ponto de os miolos saírem da cabeça.”

O terceiro item é também digno de atenção: ao longo da história tem sido comumente invocado o peso das autoridades e esta prática continua a ser frequente. Até à alvorada da ciência moderna o pensamento de grandes nomes da Antiguidade clássica como Aristóteles era lido, sendo esperada a sua repetição acrítica. Mas Aristóteles cometeu erros evidentes, como por exemplo o erro de pensar que as mulheres tinham menos dentes do que os homens (bastava ter pedido à sua mulher para abrir a boca e dar-se ao trabalho de os contar, pedindo-lhe o gesto recíproco de contar os dele). Ainda hoje é frequente a invocação de autoridades por parte dos vendedores de qualquer coisa – por exemplo, invocar-se a autoridade de um cientista da NASA parece sempre convincente, parecendo não importar se ele é ou não mesmo da NASA [5].

O nono item volta à questão de Popper. Um exemplo é dizer-se, por exemplo, que, numa certa semana, “os nativos de Gémeos vão prosperar nas suas relações”. Este tipo de afirmações é demasiado vago. O que significa “prosperar nas suas relações”? O que é “prosperar” (seria aqui útil o uso do sexto item) e o que são “relações”? Como se poderá testar essa ideia? Perguntando aos nativos de Gémeos se prosperaram as suas relações?

Sagan também fornece, no mesmo capítulo 2, [9, pp. 270-271] algumas regras de lógica que são muito úteis para evitar falácias numa troca de argumentos. Ei-las na lista abaixo na qual algumas foram agrupadas pela sua relação próxima:

- Argumentar *ad hominem*: atacar quem diz e não aquilo que diz;
- O argumento de autoridade: não importa o que diz, mas quem o diz (já na lista anterior tinha havido uma advertência para os erros das “autoridades”);
- O argumento das consequências adversas: esgrimir cenários utópicos, que há que evitar a todo o custo;
- O apelo à ignorância: se não há prova de que é verdadeiro, então tem de ser falso, e vice-versa;
- A alegação especial: invocar excepções devidas a particularidades que supostamente escapam ao opositor;
- A petição de princípio: partir de uma suposição errada para chegar a uma resposta que se tem por certa;
- Observação selectiva ou selecção de circunstâncias favoráveis: um truque muito comum, que consiste, por exemplo, em escolher um dia excepcionalmente frio em Los Angeles, para defender que não há alterações climáticas (como Trump chegou a fazer); pode nela incluir-se a estatística dos pequenos números: quando a amostra é pequena pouco ou nada se pode concluir;
- Compreensão errada da natureza da estatística: por exemplo, do conceito de média;
- Incoerência: dar uma explicação que funciona bem num lado, mas não funciona em todos os outros lados;
- *Non sequitur* ou “não se segue que”: ocorre quando há um erro lógico na passagem das premissas para a conclusão;

- *Post hoc, ergo propter hoc* ou “aconteceu a seguir, de modo que foi causado por”: pensar que qualquer coisa que está antes causou qualquer coisa que está depois.
- Perguntas absurdas: quando há contradição nos termos da própria pergunta.
- Meio excluído ou falsa dicotomia: quando só há duas possibilidades opostas e, portanto, na nenhuma intermédia; inclui, em particular, o “curto prazo *versus* longo prazo”, quando há uma perspectiva temporal nas escolhas, e o “declive escorregadio”, isto é, confundir uma situação intermédia com a extrema.
- Confusão entre correlação e causa: correlação não tem de significar causalidade, embora haja casos em que isso aconteça, por exemplo o aumento do dióxido de carbono da atmosfera causa aumento da temperatura do globo;
- O “homem de palha”: inventar uma figura que é uma caricatura facilmente atacável pelas suas evidentes debilidades;
- Provas suprimidas ou meia-verdades: de significado evidente, é muito comum na retórica política ou na publicidade;
- Palavras astutas (escolher eufemismos em vez de usar uma designação mais fiel e entendível, algo também muito comum na retórica política).

Há decerto mais falácias, e há livros de lógica sobre elas, mas aquelas que foram enunciadas acima chegam para verificar se uma discussão é bem feita ou se há erros de lógica. Os negacionistas da ciência incorrem frequentemente em falácias: ao fazê-lo estão a recusar uma parte essencial do método científico, que é o raciocínio lógico. Considerando este repertório torna-se mais fácil encontrar erros, como fazem os cientistas diariamente na sua profissão. O cepticismo dos cientistas pode e deve ser partilhado por todo o tipo de pessoas na sua vida comum. Escreve Carl Sagan:

Ao mesmo tempo, a ciência exige o mais vigoroso e radical cepticismo. Dado que a grande maioria das ideias está simplesmente errada e a única maneira de separar o trigo do joio é através da experimentação e da análise crítica, quem for aberto a ponto de ser crédulo e não tiver um micrograma de sentido céptico não

conseguirá distinguir as ideias prometedora das ideias sem valor. Aceitar de forma acrítica qualquer noção, ideia ou hipótese é o mesmo que não saber nada. As ideias contradizem-se umas às outras; apenas através do exame céptico seremos capazes de as seleccionar. Alguma são de facto melhores do que outras [9, p. 38].

Sagan acrescenta, falando em nome da ciência e dos cientistas: “É melhor ser demasiado céptico do que demasiado crédulo” [9, p. 386]. É isto que os negacionistas da ciência não percebem: são demasiado crédulos e nunca poderão ser demasiado cépticos.

Ciência e democracia

Na obra aqui em análise, Sagan menciona a influência da ciência e tecnologia na instituição das eleições. Tanto nos Estados Unidos como no Brasil se usam processos de votação electrónica, que no último caso são globais e sem alternativa: estamos perante um exemplo de aplicação da informática na recolha dos votos. É difícil ou mesmo impossível manipular os resultados registados em máquinas devidamente certificadas. Já o uso de redes sociais para manipular eleitores através de campanhas dirigidas a certos sectores devidamente identificados, isso tem sido muito fácil. Ficou famoso o escândalo, que explodiu em 2014, da empresa britânica *Cambridge Analytica*, que teve de fechar operações em 2018, depois de se ter sabido que se tinham apoderado de dados do *Facebook* para campanhas políticas, incluindo a campanha eleitoral britânica que precedeu o referendo à saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e a campanha da eleição nos Estados Unidos que deu, embora por pequena margem, a vitória a Trump. Mas esse caso pode ser apenas a ponta de um *iceberg*: empresas e *hackers* têm recorrido às redes sociais, muitas vezes com a conivência destas. Trump e Bolsonaro usaram abundantemente as redes sociais (aliás continuam a usar, embora apeados do poder). Estamos perante armas de desinformação maciça.

Actualmente, com o desenvolvimento e proliferação de programas de inteligência artificial, torna-se cada vez mais fácil o uso dessas técnicas de intoxicação. Com os chamados *deep fakes*, é possível manipular a imagem de

um líder político, com imagem e som muito plausíveis, fazendo parecer que emite mensagens que na realidade são contrárias ao seu pensamento e vontade.

No entanto, apesar de todas as campanhas, umas por meios legais e outras usando outros meios, o resultado das eleições é sempre incerto, uma vez que na essência da democracia está a livre vontade dos cidadãos expressa nas urnas. Os maus governos podem ser descartados, tal como acontece com os erros científicos no quadro do funcionamento da ciência. Através do processo eleitoral, podem ser afastados os governantes que os cidadãos não querem, por, no seu entender, não terem defendido os interesses da comunidade: exemplos são as falhadas reeleições de Trump e Bolsonaro, respectivamente em 2020 e em 2022, resultados que não foram bem recebidos nem pelos candidatos nem por muitos dos seus apoiantes. Karl Popper chamou a atenção para esse paralelismo entre ciência e democracia, um paralelismo que foi também analisado pelo escritor de ciência Timothy Ferris (n. 1944), no seu livro *Ciência e Liberdade. Democracia, Razão e Leis da Natureza* [2]. Mas Sagan, conhecedor decerto das posições de Popper, também abordou, em *O Mundo Infestado de Demónios*, a relação entre ciência e democracia. Vale a pena lembrá-lo, até porque a sua mensagem não perdeu de modo nenhum actualidade. No capítulo “Ciência e Esperança”:

A ciência alimenta-se da livre troca de ideias e, a bem dizer, exige-a; os seus valores são a antítese do secretismo. A ciência não está ligada a posições vantajosas ou privilegiadas, e em conjunto com a democracia encoraja opiniões não convencionais e debates vigorosos: ambas requerem um raciocínio adequado, uma argumentação coerente, padrões de prova e honestidade rigorosas. A ciência é uma maneira de desmascarar aqueles que se limitam a simular o conhecimento [9, p. 63].

Apesar dos traços de semelhança entre ciência e democracia, enfatizados por Sagan, por haver, em ambas, expressão de opiniões, organização de debates e necessidade de honestidade intelectual, o facto é que os negacionistas da ciência Trump e Bolsonaro foram eleitos. O primeiro, paradoxalmente, no país mais desenvolvido do mundo e que o é justamente pela sua enorme capacidade científico-tecnológica, que necessita de um sistema de

educação robusto. No capítulo 25, “Os verdadeiros patriotas fazem perguntas”, escrito em colaboração com Ann Druyan (que tem sabido manter viva a memória do marido), Sagan vai mais longe na análise da relação entre ciência e política:

Os métodos da ciência – com todas as suas imperfeições – podem ser utilizados para melhorar os sistemas social, político e económico, e, isto, em minha opinião, aplica-se seja qual for o critério de melhoria adoptado. Como é isto possível se a ciência se baseia na experiência? Os seres humanos não são electrões nem ratos de laboratório. No entanto, qualquer lei do Congresso, qualquer decisão do Supremo Tribunal, qualquer directiva presidencial sobre segurança nacional, qualquer alteração da taxa de juro, é uma experiência [9, p. 527].

De certo modo, a administração Trump foi também uma experiência, da qual, em 2021, o eleitorado tirou as suas conclusões. Paira ainda no ar a possibilidade da sua recandidatura em 2024. E nessa altura haverá novas conclusões.

Sagan fala com profunda admiração dos pais fundadores dos Estados Unidos, entre os quais se deve destacar o cientista e diplomata Benjamin Franklin (1806-1790), autor de estudos experimentais sobre a electricidade atmosférica. E fala também de Thomas Jefferson (1743-1826), o terceiro presidente dos Estados Unidos, não hesitando em chamar-lhe cientista. Detentor de propriedades agrícolas, fazia um registo sistemático do tempo. É um facto que, no dia da independência do seu país, 4 de julho de 1776, não deixou de fazer as suas regulares observações meteorológicas. Afirmou Jefferson: “A ciência é a minha paixão, a política o meu dever”. Sagan não o refere, mas um dos grandes amigos de Jefferson foi o cientista e diplomata português Abade José Correia da Serra, que foi sócio (*fellow*) da Royal Society e o secretário da Academia de Ciências de Lisboa no seu início em 1779. A mansão de Jefferson, na plantação Monticello, em Charlottesville, Virgínia, perto de Washington D. C., tinha um quarto permanentemente à disposição do amigo português, com quem ele gostava de discutir ideias. Os Estados Unidos nasceram, de facto, num momento alto do Iluminismo e essa “marca de água” não pôde deixar de impregnar a sua evolução posterior. Não deixa de ser irónico que, na actualidade, essa marca seja por muitos despercebida.

O autor do *Mundo Infestado de Demónios* conclui este seu livro de forma lapidar, com uma apologia da educação, o meio que a sociedade criou para preparar para a vida:

Se não formos capazes de pensar por nós próprios, se não estivermos dispostos a questionar a autoridade, ficamos nas mãos dos que detêm o poder. Mas se os cidadãos tiverem um bom nível educacional e souberem formar as suas próprias opiniões, os detentores do poder trabalham para *nós*. Em todos os países devíamos ensinar às crianças o método científico e o interesse de uma Declaração de Direitos. Isto trará alguma decência, alguma humildade e algum espírito comunitário. No mundo infestado de demónios em que vivemos pelo facto de sermos humanos, isto pode ser tudo o que nos separa da escuridão envolvente.
[9]

Talvez Sagan tenha sido demasiado optimista quanto à confiança na educação, uma educação que transmita o método científico assim como os direitos humanos, que evidentemente transcendem o método científico. A educação por muito importante que seja – e é, de facto, absolutamente indispensável! – pode não chegar para garantir uma vida colectiva minimamente decente, pode não garantir a todos bem-estar num sistema democrático. A ciência é uma das dimensões do ser humano e a ética, o direito e a política são outras, sendo necessário que todas elas se harmonizem. Não é apenas a ciência que tem de constituir uma luz que dissipe as trevas, também a ética, o direito e a política têm a obrigação de iluminar o nosso caminho.

A actualidade de O Mundo Infestado de Demónios

Numa recensão publicada em 2012 no jornal *The Guardian* da autoria do jornalista britânico Tim Radford (n. 1963) [8], foi colocada a questão da actualidade de *O Universo Infestado de Demónios*. Até que ponto resistiu o livro a uma leitura passados mais de quinze anos após a sua publicação original? O recenseador faz notar com inteira razão que os tempos tinham mudado muito com a rápida transição digital: por exemplo, na época ainda existia larga circulação de jornais em papel, não havendo ainda *smartphones* e *tablets* com

acesso à Internet por todo o lado. O *Facebook* nasceu em 2004 e o *Instagram* em 2010. O *YouTube* só surgiu em 2005, tendo sido adquirido pela Google no ano seguinte, ao passo que o *Twitter* surgiu em 2006. O *iPhone* da Apple só apareceu em 2010, tal como o *iPad*, da mesma empresa. É legítimo supor que todas essas inovações tecnológicas, que proporcionam uma extraordinária partilha de informação e de conhecimento entre os humanos, pudessem ter tornado as pessoas menos susceptíveis a crenças em coisas estranhas. Mas, como está bem evidente, não é isso que se tem passado. Todos esses meios, onde qualquer um pode verter qualquer conteúdo a seu bel-prazer, serviram para espalhar um enorme oceano de notícias falsas que nos vai inundando. E as mais variadas crenças, alimentadas por essa torrente, continuam muito entranhadas.

Radford termina a sua recensão debruçando-se sobre a questão da educação. Serve-se de uma citação de uma frase, então recente, de um legislador do estado do Texas, nos Estados Unidos, em que ele se pronuncia sobre a responsabilidade do seu estado pela educação dos cidadãos: “De onde é que veio esta ideia de que toda a gente tem direito a educação gratuita, a cuidados médicos gratuitos, a tudo gratuito? Veio de Moscovo, da Rússia. Veio directamente das entranhas do Inferno.” [8] E Radford remata com uma pergunta retórica: “Será que vivemos num mundo assim tão diferente [daquele em que vivia Sagan no século passado]?” [8].

O mundo é essencialmente o mesmo: o mundo somos nós, os seres humanos da espécie dita *sapiens*, só sendo diferentes os meios tecnológicos de que dispomos. O facto de as redes sociais terem passado a influenciar as nossas vidas apenas incrementou a visibilidade da irracionalidade humana. Nem sempre somos *sapiens*. Padecemos de medos irracionais, como o de sermos raptados por extraterrestres vindos do espaço ou de sermos atacados por dragões nas nossas garagens. Não existem, que se saiba, nem extraterrestres malvados que nos tenham invadido nem dragões furiosos escondidos nas nossas casas, mas, se é verdade que todos temos um lado racional, não é menos verdade que todos temos um lado irracional: alguns parecem gostar, mais do que outros, de exhibir este lado, como está prodigamente à vista na Internet.

Hoje os leitores, predominantemente digitais, mais facilmente acreditam em qualquer coisa do que antes até porque, apesar de toda a liberdade de publicação, os livros e a imprensa exigem, em geral, alguma curadoria por

empresas e instituições que prezam a sua credibilidade. Numa sociedade onde o relativismo é galopante (em parte, devido à influência de ideologias pós-modernas, para as quais “tudo vale”) e o erro está omnipresente (apesar do aparecimento de *fact-checking*, tornou-se impossível desmascarar as numerosas manifestações do erro, algumas das quais bastante subtis), é preciso, através não só da escola, mas também dos meios de comunicação social de todos os tipos, fazer brilhar a luz da ciência, por muito pequena que esta pareça. Parafraseando Jorge de Sena, curiosamente um poeta, romancista e ensaísta que tinha formação em engenharia civil: “Tudo é incerto ou falso ou violento”. Mas ela brilha!

Bibliografia

1. Ady, T., A Candle in the Dark, or a Treatise concerning the Nature of Witches & Witchcraft..., Printed for R.I., 1656.
2. Ferris, T., Ciência e Liberdade. Democracia, Razão e Leis da Natureza, Gradiva, 2013.
3. Fiolhais, C. & Marçal, D., A Ciência e os seus Inimigos, Gradiva. 2018 [1.ª ed., 2017].
4. Marçal, D. & Fiolhais, C., Apanhados pelo Vírus: Factos e mitos sobre a COVID-19, Gradiva, 2020.
5. Marçal, D., Pseudociência, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.
6. McIntyre, L., Como Falar com um Negacionista. Conversas com quem recusa a ciência e a razão, Desassossego (Grupo Saída de Emergência), 2022.
7. Popper, K., Conjecturas e Refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico, Almedina, 2018 [2003].
8. Radford, T., “The Demon-Haunted World by Carl Sagan – review” in The Guardian. 20 de Julho de 2012. Disponível em <https://www.theguardian.com/science/2012/jul/20/demon-haunted-world-carl-sagan-review>.
9. Sagan, C., O Mundo Infestado de Demónios. A ciência como uma luz na escuridão, Gradiva, 2012 [1.ª ed., 1997].
10. Sena, J., de Poesia II, Guimarães, 2015.

Dialogar Com Quem Não É Ouvido: a comunicação de ciência para grupos excluídos

Ana Delicado¹

Resumo: Este capítulo debate a inclusão de grupos minoritários na comunicação de ciência. Assumindo que a comunicação de ciência frequentemente “prega para convertidos” (chega sobretudo a grupos mais escolarizados, que já estão previamente sensibilizados para a importância da ciência), o capítulo argumenta que é essencial proporcionar contacto com os processos e produtos da investigação científica a populações em situação de exclusão social (por idade, rendimento, escolarização ou outros fatores de discriminação). São apresentados dez exemplos de iniciativas desenvolvidas em Portugal para envolver estes públicos, que podem servir de estímulo a outros projetos de empoderamento e emancipação destas comunidades pela ciência.

A ciência e a comunicação de ciência têm um problema de elitismo. Múltiplos estudos têm demonstrado que a origem social dos cientistas não corresponde ao perfil da população, sendo que os estratos sociais mais favorecidos (em capital económico, social, cultural), estão sobrerrepresentados. De igual modo, o público (adulto) da ciência é geralmente mais escolarizado e mais afluente que a média. E outras clivagens também são visíveis. Minorias, grupos racializados, imigrantes, pessoas com deficiência, também estão sub-representados tanto na produção como no “consumo” de ciência.

Sobre a diversidade na comunidade científica não me pronuncio aqui, ainda que desse “pano para mangas”. Tem sido feito um esforço considerável para aumentar a participação das mulheres na ciência (sendo já maioritárias em muitas áreas científicas) e quase nenhum para aumentar a participação de outros grupos excluídos. O que me preocupa neste texto é como fazer chegar a ciência a comunidades marginalizadas, a coletivos que habitualmente não contactam com a ciência, que acham (provavelmente com razão) que a ciência “não é para eles”. A diversificação na comunicação de ciência pode inclusive

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

contribuir para a diversificação da comunidade científica e, com isso, a ciência só teria a ganhar.

Este capítulo inicia-se com um breve resumo da forma como a exclusão social tem sido analisada na literatura sobre comunicação de ciência, seguido de uma descrição do que se sabe sobre a desigualdade nos públicos de ciência em Portugal e, por fim, elenco dez exemplos de iniciativas que procuram tornar a comunicação de ciência mais acessível e inclusiva.

Enquadramento

A preocupação com a diversificação de públicos na comunicação de ciência é um tema que tem surgido com maior relevo na última década na literatura dos estudos sobre comunicação de ciência. Dou aqui conta apenas de alguns exemplos de estudos nesta matéria. Para uma revisão mais aprofundada, recomenda-se a consulta do relatório preparado por Rokia Ballo [4] por solicitação da [Falling Walls Engage](#), uma plataforma global de envolvimento com a ciência.

O conceito de “capital científico”, desenvolvido por Archer et al [3] e DeWitt et al. [9], é uma ferramenta interessante para aferir a distância de certos grupos (designadamente as classes populares e minorias étnicas) à ciência. Esta distância leva à reprodução das desigualdades sociais, dada a importância da literacia científica pública para a mobilidade social e para a agência, especialmente entre as comunidades socialmente desfavorecidas, bem como o valor estratégico das qualificações científicas nos mercados educacionais e de trabalho. O capital científico é composto por um conjunto plural de dimensões [3]: formas científicas de capital cultural (literacia científica; disposições científicas, formas simbólicas de conhecimento sobre a transferibilidade das qualificações científicas), comportamentos e práticas relacionados com a ciência (por exemplo, consumo de meios de comunicação científicos; visita a ambientes informais de aprendizagem da ciência, como museus de ciência), formas de capital social relacionadas com a ciência (por exemplo, conhecimento científico dos pais; falar com outros sobre ciência). A aplicação empírica deste conceito, através de inquéritos por questionário a estudantes do ensino secundário no Reino Unido [3] [9], revela que o capital científico é mais elevado em estudantes do sexo

masculino e de famílias mais favorecidas socialmente, com níveis muito elevados de capital cultural (escolarização elevada). São estes estudantes de capital científico elevado que têm maior propensão para seguir cursos e profissões relacionadas com a ciência.

Emily Dawson [6], com base em dados qualitativos gerados a partir de grupos focais, entrevistas e observação, evidencia a forma como as pessoas de grupos étnicos minoritários e com baixos rendimentos percebem e experienciam a exclusão de instituições de educação científica informal, nomeadamente museus e centros de ciência. A autora chega à conclusão de que as práticas destas instituições se baseiam em expectativas sobre os conhecimentos científicos, as competências linguísticas e o rendimento económicos dos visitantes, o que se afigura problemático para os visitantes de minorias, excluindo-os das oportunidades de aprendizagem da ciência, e reforçando o sentimento pré-existente de que os museus e centros de ciência "não são para nós". Numa publicação posterior com a mesma base empírica, Dawson [7] afirma que a participação na comunicação científica é marcada por desigualdades estruturais (nomeadamente de grupo étnico e classe) e que a reprodução social na comunicação científica constrói um público restrito que reflete a forma, os valores, e as práticas dos grupos dominantes, em detrimento dos marginalizados. Os grupos marginalizados ficam remetidos a um consumo de comunicação de ciência passivo (media de ciência) e sentem-se excluídos devido ao "imperialismo cultural" (sendo mal representados ou vistos como o "outro") e à falta de poder (incapacidade de participação ou de mudar os termos da participação).

Humm e a sua equipa do Karlsruhe Institute for Technology [13] desenvolveram um estudo exploratório sobre o impacto emocional da exclusão de ações de comunicação de ciência. Os autores constataram que fatores de exclusão material, como as infraestruturas disponíveis ou os recursos financeiros, associados a outros fatores específicos, como as competências linguísticas, influenciam a composição do público da comunicação científica. Por outro lado, os fatores de exclusão emocional, como o medo, a distância habitual e a percepção de si próprio e do exterior, também desempenham um papel importante na exclusão. Como tal, não basta resolver os constrangimentos materiais para gerar inclusão, é necessário ter em conta as emoções e sentimentos como

pontos de alavancagem para a comunicação de ciência chegar a públicos excluídos.

O problema

Não há muitos estudos globais sobre os públicos da ciência em Portugal. No início dos anos 2000, a equipa liderada por António Firmino da Costa [5] desenvolveu, por encomenda da Fundação Calouste Gulbenkian, um inquérito à população portuguesa que pretendia caracterizar os públicos da ciência em Portugal. Deste estudo resultou a elaboração de um conjunto de perfis, sendo que a maioria da população se encaixava nos perfis mais distantes da ciência (não liam revistas de ciência, tinham poucas práticas de contacto com informação científica, consideravam que tinham poucos conhecimentos de ciência). Os grupos com maior envolvimento com a ciência caracterizavam-se por serem mais jovens, mais escolarizados e terem profissões mais qualificadas.

Mais recentemente, um inquérito aos visitantes dos centros de ciência da Rede Ciência Viva [11] foi aplicado a uma amostra em que 95% dos inquiridos tinham menos de 65 anos (quando estes representam 23% da população em Portugal segundo os Censos de 2021), quase 60% dos inquiridos tinha completado o ensino superior (quando a percentagem para a população portuguesa se cifra em 17%, segundo os Censos de 2021), mais de 70% eram estudantes ou especialistas das profissões intelectuais e científicas e 47% provinham de um agregado com um rendimento líquido mensal de mais de 2000 euros (quando apenas 10% da população se encontra nos escalões de rendimento bruto anual correspondente, segundo dados da Autoridade Tributária). Tal representa, de facto, a distância social entre a população consumidora de ciência e a população portuguesa.

A nossa própria experiência, ao organizar uma consulta pública sobre comunicação de ciência no âmbito de um projeto europeu [18], caracterizou-se pela extrema dificuldade em recrutar participantes de grupos sociais desfavorecidos. Apesar dos esforços dirigidos a diversificar a amostra de participantes, também nós angariamos cidadãos sobretudo entre as camadas da população mais escolarizadas e favorecidas.

Estes dados da “brecha científica” dizem respeito a apenas algumas variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, profissão, rendimento) que são recolhidas pelas estatísticas oficiais e reproduzidas nos estudos. Há muitas outras que são invisíveis porque não se incluem nos questionários. Quantos visitantes de museus científicos serão portadores de deficiência? Quantos leitores de livros de divulgação serão provenientes de famílias imigrantes? Quantos assistentes a palestras científicas serão de comunidades ciganas? Quantos participantes em iniciativas de ciência cidadã serão pessoas racializadas?

O debate sobre a inclusão de questões étnico-raciais em inquéritos é complexo. O Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões “Étnico-Raciais”, criado pelo Despacho n.º 7363/2018, emitiu uma recomendação para a inclusão da questão sobre a “origem e/ou pertença étnico-racial” nos Censos de 2021, considerando que as vantagens e potencialidades suplantavam os riscos e desvantagens, mas essa recomendação acabou por não ser acatada pelo Instituto Nacional de Estatística. Mas, sem este tipo de dados, não é possível aferir certos tipos de desigualdades, incluindo no que toca ao acesso à cultura científica.

Já sobre a deficiência (ou pessoas com algum tipo de incapacidade) e população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal raramente é considerada nos estudos sobre públicos de ciência, apesar da informação existir nas estatísticas oficiais (respetivamente 11% e 5%, segundo os dados em [14] e [15]), sendo por isso difícil aferir até que ponto estão à margem das atividades de divulgação científica.

A geografia também pode ser fator de exclusão. Portugal é um país muito desigual, onde os centros de produção de ciência (universidades, institutos de investigação) e de divulgação de ciência (museus, instituições culturais) se localizam maioritariamente nas grandes cidades do litoral. O interior concentra uma população mais rarefeita, envelhecida, pouco escolarizada, a que raramente chegam as iniciativas de comunicação de ciência.

Mas mais do que aferir desigualdades de forma numérica, importa perceber que impactos tem a exclusão destes públicos “a que é difícil chegar” das ações de comunicação de ciência. Será que importa que um agricultor pouco escolarizado saiba que os átomos são maiores que os eletrões? Que importa

que uma mãe imigrante do Bangladesh faça uma visita guiada a um centro de investigação em neurociências? Que importa que uma pessoa com incapacidade visual esteja a par das novas imagens do universo obtidas pelo telescópio James Webb?

Sob uma perspetiva democrática, importa que todos os cidadãos tenham igual acesso ao conhecimento científico. Sob uma perspetiva educativa, importa que todas as crianças tenham oportunidade de prosseguir estudos em áreas científicas e eventualmente escolher carreiras científicas. Sob uma perspetiva de saúde pública, importa que todas as pessoas consigam interpretar os rótulos dos alimentos, queiram vacinar os filhos, compreendam os riscos de determinados comportamentos e hábitos de vida. Sob uma perspetiva política, importa que os eleitores elejam representantes que não neguem as alterações climáticas. Sob uma perspetiva cívica, importa que um leque diversificado de pessoas participe quando são promovidas consultas públicas sobre questões tecnocientíficas.

Agora no domínio da comunicação de ciência, e sobretudo com públicos diversificados, o modelo 'one size fits all' não funciona. Há que ter ferramentas e estratégias específicas para atingir audiências específicas. A comunicação de ciência no Instagram resulta bem com públicos jovens, mas não com públicos seniores. Um evento num auditório de uma universidade ou politécnico provavelmente dissuade quem nunca teve oportunidade de estudar numa destas instituições e se sente intimidado pela 'torre de marfim'. Um folheto escrito em português com recomendações sobre a Covid-19 dificilmente é lido por um trabalhador migrante acabado de chegar do Senegal.

Para democratizar o acesso à ciência é preciso corresponder às necessidades dos públicos a que se quer chegar. Tanto acrescentando informação em diferentes formatos em iniciativas generalistas (legendas em braille e modelos a três dimensões para tocar numa exposição, interpretação de linguagem gestual nos eventos, traduções nas línguas mais comuns nas comunidades locais) como desenvolvendo iniciativas próprias para grupos específicos.

Na secção seguinte apresento alguns exemplos do que já se faz para chegar a públicos excluídos. Possivelmente ficam de fora iniciativas igualmente pertinentes, mas das quais não tenho conhecimento aprofundado.

O que já se faz em Portugal

A questão da inclusão na comunicação de ciência é um tema com que a comunidade de comunicadores de ciência portuguesa demonstra já alguma preocupação. É disso indício a inserção da palavra inclusão nos títulos de dois dos congressos anuais da associação SciComPT: em 2018 “Ciência aberta à sociedade: participação e inclusão em comunicação de ciência” e em 2019 “Comunicação de ciência e inclusão”. Ainda que nem todas as comunicações destes eventos se subordinassem necessariamente ao tema da inclusão, verifica-se que há uma pluralidade de iniciativas dirigidas a chegar a públicos habitualmente excluídos.

O que se segue é uma breve análise de uma dezena de projetos, iniciados nos últimos anos, direcionados para populações habitualmente excluídas da comunicação de ciência. São de natureza diversa, alguns projetos de ciência cidadã, outros de divulgação científica, outros de educação não formal de ciência. Dirigem-se a diferentes tipos de públicos: idosos, residentes em bairros carenciados, crianças de comunidades migrantes, comunidades de territórios periféricos, portadores de deficiência ou doenças específicas. São promovidos por diferentes instituições: universidades, centros de investigação, centros de ciência, museus, associações. Abrangem atividades em variadas áreas científicas (à exceção das ciências sociais), da astronomia à robótica, da medicina à biologia. São maioritariamente sustentadas em parcerias com atores diversos e exibem uma preocupação recorrente com a avaliação de impactos nas comunidades com quem trabalham.

Socientize

Um dos primeiros projetos de ciência cidadã financiado pela Comissão Europeia, que deu origem ao Livro Verde da Ciência Cidadã para a Europa, Socientize baseou-se numa parceria entre cinco instituições de quatro países (Portugal, Espanha, Áustria e Brasil). No âmbito deste projeto foram desenvolvidas quatro aplicações digitais para recolher contributos de cidadãos cientistas nos domínios da biologia molecular e celular e descoberta de medicamentos (Cell Spotting), linguística e semântica (Mind Paths), poupança

de energia e sustentabilidade (SavingEnergy@Home) e astronomia (Sun4All). Para testar e implementar estas aplicações, a equipa do projeto escolheu dois grupos-alvo: a comunidade escolar (estudantes e professores) e adultos com mais de 50 anos.

Para este segundo grupo, de acordo com a equipa do projeto, a participação em projetos de ciência cidadã “aumenta os conhecimentos dos participantes, contribui para o treino mental e o envelhecimento ativo e permite a participação e contribuição para a ciência” [21, p. 132]. Estabelecendo uma parceria com a RUTIS (Rede de Universidades Seniores), o projeto desenvolveu workshops em três universidades da terceira idade, onde foram apresentadas e feitas demonstrações das aplicações. A aplicação relacionada com a saúde foi a que suscitou mais interesse e os participantes receberam um pacote com informação sobre ciência cidadã e instruções para utilizarem a aplicação. Esta foi divulgada também noutros fóruns online europeus para cidadãos com mais de 50 anos. O feedback recebido dos utilizadores permitiu melhorar a aplicação e os manuais [21].

Dar Corpo às Memórias

Em 2018, foi desenvolvido no Instituto Gulbenkian de Ciência um projeto de divulgação de neurociências e artes visuais, em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras, dirigido a mulheres idosas de um dos bairros sociais do concelho, na sua maioria provenientes de Cabo Verde [17].

Com uma equipa combinando investigadores, comunicadores de ciência e um técnico de educação artística, coordenado por Ana Matias (Universidade do Algarve), o projeto centrou-se na questão da memória, tanto relativa às experiências da comunidade da vida em África como à perda de memória comum nos escalões etários mais elevados. O projeto desenvolveu-se ao longo de oito sessões com um grupo de 14 mulheres, algumas decorridas no centro local de apoio para a integração de migrantes, outras em visitas de estudo a laboratórios, ao Museu Gulbenkian e ao Centro de Arte Moderna em Lisboa. As sessões em sala incluíam atividades práticas com recurso a técnicas artísticas e narrativas. A metodologia utilizada não requeria competências de literacia escrita ou digital, para se adequar à população-alvo.

A apresentação pública dos resultados do projeto contou com a participação ativa das participantes e o projeto foi alvo de uma avaliação sistemática, que verificou alguns ganhos em termos de conhecimentos de ciência e do trabalho científico, elevado envolvimento das participantes, elevada disposição para participação em novas atividades culturais e acréscimo de inclusão social [17].

Clubes Ciência Viva no Bairro e Programa Bairros Saudáveis

Depois da rede de Centros de Ciência Viva iniciada nos anos 1990, da rede de quintas de Ciência Viva, a Agência Ciência Viva desenvolve desde 2020 o programa [Clubes de Ciência Viva no Bairro](#). Atualmente abrange o Bairro da Cova da Moura (Amadora), o Bairro do Condado (Marvila, Lisboa) e o Bairro da Bela Vista (Setúbal) e em alguns casos sustenta-se em parcerias com organizações locais. Este programa tem por objetivo “democratizar o acesso à cultura científica e tecnológica” (website do projeto), desenvolvendo diversas atividades dirigidas a toda a comunidade. Nos três casos, a ênfase é posta na literacia digital e ambiental.

No âmbito do programa [Bairros Saudáveis](#), que visa a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis, financiado com verbas do Plano de Recuperação e Resistência (PRR), a Agência Ciência Viva desenvolve várias iniciativas sustentadas em parcerias locais. São disso exemplo o projeto “A ciência chegou ao bairro”, que prevê a instalação de espaços de exploração da ciência e da tecnologia, o desenvolvimento de atividades, *workshops*, palestras e visitas a instituições científicas (Bairro da Cova da Moura e o Bairro do Condado), “VôCrescer – Uniões que não envelhecem”, que visa a requalificação de espaços e promoção do bem-estar, a criação de relações intergeracionais e a literacia ambiental de jovens e adultos através de atividades e workshops ligados à conservação da biodiversidade e à agricultura familiar (Bairro da Estrada Militar, Amadora), o projeto “Fenix”, orientado para a promoção da literacia ambiental, através de atividades de exploração e conservação da biodiversidade e sustentabilidade (Bairro do Talude, Loures), e o Programa “Nosso bairro Nossa Cidade”, que promove a aquisição de competências científicas e digitais, a par de ações de saúde

comunitária, sensibilização ambiental e atividades sociais (vários bairros da zona da Bela Vista, em Setúbal).

Novos Decisores Ciências do Bairro do Segundo Torrão

Este é um projeto de ciência cidadã, iniciado em 2014 e integrado numa tese de doutoramento em curso (de João Duarte, no Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa), que envolve os habitantes do Bairro do Segundo Torrão, um bairro ilegal na Trafaria, mesmo junto ao rio Tejo, onde reside uma população diversificada que inclui emigrantes e retornados das ex-colónias portuguesas [10]. Em colaboração com a Associação Cultural Canto do Curió e seguindo o modelo de ciência participativa e trabalho comunitário desenvolvido pelo Programa [Nouveaux Commanditaires – Sciences](#), da organização francesa L’Atelier des Jours à Venir, o projeto começou por dinamizar atividades de questionamento em formato de jogo com os jovens residentes do bairro, orientadas para identificar “o que os circundava, o que os incomodava, o que os intrigava” [10, p. 92]. Foi com base nesta atividade que se chegou a um “tema gerador” para desenvolver as iniciativas seguintes de ciência cidadã: a possibilidade de o mar vir a destruir o bairro, em resultado das alterações climáticas.

Foram encetados contactos com equipas de investigadores de uma universidade próxima e as crianças do bairro dinamizaram uma consulta aos moradores para avaliar a pertinência do tema. Nos anos seguintes foram realizados estudos em colaboração entre cientistas, residentes e pescadores locais, alguns de teor antropológico, outros de natureza geofísica sobre erosão costeira, numa perspetiva de avaliação de riscos.

No entanto, a decisão da Câmara Municipal de Almada de demolir o bairro em 2022, apesar de tentativas de sensibilizar os decisores políticos sobre os resultados científicos que negam a possibilidade de risco iminente, põe em xeque a continuidade do projeto e do próprio bairro, num contexto de grande vulnerabilidade habitacional².

² Veja-se a apresentação sobre o projeto na [conferência final](#) do projeto NEWSERA EU, em março de 2023.

Plataforma de Ciência Aberta

A [Plataforma de Ciência Aberta](#) é um projeto criado em 2017, como primeiro polo da rede europeia Open Science Hub, numa parceria entre a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e a Universidade de Leiden [23], por iniciativa de Pedro Russo (docente de astrofísica desta universidade e originário do concelho, atualmente membro da direção da Agência Ciência Viva). A Plataforma tem por objetivo aproximar a ciência, a tecnologia e a inovação do quotidiano das comunidades locais e regionais, particularmente das mais distantes aos centros de produção de conhecimento científico. O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo caracteriza-se pela sua interioridade (junto à fronteira com Espanha, na fronteira entre Beira Alta e Trás-os-Montes), baixa escolaridade média dos residentes, envelhecimento e perda de população.

Com sede em Barca de Alva, onde dispõe de um pequeno espaço expositivo e para atividades, a Plataforma assenta o seu funcionamento em três dimensões: escola aberta (projetos escolares no Agrupamento de Escolas local em parceria com organizações locais, centrados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento), ciência cidadã e investigação participativa (projetos de investigação que envolvem a comunidade local com o objetivo de desenvolver soluções sustentáveis para problemas locais) e economia circular (com uma moeda local própria que recompensa comportamentos sustentáveis e vários projetos de reciclagem).

Em meia dúzia de anos de funcionamento, a Plataforma desenvolveu já uma multiplicidade de atividades, de sessões de divulgação científica (observação astronómica, Ciência Viva no Verão) a festivais de ciência, de oficinas de formação a projetos de investigação europeus, de exposições temporárias a iniciativas de ciência cidadã, como a avaliação da qualidade da água no rio Douro, de programas de intercâmbio escolar a colaborações com projetos de inovação centrados nas necessidades locais. Em 2021, a Plataforma tornou-se membro associado da Rede de Centros de Ciência Viva.

Levar a ciência a públicos incomuns

“Levar a ciência a públicos incomuns” é um projeto do grupo [STOL Science Through Our Lives](#), um grupo de comunicação e divulgação de ciência do Departamento de Biologia da Universidade do Minho, coordenado por Alexandra Nobre (docente deste departamento), em curso desde 2014 [19]. Em articulação com o mestrado em Educação (especialidade em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária) da mesma Universidade, o projeto desenvolve múltiplas atividades para um leque diversificado de públicos que se podem considerar excluídos (incomuns, na terminologia do projeto): crianças e jovens residentes em bairros sociais, veteranos de guerra, toxicodependentes em tratamento, doentes psiquiátricos, idosos institucionalizados em lares ou utentes de centros de dia, alunos de universidades sénior.

O projeto é promovido em parceria com organizações da sociedade civil (IPSSs e ONGs) e as atividades têm uma dimensão frequentemente interativa: tarefas *hands-on*, visita a exposições, resoluções de desafios, jogos, role-play, construção de modelos e simulações. Estas atividades são desenhadas para cada caso, com base num diagnóstico de necessidades e levantamento de interesses dos públicos-alvo específicos, e abrangem tópicos científicos como astronomia, física, biologia, nutrição, saúde, agricultura, sustentabilidade.

As atividades deste projeto são também alvo de avaliação recorrente, com recurso, por exemplo, a inquéritos aos participantes, observação e conversas informais [1], [16], [20].

Native Scientist

Ainda que esteja sediada no Reino Unido e não em Portugal, esta organização sem fins lucrativos contou com o papel fundador de duas cientistas portuguesas radicadas naquele país, Joana Moscoso e Tatiana Correia. Criada em 2013, a [Native Scientist](#) visa reforçar as ligações entre cientistas e crianças de meios desfavorecidos, em particular as oriundas de famílias migrantes [12]. Para tal, desenvolve programas educativos em escolas, que estabelecem ligações entre cientistas e crianças da mesma comunidade migrante ou da mesma localidade de origem (projeto “cientista regressa à escola”).

Atualmente, a rede conta já com mais de 3000 cientistas em 13 países europeus. A Native Scientist proporciona ainda formação em comunicação e divulgação para cientistas e desenvolve outros projetos de promoção da literacia científica e competências linguísticas, como “uma volta ao mundo com cientistas portugueses” (livro de textos e livro de atividades), “os cientistas explicam” (perguntas a cientistas na Rádio Miúdos) ou “native explorers” (organização de visitas de jovens de minorias étnicas a laboratórios e museus para conhecer cientistas com o mesmo perfil – [22]).

A atividade da Native Scientist é orientada por valores de equidade, diversidade e inclusão, e os seus programas estruturam-se com base num conjunto de sete princípios orientadores [12]: definir a audiência carenciada; apoiar os cientistas; formar parcerias; proporcionar oportunidades que promovam um sentimento de pertença; conteúdos e materiais conformes aos valores de equidade; diversidade e inclusão; monitorização da qualidade e avaliação do impacto; equilíbrio entre extensão e profundidade.

Cartas com ciência

[Cartas com ciência](#) é um programa de intercâmbio de correspondência entre cientistas portugueses e estudantes dos países de língua oficial portuguesa, criado em 2020 pelos investigadores Mariana Alves e Rafael Galupa. Inspirado num programa semelhante nos Estados Unidos, tem por objetivo democratizar a ciência e a educação, ao proporcionar a estudantes a oportunidade de contactar com cientistas, fazer perguntas e adquirir conhecimentos, despertando eventuais vocações para carreiras científicas, mas também promover o uso e literacia da língua portuguesa. Segundo os seus promotores, o programa pretende “ajudar a quebrar estereótipos e preconceitos em relação à ciência, aos cientistas e aos países em desenvolvimento, melhorando a forma como as sociedades encaram a educação, a ciência e a diversidade” [2, p. 11].

Nos primeiros anos o programa foi apoiado pela Native Scientist (ver acima). Em apenas alguns anos, o projeto já mobilizou mais de 750 cientistas e mais de 500 estudantes nos PALOP, Brasil, Timor-Leste e Portugal. O programa abrange ainda quase 20 turmas participantes em programas duradouros. O programa

proporciona ainda formação e experiência em técnicas de escrita e de divulgação científica a investigadores de língua portuguesa e dinamiza um Ciclo de Colóquios intitulado “Diálogos Científicos Cartas com Ciência”.

Tal como a maioria destas iniciativas de comunicação de ciência para públicos excluídos, o programa inclui uma dimensão avaliativa, empregando métodos quantitativos e qualitativos para aferir o seu impacto junto da comunidade educativa e científica [2].

Acesso cultura

A [Acesso cultura](#) é uma associação sem fins lucrativos fundada em 2013, com base no Grupo para a Acessibilidade nos Museus (criado em 2003), que tem por missão promover o acesso físico, social e intelectual à participação cultural. Apesar da designação, tem parcerias com organizações ligadas à divulgação de ciência, como a Fábrica Centro Ciência Viva de Aveiro, e desenvolve múltiplas atividades relevantes para profissionais de comunicação de ciência, como sessões de capacitação, seminários, uma conferência anual, debates públicos, dois prémios anuais.

Entre as iniciativas premiadas estão: o texto “Vais, ou ficas?” (Grupo de Comunicação, Eventos e Outreach do Centro Champalimaud), galardoado em 2021 com o prémio Linguagem Clara; a exposição Science Alive (Instituto Gulbenkian de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian) em 2020 com o prémio Linguagem Clara; o texto introdutório da Exposição “PlantLab Sketching: Urban Sketching (Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade Nova de Lisboa ITQB, o Centro de Informação e Biotecnologia CiB e FotoSketchers 2) no ITQB NOVA em 2019 com o prémio Linguagem Clara; o projeto “90 Segundos de Ciência” (ITQB NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas NOVA FCSH, Antena 1 e Novartis) em 2018 com o prémio de acessibilidade intelectual; o Parque Biológico da Serra da Lousã em 2016 com o prémio Acessibilidade Integrada.

A Diretora Executiva da Associação, Maria Vlachou, foi a oradora de uma das conferências plenárias do Congresso de 2019 da SciCom.PT, com a apresentação “Ser inclusivo: entre o paternalismo e o desejo de partilhar”.

Museu Acessível

O Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa está a implementar uma estratégia para tornar o [Museu mais acessível e inclusivo](#). Para tal, desenvolve um conjunto de atividades específicas, como visitas em língua gestual portuguesa e visitas orientadas com audiodescrição. No caso da exposição “Variações Naturais – viagem pelas paisagens de Portugal” são disponibilizadas as chamadas “sessões descontraídas”, em dias específicos, em que a exposição é preparada para criar um ambiente que não apresente estímulos audiovisuais excessivos, de forma a reduzir os níveis de ansiedade e tornar a experiência mais agradável. Esta iniciativa, promovida por Raquel Barata e Fernando Serralheiro, do Núcleo Educativo do Museu, destina-se a pessoas com défice de atenção, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com condições do espectro autista, pessoas com deficiências sensoriais ou de comunicação, pessoas com síndrome de Down; pessoas com síndrome de Tourette e idosos em estados iniciais de demência.

Por outro lado, a diversificação das exposições do museu, refletindo a pluralidade das suas coleções e da investigação na Universidade que o tutela, tem proporcionado também o diálogo com outros públicos. A título de exemplo, pode mencionar-se a exposição "Impulso fotográfico: (des)arrumar o arquivo colonial", inaugurada em 2022 e comissariada por investigadores do projeto “O impulso fotográfico: medindo as colónias e os corpos colonizados. O arquivo fotográfico e fílmico das missões portuguesas de geografia e antropologia”, financiado pela FCT. Esta exposição tem sido acompanhada de um leque de atividades com as comunidades retratadas, a saber: um debate sobre percursos de sucesso de mulheres negras em Portugal, com quatro participantes que exercem profissões de destaque nas artes, jornalismo e ciência; um concerto de música gospel com o Coro Alegria da Terceira Igreja Baptista de Lisboa; o Workshop “Colonialismo.2: A Ancestralidade Colonizadora”, e que teve como objetivo “sonhar uma utopia decolonialista e libertadora” para “criar um mundo mais justo, onde se educam as pessoas para serem mais anti-racistas, anti-machistas, anti-patriarcais, anti-qualquer-coisa-fóbicas, anti-neo-liberais, anti-terraplanistas, anti-anti-mudanças-climáticas, anti-classistas e anti-capitalistas” (<https://www.museus.ulisboa.pt/node/385>); a celebração do Dia de Áfricas com

visitas orientadas, um debate com cientistas e a atuação do grupo tradicional guineense “Amizade na Linha de Sintra”; um Ateliê coletivo de recortes e cola: (Re)configurações de imagens. (Re)presentar, (Re)screver, (Re)posicionar: (re)velando códigos visuais: a performance “Estado (anti) Manicomial, fragmentos” pela artista/investigadora afro-descendente Rita Cassia.

Notas finais

É imperativo democratizar o acesso ao conhecimento científico. Não basta a comunicação de ciência “pregar aos convertidos”, tem de chegar aos grupos sociais marginalizados e proporcionar-lhes oportunidades para uma vida melhor e para uma maior participação na vida coletiva e nas decisões de natureza tecnocientífica.

Este capítulo procurou demonstrar que, se a comunicação de ciência ainda serve maioritariamente as populações mais favorecidas, há já iniciativas que procuram ir ao encontro de comunidades marginalizadas e excluídas. No entanto, ainda há lacunas que têm de ser preenchidas.

Em primeiro lugar, não encontrei registo de projetos de comunicação de ciência dirigidos à comunidade cigana ou às comunidades migrantes mais recentes, por exemplo de origem asiática. Por outro lado, são frequentes os projetos dirigidos ao público infantil e escolar, que está longe de poder ser considerado esquecido pela comunicação de ciência. Também são muito raros os projetos que abrangem as ciências sociais e humanidades, muitas vezes esquecidas quando se fala de comunicação de ciência [8].

Em segundo lugar, apesar de várias iniciativas salientarem a dimensão de monitorização da qualidade e avaliação de impactos, raramente são divulgados os resultados dessa monitorização e avaliação. Está por fazer a análise de até que ponto estes projetos contribuem para a mitigar a exclusão e promover o empoderamento das comunidades marginalizadas.

Em terceiro lugar, apenas alguns projetos desenvolvem processos de consulta à população-alvo para a definição dos temas e atividades de comunicação de ciência. A maioria são iniciativas “do topo para a base”, iniciadas por cientistas e comunicadores de ciência com boas intenções, que consideram que sabem à partida o que estas comunidades precisam. Faltam genuínos

processos “de base para o topo”, que partissem da iniciativa dos cidadãos, que procurassem a ciência e os cientistas para ajudar a resolver problemas que os afetam, necessidades que sentem, inquietações que querem ver resolvidas.

Por último, é necessário considerar a interseccionalidade da exclusão. Os grupos “mal servidos” pela comunicação de ciência muitas vezes acumulam vários fatores de exclusão e discriminação: por género, escalão etário, rendimento, escolaridade, nacionalidade, racialização. Não será com certeza a comunicação de ciência a resolver e dirimir as desigualdades estruturais da sociedade portuguesa, no entanto, pode representar um papel relevante no empoderamento e emancipação de comunidades marginalizadas.

Bibliografia

1. Alves, A., Cunha, E., Oliveira C. C., e Nobre, A., “Ciência na terceira idade: finalmente sei porquê...”, Poster, Congresso de Comunicação de Ciência SciComPT, Lagos, Portugal, 2015. <https://hdl.handle.net/1822/39601>
2. Alves, M. e Galupa, R., “Cartas com ciência para inspirar crianças nos países de língua portuguesa”, in Atas das II Jornadas da Língua Portuguesa no Mindelo, org. Centro de Língua Portuguesa Camões IP no Mindelo Universidade de Cabo Verde, Delegação do Ministério da Educação de São Vicente, 2020, pp. 9-14. https://www.clpmindelo.com/files/ugd/277604_a9996ec17ce546c8aeb3c73d0ac5bab2.pdf#page=9
3. Archer, L., Dawson, E., DeWitt, J., Seakins, A. e Wong, B., “Science capital”: A conceptual, methodological, and empirical argument for extending bourdieusian notions of capital beyond the arts, *Journal of Research in Science Teaching*, 52, 7 (2015): 922-948.
4. Ballo, R., Engaging the excluded: a perspective review, Falling Walls Engage, 2021. <https://falling-walls.com/wp-content/uploads/perspective-review-engaging-the-excluded-2.pdf>
5. Costa, A. F., Ávila, P. e Mateus, S., *Públicos da ciência em Portugal*, Gradiva, 2002.
6. Dawson, E., “Not designed for us”: How science museums and science centers socially exclude low-income, minority ethnic groups, *Science Education*, 98, 6 (2014): 981-1008.
7. Dawson, E., Reimagining publics and (non) participation: Exploring exclusion from science communication through the experiences of low-income, minority ethnic groups, *Public Understanding of Science* 27, 7 (2018): 772-786.
8. Delicado, A., “Turning the Gaze on Ourselves: Public Communication of Sociology”, in *Communicating Science and Technology in Society: Issues of Public Accountability and Engagement*, A. Delicado, F. C. Von Roten e K. Prpić (Eds.), Springer, 2021, pp. 117-136.
9. DeWitt, J., Archer, L., e Mau, A., Dimensions of science capital: exploring its potential for understanding students’ science participation, *International Journal of Science Education*, 38, 16 (2016): 2431-2449.
10. Duarte, J. A. R. e Arquizán, T. “Novos decisores entre a terra e o mar”, in *Processos Criativos nas Ciências e nas Artes*, C. P. Nabais et al (eds.). A questão da participação pública, *Afrontamento*, 2021, pp. 89-98.
11. Garcia, J. L. (Coord.), Ramalho, J. e Silva, P. A., “Os Públicos da Rede Nacional de Centros Ciência Viva – Relatório Final”, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa para a Rede Nacional de Centros Ciência Viva, 2016.
12. Golle, J., Catarino, A. I., Bordalo, J. M. e Moscoso, J. A., How science outreach with children can promote equity and diversity, *Trends in Cell Biology* 32, 8 (2022): 641-645.

13. Humm, C., Schrögel, P. e Leßmöllmann, A., Feeling left out: Underserved audiences in science communication, *Media and Communication*, 8, 1 (2020): 164-176.
14. INE. “O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pela população com incapacidades”, INE, 2020. Disponível em <https://censos.ine.pt/xurl/pub/66200373>.
15. INE. “O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal”, INE, 2023. Disponível em <https://censos.ine.pt/xurl/pub/66196836>.
16. Martins, E., Oliveira, C. C., Bandeira, T. e Nobre, A., (Vi)ver mais: a realidade silenciada pela dependência–projeto de intervenção comunitária, *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, Vol. Extr., No. 08 (2017): 46-50. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.08.2395>.
17. Matias, A., Dias, A., Gonçalves, C., Vicente, P. N. e Mena, A. L., Science communication for social inclusion, *Journal of Science Communication*, 20, 2 (2021): 1-17.
18. Moreno-Castro, C., Mendoza-Poudereux, I. e Vengut-Climent, E. (Coords.), *CONCISE's Public Consultations*. Valencia: ScienceFlows e Science Culture and Innovation Unit of the University of Valencia, 2020. https://concise-h2020.eu/wp-content/uploads/2020/11/Concise_Public_Consultation_Book_web2.pdf.
19. Oliveira, C. C. e Nobre, A., “A ciência é para todos, os públicos menos evidentes incluídos”, Poster, 7º Congresso Nacional de Comunicação de Ciência SciComPT, 2019. <https://hdl.handle.net/1822/60501>.
20. Saavedra, I., Oliveira, C. C. e Nobre, A., “Brincar com a Ciência” em contextos socioeconómicos vulneráveis.”, Poster, 6º Congresso da Rede de Comunicação de Ciência e Tecnologia de Portugal – SciComPT, 2018, <https://hdl.handle.net/1822/56476>.
21. Silva, G., Brito, R. M. M., Monteiro, A., Leal, J. A. F., Furtado, A., Andrade, N., Brasileiro, F. et al., SOCIENTIZE participatory experiments, dissemination and networking activities in perspective, *Human Computation*, 1,2 (2014): 119-135. <https://doi.org/10.15346/hc.v1i2.4>
22. Teles, A. e Viana, F., Science outreach in my mother tongue, *Nature*, 590, no. 7847 (2021): 678-679.
23. Vicente, M. I., Faustino, A. I., Lourenço, P. J., Peso, A., Varela, J., Martins, C., Pinto, F. e Russo, P., “Open Science Hub-Portugal: Toward Community Development, Innovation, and Well-Being Through Open Schooling”, in *Co-creating in Schools Through Art and Science: Lessons Learned in Community Engagement Within the Responsible Research and Innovation Framework*, Sandu, P., Tudisca, V. e Valente, A. (eds.). Springer International Publishing, 2021, pp. 27-37.

Quando a desinformação chega com pezinhos de lã

Vera Novais¹

Resumo: A desinformação chega-nos por diversas vias, do passa palavra às redes sociais, e com diferentes graus de intencionalidade e manipulação, dos conteúdos ambíguos à informação deliberadamente falsa. Dinheiro, poder e toda a sorte de ideologias podem motivar a produção de desinformação, mas uma produção científica enviesada também contribuiu para o fenómeno. Uma das proteções contra a desinformação era o jornalismo de qualidade, mas as redações têm recursos financeiros e humanos cada vez mais curtos e os cidadãos perderam a confiança no jornalismo. Este capítulo discute tais problemas, sublinhando que uma das soluções encontradas para prevenir a ‘contaminação’ dos cidadãos são as ‘injeções’ contra a desinformação.

Suplementos alimentares, gargarejos, lavagens nasais e jejum controlado podiam muito bem fazer parte do cardápio de uma qualquer dieta da moda ou das recomendações de *influencers* nas redes sociais. Mas falemos daquelas que foram dadas por uma médica – também numa rede social, mas em grupo fechado. Os *influencers* promovem dietas *detox* para (alegadamente) se eliminarem as toxinas do organismo e a promotora dos Médicos pela Verdade (grupo que negava a gravidade da pandemia) também propunha a receita para eliminar vestígios nefastos, neste caso do vírus SARS-CoV-2, e conseguir um teste PCR negativo [20].

Convém esclarecer que nem as dietas *detox* servem para eliminar as toxinas do corpo [18] – se o tratar bem, o organismo tem as suas próprias ferramentas (e não precisa de beber batidos de pepino em jejum) –, nem a "receita" da médica elimina o vírus das células (que vão agarradas ao cotonete que nos esfregam no nariz). As informações, num e noutro caso, são no mínimo enganadoras, mas não são caso único na nutrição ou na pandemia de Covid-19, nem tão pouco a desinformação é um produto dos tempos modernos.

Não é um fenómeno novo, mas atingiu um nível de virulência que o transforma numa das mais prementes ameaças às sociedades livres, plurais e democráticas [4, p. 11].

¹ Jornalista de Ciência. Observador e SciComPt.

O uso de informação vaga, ambígua, manipulada, incorreta ou falsa é tão velho como o homem e os motivos também não mudaram muito com o tempo; estão sobretudo relacionados com poder, dinheiro ou ideologias (políticas ou de outra natureza). O resultado, porém, é quase sempre o mesmo: a *destruição da confiança nas instituições ou nos agentes*, sejam médicos, jornalistas, políticos ou outros intervenientes relacionados com o assunto. “As ‘fake news’ são um instrumento eficaz para denegrir, atacar e instalar a dúvida sobre as características, defeitos e acontecimentos ‘secretos’ da vida dos rivais” [23, p. 12].

Os efeitos negativos da desinformação, nomeadamente da desinformação na área da saúde, são bem reais, como alertou diversas vezes a Organização Mundial de Saúde (OMS) durante a pandemia. A interpretação incorreta ou enganosa das evidências disponíveis tem *consequências na saúde mental, provoca atrasos no acesso aos cuidados de saúde e má distribuição dos recursos, faz aumentar a hesitação em soluções preventivas ou terapêuticas*, como as vacinas, e faz crescer as teorias da conspiração e a venda ilegal de medicamentos [16]. Além disso, “a infodemia [sobreprodução de informação, incorreta ou não] pode também diminuir a confiança nos governos e nos sistemas de saúde pública, bem como na resposta do governo e na exatidão das mensagens oficiais sobre saúde” [16].

Se alguma coisa mudou nos últimos anos, por outro lado, foi a quantidade de desinformação com que temos de lidar diariamente, a velocidade a que se propaga – tornando-se viral muito antes de ser denunciada – e os novos formatos com que nos é apresentada. Não é de estranhar que as redes sociais sejam acusadas de serem a principal causa da disseminação da desinformação – adequam-se ao volume, velocidade e novos formatos que caracterizam o fenómeno na atualidade –, mas também é preciso não esquecer o papel da disseminação pelos formatos tradicionais e no passa a palavra dos contactos presenciais [1]. Como afirmam Altay, Berriche e Acerbi,

Primeiro, as redes sociais fazem o vilão perfeito, mas antes de as culpar pelo problema da desinformação é necessário trabalhar mais nos meios de comunicação social tradicionais e nas redes *offline*. Em segundo lugar, o problema

da desinformação deve ser avaliado à escala do ecossistema, por exemplo, incluindo na equação o consumo de notícias e o acto de as evitar ([1] sobre as seis ideias erradas relacionadas com a prevalência e impacto da desinformação).

*

Nos últimos anos, vulgarizou-se a expressão “fake news” para falar de desinformação (e não só), mas a combinação de palavras e o seu uso têm-se mostrado desadequados. Primeiro, porque é contraditória: a notícia (“news”) é uma novidade, uma informação de interesse público e/ou um conteúdo transmitido por jornalistas – e, por definição, é obrigação do jornalista não mentir, logo não transmitir algo “fake”, falso ou manipulado [29].

Desde o início do século XX, os jornais de referência, por oposição ao que tinha acontecido no passado, comprometeram-se com os leitores a providenciar notícias verídicas e com rigor. Durante quase um século, jornais, rádios e televisões foram bem-sucedidos a limitar o fenómeno de disseminação de informação falsa, até que deixaram de ser a principal fonte de informação dos cidadãos [4, p. 15]. Como nota Pena “Para ela [jornalista Brooke Binkowski], ‘o verdadeiro problema é a degradação do jornalismo’. A desinformação nunca teria adquirido a dimensão que tem hoje se esta profissão tivesse um funcionamento saudável” [23, p. 101].

“Fake news” é uma expressão problemática também porque tem sido usada por atores políticos – como Donald Trump ou Jair Bolsonaro – como um ataque contra os jornalistas, contra as notícias que lhes são desfavoráveis e contra a liberdade de imprensa: “Já não está em causa se uma notícia é verdadeira ou falsa, mas se está mais ou menos próxima das percepções ou opções políticas de cada pessoa” [4, p. 22].

Por fim, *nem toda a desinformação se apresenta como claramente falsa, grande parte trata-se até de informação correta, mas utilizada fora de contexto.* West e Bergstrom [33] alertam para o impacto desta informação manipulada na promoção de interesses e para a influência que podem ter nas tomadas de decisão. “Devemos investigar formas mais subtis de desinformação que produzem percepções distorcidas da realidade”, defendem Altay, Berriche e Acerbi [1].



Grupo Parlamentar PS
@GPPSocialista

...

Até hoje, o nº de #vacinas administradas em Portugal por cada 100 hab., segundo o @ECDC_EU, é superior à média da União Europeia. Estamos acima de países como a Alemanha, a França, a Suécia, a Holanda ou a Bélgica, entre outros.



18:24 · 04/02/21 · Twitter Web App

Figura 1. Manipulando os eixos, o grupo parlamentar do Partido Socialista deu uma ideia errada da diferença entre a média europeia e Portugal (captura de ecrã de uma publicação no Twitter, entretanto retirada, in [3]).

Recordemos, por exemplo, um gráfico divulgado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista no Twitter. A imagem mostrava a diferença na taxa de vacinação contra a Covid-19 entre a média da União Europeia (3,21 indivíduos em 100) e Portugal (3,44 em 100). A ampliação da escala (que deveria começar

em zero e não em 3,1) fez com que uma diferença pequena parecesse enorme [3]. Não vou discutir as intenções, mas a imagem dava a ilusão (errada) de que Portugal estaria muito melhor do que a média europeia.

Pensamos muitas vezes que os dados são precisos e objetivos, mas a história que nos contam vai depender da apresentação, do enquadramento e das comparações, usados por quem transmite a mensagem [33]. E este também é um problema para a informação científica [30], muitas vezes baseada em dados, tornando-se possível manipular a mensagem mediante o tipo de gráfico mostrado, as escalas e os intervalos dos eixos escolhidos, ou as cores e outros elementos decorativos usados. Do mesmo modo, a forma como são apresentadas as imagens e os mapas pode enviesar a informação.

A possibilidade de enganar através de composições visuais é pertinente para a informação científica, uma vez que os esquemas ou gráficos podem ser facilmente utilizados e manipulados para transmitir pontos de vista. Por outro lado, as fotografias ou vídeos podem ser estrategicamente utilizados para aumentar a viralidade de uma publicação [nas redes sociais], por provocar uma reação emocional através de uma componente visual marcante e por transmitir uma narrativa poderosa [30]

No artigo que faz uma revisão de revisões sobre desinformação na área da saúde, Nascimento *et al.* confirmaram que este tipo de conteúdos circula facilmente nas redes sociais, com frequência em grupos fechados, e podem influenciar sobretudo os doentes mais idosos ou as pessoas com menos conhecimentos na área da saúde. Mas os autores destacam também a importância das redes sociais na disseminação de informação útil e validada cientificamente em situações de crise, como uma pandemia. “As revisões verificaram que a disseminação de informação nas redes sociais melhorou significativamente a sensibilização para os conhecimentos e o cumprimento das recomendações de saúde entre os utilizadores” [16].

Vale a pena referir também que pensar nos utilizadores das redes sociais como meros consumidores passivos da (boa ou má) informação que lhes chega pode estar desfasado da realidade. O projecto Concise, financiado no quadro da União Europeia, verificou que os utilizadores ativam várias estratégias para

selecionar conteúdos na internet, ainda que a maioria se refira a “critérios pessoais” (que estudos futuros poderão clarificar). O importante para os autores é que os entrevistados mostraram “um nível de sensibilização consideravelmente maior do que é contemplado no debate dominante” [27].

Cientistas lutam por atenção, tal como os jornalistas

Ainda corria o mês de março de 2020, bem no início da pandemia, quando o médico e microbiólogo francês Didier Raoult começou a defender a eficácia da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. Em pouco tempo, o médico despertou amores e ódios nas redes sociais, fez manchetes em revistas e jornais e foi citado por Donald Trump e Elon Musk no seu apoio ao uso deste medicamento [24]. E nem a declaração do fim da pandemia em maio de 2023 retirou Raoult das manchetes dos jornais.

Logo em julho de 2020, a equipa de Didier Raoult afirmou, num artigo científico, que o tratamento com hidroxicloroquina estava significativamente associado à redução ou desaparecimento da carga viral nos doentes com Covid-19 [5]. O problema, na altura, era uma amostra demasiado pequena (muito poucos doentes) e uma experiência que não cumpria os requisitos necessários para se poderem tirar as conclusões anunciadas [19]. O número de doentes aumentou, mas as práticas e argumentos usados pelo investigador não melhoraram com o tempo.

Os métodos de Didier Raoult foram criticados, a comunidade científica acabou por confirmar que o uso de hidroxicloroquina não trazia quaisquer benefícios para os doentes Covid-19 – era até prejudicial –, o médico foi retirado do cargo de diretor da Fundação Mediterrânica da Infecção em setembro de 2022 e o Instituto Hospitalar Universitário de Marselha (que pertence à fundação) foi proibido de conduzir ensaios clínicos pela Agência Nacional Francesa para a Segurança dos Medicamentos (ANSM). Mas nada disto parece ter demovido o médico, que no início de abril de 2023 disponibilizou mais um artigo controverso em formato de pré-publicação científica.

No artigo, que não foi sujeito a revisão por cientistas independentes (para que pudesse ser publicado com maiores garantias de qualidade), a equipa de Raoult defende o uso da hidroxicloroquina em combinação com o anti-

inflamatório azitromicina na redução da mortalidade, depois de analisar os dados de mais de 30.000 pessoas que tiveram um teste PCR positivo para o SARS-CoV-2 (independentemente dos sintomas), entre março de 2020 e dezembro de 2021, todas no mesmo hospital [15].

Numa carta aberta publicada no jornal francês *Le Monde* [31], sociedades científicas e especialistas acusam a equipa de Marselha de ter conduzido “provavelmente o maior ensaio clínico sem autorização conhecido até à data”, de não terem respeitado as normas éticas e científicas, e denunciam o facto de os médicos do hospital terem continuado a prescrever o tratamento por mais de um ano depois de equipas internacionais terem demonstrado que era ineficaz. Na plataforma PubPeer [32], vários investigadores elencaram também as falhas detectadas na metodologia apresentada e na apresentação dos resultados e conclusões.

A cobertura mediática positiva destas más práticas, que careceu de distanciamento, contribuiu em grande medida para a desconfiança de alguns dos nossos concidadãos em relação à ciência, à investigação clínica, às autoridades sanitárias e aos especialistas em geral. No contexto particular da ansiedade gerada pela crise sanitária, as declarações peremptórias que proclamam a eficácia destes tratamentos foram, infelizmente, objecto de uma aprovação generalizada por parte do público (carta aberta no *Le Monde*, [31]).

*

Seja para promover a sua autoridade, para se tornarem mais populares, para conseguirem mais financiamento ou por outras razões, os cientistas competem pela atenção mediática, seja nos meios tradicionais ou nas novas plataformas. Este é um comportamento em tudo semelhante àquele que costuma ser apontado aos jornalistas, especialmente quando usam títulos chamativos na tentativa de cativar mais audiência. Na procura de atenção, os cientistas anunciam conclusões apelativas para o seu trabalho, alargam-nas muito para além do seu alcance e manipulam as publicações das redes sociais.

A informação não tem de ser necessariamente falsa, nem sequer ter sido partilhada com intenção de enganar ou causar dano, mas será mesmo assim

considerada desinformação – ainda que seja uma forma mais “ligeira” do que as mentiras declaradas ou a venda da banha da cobra. Depois, como uma bola de neve, jornalistas e cientistas vão consumir informação, usar motores de busca, navegar nas redes sociais e receber de volta mais informação que também pode estar enviesada.

Imagine que a conclusão publicada numa revista científica vai além dos resultados obtidos na experiência e que o gabinete de comunicação da instituição ainda dá um retoque no comunicado de imprensa para que fique mais apelativo para os jornalistas – afinal as instituições também lutam por notoriedade e financiamento. Mastigado e digerido nos media, o resultado pode muito bem ser uma notícia no jornal com o título ao estilo “cura para o cancro”.

Os títulos sensacionalistas ou enganadores são muitas vezes criticados pelos leitores dos jornais ou pela audiência das rádios e televisões, mas é a estratégia utilizada – e com sucesso – por quem promove desinformação nas redes sociais. “Assiste-se hoje a uma batalha desigual pela atenção dos internautas nas plataformas digitais, na medida em que um título falso ou sensacionalista é quase sempre mais apelativo do que um título factual e objetivo” [4, p. 18].

“A verdade nua e crua nem sempre é suficiente para captar a nossa atenção”, afirmam também West e Bergstrom [33] e a manipulação da informação (científica, neste caso) acaba por servir os interesses de ambas as partes – apesar de poder ter também efeitos adversos (perda de confiança por parte do público). Assim, se os jornalistas e órgãos de comunicação social lutam pela atenção das audiências e pelo dinheiro dos anunciantes, os investigadores e revistas científicas empolam os resultados ou escolhem publicar apenas aqueles que são positivos para subirem nas implacáveis métricas de produtividade.

West e Bergstrom analisaram “as formas *como a desinformação pode circular no seio da ciência devido a incentivos desalinados, normas de publicação desatualizadas* e sistemas sociotécnicos que concentram a atenção e os créditos num pequeno subconjunto da literatura [científica disponível]” [33]. Quer isto dizer que o sistema de publicação e avaliação da competência científica se mede pelo número de artigos publicados – por isso se dividem as conclusões por artigos distintos em vez de se fazer uma análise abrangente da

experiência – ou pelo número de citações – daí a importância dos títulos apelativos e da cobertura mediática.

Dado que as revistas de topo procuram frequentemente resultados interessantes e de grande impacto, estas políticas encorajam os investigadores a exagerar o seu trabalho. Pior ainda, podem encorajar a fraude [33].

As revistas científicas querem resultados excitantes e os media também. Na tentativa de anunciar o último avanço científico, os jornalistas nem sempre sabem ou se lembram de destacar que se tratam de resultados preliminares, que o estudo ainda só foi feito em laboratório ou que é preciso dar contexto com as experiências anteriores. “O exagero na escrita científica popular desinforma o público, mas também engana os investigadores”, afirmam West e Bergstrom [33]. Porquê? Porque os próprios cientistas consomem a informação mais destacada nas redes sociais e nos jornais.

Isto pode ocorrer se os dados chegarem a ser publicados, mas acontece que grande parte das experiências ou resultados da investigação científica não chegam a sair da gaveta. “As revistas científicas publicam preferencialmente resultados estatisticamente significativos. Os cientistas que obtêm resultados negativos ou sem significado estatístico podem escolher mudar de projeto em vez de investirem na escrita e publicação de um trabalho tido como de interesse modesto”, ilustram West e Bergstrom [33]. É como se só se considerassem os testes positivos para avaliar os conhecimentos globais dos alunos de uma turma.

Por outro lado, a pressão para publicar e para publicar com frequência é tão grande que os cientistas podem acabar por recorrer (intencionalmente ou não) a “editoras predadoras”, que estão mais preocupadas em lucrar com as taxas de publicação pagas pelos autores dos artigos, do que com o papel que era devido às editoras científicas de zelar pela qualidade da produção científica [33]. Muitas destas editoras e revistas predadoras não cumprem sequer os padrões de revisão por pares (análise do artigo por investigadores independentes) apesar de lhes forjarem um selo de garantia. Voltando ao exemplo da escola, era o mesmo que o professor dar positiva a todos os alunos ou porque não corrigiu os testes ou porque desceu muitíssimo os níveis de exigência (e ainda lhes pediu uma compensação em troca do favor).

Na sua busca pelas descobertas mais incríveis e fora da caixa ou pelas histórias que vão atrair mais leitores, ouvintes ou espectadores, os media podem não conseguir distinguir as revistas predadoras das outras ou avaliar a qualidade de dois artigos científicos publicados por diferentes editoras. As informações incorretas divulgadas por cientistas e jornalistas podem, assim, alimentar os movimentos populistas, os negacionistas da ciência e a desinformação, e diminuem a confiança do público na ciência e nos media.

A fórmula perfeita para criar desinformação

Tinha chegado o dia 19 de janeiro de 2015 e multiplicavam-se as referências à “Blue Monday” nas redes sociais e media tradicionais. A terceira segunda-feira do mês de janeiro era apontada como o dia mais triste do ano, alegadamente de acordo com uma fórmula matemática. Mas não foi preciso pesquisar muito para perceber que esta história não tinha nada de científico [17]: tratava-se de uma estratégia de relações públicas de uma agência de viagens que circulava há 10 anos (e continuou a circular anualmente).

Da fórmula do dia mais infeliz do ano à do dia mais feliz, da fórmula para a praia perfeita, à do golo de penálti perfeito e à equação para o efeito “olhar de cerveja”, não faltam opções em que cientistas (ou pessoas que se apresentam como tal) e as universidades para as quais trabalham (muitas delas conceituadas) dão um selo de garantia a alegados estudos pagos por empresas num processo de “exposição equivalente a publicidade” [6, p. 194]. “Estas notícias não são informativas, são atividade promocional disfarçada de notícia” [6, p. 195], mas acabam publicadas nos órgãos de comunicação social como se de efetivas notícias de ciência se tratassem.

No livro *Ciência da Treta*, o médico Ben Goldacre reproduz o convite que recebeu de uma empresa de relações públicas para ser autor de um destes estudos: “Estamos a efetuar um estudo sobre a forma de andar das dez primeiras celebridades mais sensuais para o nosso cliente ‘Veet’ (creme depilatório) e gostaríamos de reforçar o nosso estudo com uma equação de um perito que determinasse qual a celebridade que tem o andar mais sensual, baseando-se na teoria” [6, p. 199]. No email da empresa Clarion Communications é ainda

reforçado: “Entendemos que a inclusão do comentário de um perito e uma equação conferirão mais peso à notícia”.

A resposta ao email de Goldacre foi ainda mais reveladora da estratégia usada: “Ainda não efetuámos o estudo”, disse uma representante da empresa, “mas sabemos os resultados que pretendemos alcançar”. E esses resultados acabaram mesmo nos media – e da forma que a empresa queria. Para Goldacre, *estas empresas conhecem bem os pontos fracos dos media*, que enumera: a ânsia por novas e inesperadas descobertas, diretores com poucos conhecimentos de ciência, a necessidade de encher as páginas (ou minutos) e a falta de tempo e pessoal para o fazer.

Poderíamos pensar que são situações irrelevantes por serem informações inúteis, mas a verdade é que acabam por fragilizar a relação do público com a ciência, tratando-a como um empreendimento pouco sério e em que se pode afirmar tudo e o seu contrário. Quantas vezes já ouviu que o café faz bem, e quantas já ouviu que faz mal? O mesmo com o vinho ou com o chocolate. O problema é que se noticiam estudos isolados, sem o contexto da investigação feita até ao momento (e, por vezes, é isso que querem investigadores e instituições, como vimos), e comparam-se trabalhos que não são comparáveis porque não foram feitos da mesma maneira.

Tal como não conseguimos perceber a imagem de um puzzle ao olhar para uma única peça (ou um pequeno conjunto delas), também *a ciência não se faz de um único estudo*. O conhecimento numa determinada área científica é construído por pequenas peças com cores semelhantes ou distintas – pequenos avanços, confirmações ou refutações –, que se vão montando, desmontando e ajustando. Tal como num puzzle, quanto mais peças estiverem montadas, mais perto estamos de confirmar qual a imagem final. E é na revisão e contestação das peças escolhidas ou montadas que se vai construindo e consolidando o consenso científico.

É também na construção deste complexo puzzle que se vão descobrindo peças que pareciam pertencer àquele puzzle, mas que mais não são do que peças soltas, introduzidas por descuido ou intencionalmente, que vão causar a confusão e lançar a dúvida sobre o quadro final. Passemos a um exemplo prático.

A indústria tabaqueira sabia, desde os anos 1950, que o fumo do tabaco representava riscos para a saúde e causava habituação. Sabiam-no porque

também tinham feito investigação sobre o assunto, mas o que fizeram durante décadas foi confundir a opinião pública com falsos estudos e pseudo-especialistas, ofuscando a evidência científica que se ia acumulando sobre os malefícios do tabaco e lançando a dúvida [22] – baralhando a montagem do puzzle. *Criada a ilusão de que ainda havia muita discórdia dentro da comunidade científica*, as tentativas de regulamentação do tabaco eram apontadas como tirania do governo e um atentado às liberdades individuais.

Troque-se a indústria tabaqueira pela petrolífera e o fumo do tabaco pelas alterações climáticas causadas pela emissão de gases com efeito de estufa e ver-se-á o mesmo cenário. *Desacreditar a ciência, espalhar informação falsa, criar confusão e promover a dúvida têm sido as táticas usadas por empresas e atores políticos*, socorrendo-se muitas vezes de cientistas que compactuam com as iniciativas, como mostraram Naomi Oreskes e Erik M. Conway, no livro *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming* [22] (sem edição em Portugal).

Os defensores de teorias da conspiração, terraplanistas, antivacinas e outros negacionistas da ciência, mesmo que não sejam motivados por interesses económicos ou políticos, seguem estratégias equivalentes ao modelo das tabaqueiras: escolhem os dados que mais lhes convêm, defendem falsos especialistas (e atacam os especialistas que apresentam evidências diferentes daquelas que apregoam), cometem erros lógicos e criam expectativas impossíveis sobre o que a ciência consegue alcançar (exigem 100% de certezas, por exemplo) [14, p. 59].

O objetivo é fazer parecer que existe debate mesmo quando ele não existe. Quando a ciência parece equívoca, ou um resultado parece controverso, os negacionistas vencem [14, p. 68].

A quem confiar as notícias de ciência?

A esta altura já estará a pensar que se os investigadores erram involuntária ou deliberadamente, se cientistas e instituições empolam os resultados em proveito próprio, se os médicos se prestam a espalhar informações infundadas e se são usadas informações que se assemelham ao conhecimento científico

para espalhar a dúvida e favorecer determinados interesses... *porque haveríamos de confiar na ciência?* A resposta é dada pela historiadora da ciência Naomi Oreskes precisamente no livro intitulado *Porquê confiar na ciência?* [21].

Se aposta na resposta “método científico”, a argumentação de Naomi Oreskes ao longo de várias páginas obriga a repensar. “Há agora um acordo amplo entre historiadores, filósofos, sociólogos e antropólogos da ciência acerca da não existência de um só método científico”, remata a autora [21, p. 72], não descartando a existência de metodologia, mas reforçando a existência de várias. Oreskes apresenta também aquilo que torna a ciência confiável: “O facto de a prática científica consistir em comunidades de pessoas, a tomar decisões, por razões que são simultaneamente empíricas e sociais, usando diversos métodos”.

Voltemos ao exemplo do puzzle. Com vários olhos sobre as peças, de pessoas que trazem para o jogo as suas próprias experiências, e uma abertura para se identificar as peças que estão mal montadas e corrigi-las, mais fácil será avançar no puzzle até se ter uma ideia mais confiável do produto final. Da mesma forma, quanto maior a diversidade dentro da comunidade científica, a gama de perspectivas e a variedade de práticas de verificação do conhecimento, e quanto maior a abertura para questionar e ser questionado, ajustar e melhorar, maior a probabilidade de se identificarem e corrigirem os erros [21, pp. 68-69]. “É isto o que constitui progresso, na ciência” [21, p. 83].

E é por isso que a autora defende que se pode confiar na ciência. Não uma confiança cega e muito menos subserviência aos cientistas em temas não científicos. “É um apelo a uma confiança informada nas conclusões consensuais das comunidades científicas, mas não necessariamente nos pontos de vista ou opiniões de cientistas isolados, em particular não quando eles se desviam dos campos nos quais são peritos” [21, p. 78]. Se não faz sentido ter um carpinteiro a opinar sobre resultados científicos, também não faz sentido ter um cientista a tentar ensinar o carpinteiro qual a melhor forma de trabalhar as suas peças.

Uma confiança isenta de crítica é “democraticamente indesejável”, apontam Carlo Gubitosa e David Domingo [7], “porque alguns níveis de desconfiança estão associados a preocupações legítimas sobre desigualdades nos sistemas de saúde pública”, por exemplo. Mais, acrescentam os autores, tentar forçar a confiança total na ciência vai conduzir a uma politização da ciência:

os atores políticos vão tentar (como já fazem) justificar as suas ações e imposições respaldando-se na ciência.

Atualmente, *as comunidades médica e científica continuam a ser aquelas em que os cidadãos europeus e norte-americanos mais confiam*, mesmo depois de os níveis de confiança terem descido em relação aos dados pré-pandemia [12] [13]. No extremo oposto aparecem os decisores políticos, eleitos por estes mesmos cidadãos, sobre os quais recaem níveis de confiança mínimos. Jornalistas e empresários também estão entre os que granjeiam menores níveis de confiança por parte da população.

Estes dados deixam adivinhar alguns problemas, sobretudo num contexto de crise global como a pandemia de Covid-19 e as alterações climáticas. Se os políticos e os jornalistas forem os portadores da mensagem científica e se os empresários (indústrias farmacêutica e automóvel, por exemplo) tiverem de fazer parte da solução, isso implica que mesmo confiando nos cientistas, a mensagem transmitida por outros intervenientes pode não ter o mesmo nível de aceitação.

*

A maioria dos entrevistados (63%) indica que a televisão é o meio privilegiado para obtenção de informação sobre os avanços científicos e tecnológicos [12] e é também a principal fonte de notícias em geral (75% na média europeia, 84% em Portugal), sobretudo acima dos 55 anos [10]. Dos inquiridos, 43% admite aceder também aos sites dos órgãos de comunicação social, incluindo da imprensa escrita [10]. Estes dados não são de desprezar, uma vez que os jornalistas recebem baixos níveis de confiança, mas continuam a ser uma das principais fontes de notícias sobre ciência.

Os interesses e a procura por fontes de informação variam muito quando se consideram as camadas mais jovens (15 aos 24 anos), que consomem notícias sobretudo via redes sociais e blogues (primeira escolha para 46%, contra 15% das pessoas acima dos 55 anos) [10]. Em geral, são os jovens que mais confiam nas plataformas online, canais das redes sociais e *influencers* [10], mas isso não impede que os outros cidadãos as usem também.

Nas redes sociais, as pessoas encontram as notícias dos órgãos de comunicação social – com as quais podem interagir mais ou menos dependendo

da confiança na fonte –, mas também, e sobretudo, mantêm contacto com os familiares e amigos, seguem pessoas com quem partilham interesses ou figuras públicas que admiram. Os conteúdos nas redes sociais vão assim aparecendo por recomendação destes contactos. E quanto mais populares forem os conteúdos, mais atenção despertam, deixando-se para segundo plano os critérios de qualidade e credibilidade da informação.

Há como que uma recomendação tácita em cada partilha ou indicação de ter gostado, o que leva as pessoas a confiarem mais acriticamente na validade desses conteúdos [4, p. 17].

Como os algoritmos das redes sociais favorecem os conteúdos com os quais as pessoas ou os seus contactos interagem e outros conteúdos semelhantes, os utilizadores acabam por ver a mesma história repetida tantas vezes que se torna mais fácil acreditar que é real – mesmo não sendo [23, p. 161]. A isto ainda se soma a *tendência das pessoas para procurar informação que confirme as suas ideias pré-concebidas e para rejeitarem aquelas que contrariam as suas suposições* (o chamado viés de confirmação). O resultado é que deixam de seguir aqueles com os quais não concordam – “Perde-se assim o contacto com o contraditório e impossibilita-se o debate de ideias” [4, p. 32] – ou criticam-se os media por não apresentarem o contraditório na forma que se poderia encaixar nas suas convicções.

Os media tradicionais tendem a procurar o equilíbrio nas suas peças, tentando ouvir todos os lados da história e ser imparciais – tal como lhes é exigido. Mas essa tentativa exagerada para evitar o enviesamento, acaba por criar outro, o falso equilíbrio: que acontece quando se colocam frente a frente factos e opiniões, argumentos científicos e não-científicos, ciência e especulação. Se não o fizerem, os jornalistas são criticados. Mas se o fizerem também merecem crítica, porque os media têm o dever de não desinformar, logo, de não apresentar dois pontos de vista opostos como igualmente credíveis quando a evidência pende claramente para um dos lados.

Em casos como o da controvérsia autismo-vacina, em que as provas científicas apontam para uma conclusão particular [que não há ligação entre as vacinas e o

autismo], o foco no equilíbrio pode ofuscar a exatidão, porque quando ‘ambos os lados’ são cobertos nos media, a mensagem não reflecte o consenso científico. Em vez disso, reduz a confiança nesse consenso e aumenta a incerteza sobre a potencial existência de uma ligação entre o autismo e as vacinas [2].

A prática jornalística implica que sejam incluídos os vários ângulos, mas “a informação equilibrada deve também fornecer uma perspectiva sobre a validade e rigor das afirmações e evidências antagónicas” [2]. Quando não existe um consenso claro, devem ser abordadas as questões que ainda justificam a incerteza e as limitações dos resultados obtidos até à data, defendem Clarke *et al.* [2]. Quando o consenso é mais claro, não se deve esconder a existência de diferentes pontos de vista, mas dar o devido peso a cada um – ou seja, apresentar o contexto –, acrescentam. Eventualmente, usar as duas estratégias, visto que a ciência é um processo contínuo e não se espera que se atinja o consenso absoluto.

Mesmo parecendo justa e objetiva, a solução apresentada também tem as suas limitações. Primeiro, é preciso que os jornalistas consigam distinguir os diferentes argumentos e dar-lhes o devido peso – é precisamente para evitar falhas que recorrem ao “ouvir os dois lados da história”. Depois, é preciso que os jornalistas queiram usar estas abordagens e que não as vejam como uma interferência na sua objetividade e imparcialidade. “A resposta pode depender da percepção das funções e responsabilidades que os jornalistas têm na transmissão da informação relacionada com o risco” [2]. Por exemplo, se o jornalista quer ou não que a sua mensagem tenha um papel mais vincado na mobilização de pessoas para o uso de máscaras ou a toma de vacinas.

Uma vacina contra a retórica e manipulação

Não nos iludamos ao pensar que podemos eliminar a desinformação ou tão-só mantê-la sob controlo. *A desinformação existe porque as pessoas são livres de produzir e disseminar informação* e porque existem novas formas de criar, explorar e editar informação, acessíveis à generalidade dos cidadãos [28]. Limitar esta possibilidade pode constituir uma violação dos Direitos Humanos e coloca uma série de desafios regulamentares e de fiscalização.

Paulo Pena [23, p. 162] acrescenta: “Ninguém pode, ou deve querer, policiar as publicações online, limitar o acesso das plataformas aos seus milhões de seguidores, restringir o direito ao disparate ou à opinião errada. (...) Não podemos olhar para os riscos que corremos e partir para a resposta mais comum, orientada pelo medo: vamos proibir”. O que podemos fazer, defende o jornalista, é recuperar uma boa relação entre os media e os cidadãos e certificar que o “jornalismo deve ser a forma de garantir às pessoas as respostas mais completas para as dúvidas que têm através do método de conhecimento cético”.

Fornecer informação correta, apresentar factos e mais factos, também não resolve a desinformação ou o negacionismo da ciência. Não há qualquer quantidade de informação que faça um negacionista acreditar naquilo que não quer acreditar, porque as convicções estão mais relacionadas com interesses, ideologias e/ou com a própria identidade e não tanto com a falta de conhecimentos [14]. Negacionistas e teorizadores da conspiração exigem da ciência a prova absoluta – impossível de alcançar –, mas contentam-se com qualquer argumento que suporte as suas crenças, porque confiam nas fontes e se identificam com elas. “O conteúdo da crença pode não ser tão importante como a identidade social que permite” [14, p. 85].

Lee McIntyre está, no entanto, determinado a falar com negacionistas e apresenta algumas soluções no seu livro [14]. Antes de mais, assume que não será possível fazer a pessoa que inventou a mentira mudar de ideias, por isso prefere focar-se no público-alvo do negacionismo. Depois, defende que não se tratem os negacionistas como pessoas mal informadas, que chegariam a outras conclusões se tivessem mais dados. Em vez disso sugere que se pergunte ao negacionista: “Que factos ou evidências o fariam mudar de ideias?”. A ideia é tentar desestabilizar o guião, “fazê-los questionar os pontos de discussão que foram fornecidos pelo seu grupo”, mas McIntyre acautela: “Quando se desafia as crenças de alguém, está a desafiar-se a sua identidade” [14, p. 87].

O guião é como defendem as crenças, mas não a razão por que as têm. Eles têm-nas para resolver o seu medo, ou para se sentirem menos alienados, ou para abraçarem uma identidade social ambicionada. O que acreditam é o reflexo de quem são [14, pp. 87-88].

As tentativas de corrigir a informação não se têm mostrado muito eficazes, porque não podemos simplesmente apagar a informação incorreta que exista na memória das pessoas. Aliás, quanto mais uma pessoa acreditar nessa informação já assimilada, maior será a resistência à correção ou novas informações [11]. Como vimos, se a dita correção colidir com as crenças, com as atitudes prévias ou com as ideologias políticas, religiosas ou espirituais, dificilmente terá o impacto desejado. Esta colisão entre ideias diferentes pode mesmo ter o efeito contrário, fechar mais as pessoas e torná-las ainda mais fiéis às suas convicções.

Jerit e Zhao [11] destacam que usar alguém de confiança (como uma pessoa com a mesma orientação política) pode ser mais eficaz para corrigir uma informação incorreta do que dar voz a um especialista na área. Nascimento *et al.* [16], por outro lado, afirmam que “a evidência mostra que há um maior efeito corretivo quando especialistas nos conteúdos corrigem os erros em vez de não especialistas”. Importante é também que não se repita o conteúdo da desinformação e que se forneça uma explicação alternativa à informação incorreta (em vez de dizer-se simplesmente que é falsa) [11].

Na procura de alternativas à correção de factos (*fact-checking*), uma das estratégias que se tem estudado é a inoculação contra a desinformação. Se isto lhe soa a vacina contra um vírus, é mesmo essa a intenção: *criar resistência psicológica contra as técnicas de desinformação*, tal como o sistema imunitário cria anticorpos contra os vírus. Roozenbeek *et al.* [26] testaram uma “vacina” no formato de vídeos², não para combater conteúdos específicos de desinformação, mas para treinar os utilizadores na deteção de técnicas de retórica e manipulação usadas nesses conteúdos.

Os vídeos de cerca de 90 segundos começam com uma pequena introdução – um ataque ligeiro de desinformação e a explicação do que se está a passar –, depois seguem com a estratégia para identificar a técnica de manipulação usada, e terminam com uma “microdose” de desinformação sob a forma de exemplos inócuos e humorísticos, usando cartoons e não usando mensagens que possam ser polarizadoras.

² Veja-se <https://inoculation.science/inoculation-videos/>.

Nos ensaios controlados realizados, Roozenbeek *et al.* [26] verificaram que os “vídeos melhoraram o reconhecimento de técnicas de manipulação, aumentaram a confiança na deteção destas técnicas, aumentaram a capacidade das pessoas para discernir conteúdos fidedignos de conteúdos não fidedignos e melhoraram a qualidade das suas decisões de partilha”.

O nosso estudo de campo [no YouTube] confirma que estes vídeos de inoculação podem ser usados como anúncios de serviço público antes dos conteúdos potencialmente danosos e, por conseguinte, chegar facilmente a milhões de utilizadores” [26].

A exposição às vacinas pode ser passiva (vendo vídeos ou lendo informação) ou pode ser mais ativa, através da experimentação. Essa foi a base do desenvolvimento de um jogo online onde os intervenientes desempenham o papel de um produtor de “fake news” à procura de ganhar mais seguidores numa rede social³. À medida que o jogador vai avançando são-lhe “ensinadas” as seis técnicas mais comuns na produção ou disseminação de desinformação: fazer-se passar por um produtor de conteúdos legítimo; publicar conteúdos que despertem emoções fortes; criar polarização ou amplificar diferenças; usar teorias da conspiração; desacreditar outros intervenientes; e fazer a história ganhar uma dimensão tal que se torna viral e acaba com a demissão de alguém.

“Fornecemos evidências preliminares de que a capacidade das pessoas para detetarem e resistirem à desinformação melhora após o jogo, independentemente da educação, idade, ideologia política e estilo cognitivo”, concluem Roozenbeek & Linden [26]. Num trabalho posterior, a equipa da Universidade de Cambridge (Reino Unido) testou o efeito da inoculação a longo prazo e verificou que esta se pode manter, pelo menos, por três meses se continuar a ser reforçada regularmente [25].

Numa vertente diferente, West e Bergstrom [33] criaram, em 2017, um programa para aumentar a “literacia quantitativa”, ou seja, relacionada com os dados, números e estatísticas divulgados e, por vezes, usados para manipular uma perceção. Um dos públicos-alvo é o grupo de alunos que não vem de cursos

³ Veja-se <https://www.getbadnews.com/en>.

científicos, para que aprendam a questionar os números mesmo sem formação técnica para o fazer, percebam que os números não são infalíveis nem imparciais e conheçam como funciona a ciência. O outro grupo são os alunos das áreas científicas, tecnológicas, engenharias e matemáticas, que possuem bons conhecimentos de cálculo e dos procedimentos laboratoriais, mas a quem falta muitas vezes competências de pensamento crítico e humanístico.

O curso consiste na avaliação do processo de análise dos dados. Os alunos não precisam de ter conhecimentos estatísticos, só precisam de recolher os dados e colocá-los nessa “caixa negra” que fará a análise e fornecerá os resultados a partir dos quais serão elaboradas as conclusões. “Quando alguma coisa corre mal, o problema raramente está na ‘caixa negra’ (ou seja, raramente é um artefacto técnico da análise). Muito mais frequentemente, os dados estão incorretos ou não são representativos, ou as conclusões e a interpretação são injustificadas”, destacam West e Bergstrom [33]. Por isso, em vez de fazer com que os alunos se preocupem com os problemas técnicos ou estatísticos, o curso promove a identificação de dados e resultados que foram selecionados de forma enviesada, a distinção entre correlação e causalidade e entre risco relativo e risco absoluto.

O aumento da literacia mediática, ou seja, a capacidade para navegar entre vários conteúdos e separar os que são fidedignos dos que são falsos, é outra das estratégias. E não será preciso desenvolver métodos muito elaborados, defendem Guess *et al.* [8]. “Estas intervenções fornecem regras simples que podem ajudar as pessoas a avaliar a credibilidade das fontes e a identificar indicadores de conteúdos problemáticos sem despende muito tempo ou atenção.” Num ensaio, depois de expostas a estas regras simples, “a capacidade dos participantes em discernir media tradicionais de ‘fake news’ aumentou”. [8]

Na verdade, a capacidade de pensamento crítico melhorou de tal forma que os participantes não só aumentaram o ceticismo em relação a informações falsas como se tornaram um pouco mais resistentes a acreditar nos títulos dos media tradicionais (ainda que verdadeiros) [8]. O que fica claro é que os media tradicionais também têm de melhorar a forma como criam os títulos e apresentam as suas peças para reconquistar a confiança dos cidadãos. “Este ceticismo do público é muito valioso, pois dele dependem as estratégias de crescimento para os media” [23].

Bibliografia

1. Altay, S., Berriche, M. e Acerbi, A., Misinformation on Misinformation: Conceptual and Methodological Challenges”. *Social Media + Society* (January-March 2023): 1-13. <https://doi.org/10.1177/20563051221150412>.
2. Clarke, C. E., Dixon, G. N., Holton, A. & McKeever, B. W., Including ‘Evidentiary Balance’ in News Media Coverage of Vaccine Risk. *Health Communication* 30, 5 (2014): 461-472. <http://dx.doi.org/10.1080/10410236.2013.867006>.
3. Costa, R. O., “PS publicou gráfico com escala ampliada para extrapolar sucesso da vacinação à Covid-19 em Portugal?”, *Polígrafo*, 8 de fevereiro de 2021. <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/ps-publicou-grafico-com-escala-ampliada-para-extrapolar-sucesso-da-vacinacao-a-covid-19-em-portugal>.
4. Esteves, F. e Sampaio, G., *Viral: A Epidemia de Fake News e a Guerra da Desinformação*, Desassossego, 2019.
5. Gautret, P., Lagier, J.-C., Parola, P., Hoang, V. T., Meddeb, L., Mailhe, M., Doudier, B. *et al.* Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial, *International Journal of Antimicrobial Agents* 56, 1 (2020), 105949. <https://doi.org/10.1016/j.ijantimicag.2020.105949>.
6. Goldacre, B., *Ciência da Treta*, traduzido por Maria Georgina Segurado, Editorial Bizâncio, 2009.
7. Gubitosa, C. & Domingo, D., Critical topics and good practices for trust in science communication before and during the COVID-19 pandemic. *Research for All* 6, 1 (2022). <https://doi.org/10.14324/RFA.06.1.09>.
8. Guess, A. M., Lerner, M., Lyons, B., Montgomery, J. M., Nyhan, B., Reifler, J. & Sircar, N., A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India. *PNAS* 117, 27 (2020): 15536-15545. <https://doi.org/10.1073/pnas.1920498117>.
9. Huber, B., Barnidge, M Zúñiga, H. G. & Liu, J., Fostering public trust in science: The role of social media, *Public Understanding of Science* 28, 7 (2019): 759-777. <https://doi.org/10.1177/0963662519869097>.
10. Ipsos European Public Affairs. Flash Eurobarometer. News & Media Survey *European Parliament*, EB-ID: FL011EP, 2022. <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2832>.
11. Jerit, J. & Zhao, Y. Political Misinformation, *Annual Review of Political Science* 23, 1 (2020): 77-94. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050718-032814>.
12. Kantar, Special Eurobarometer 516. European citizens’ knowledge and attitudes towards science and technology, European Union, 2021. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_4645
13. Kennedy, B., Tyson, A., & Funk, C., Americans’ Trust in Scientists, Other Groups Declines, Pew Research Center, 15 de fevereiro de 2022. <https://www.pewresearch.org/science/2022/02/15/americans-trust-in-scientists-other-groups-declines/>.
14. McIntyre, L., Como falar com um negacionista: conversas com quem recusa a ciência e a razão, traduzido por Ester Cortegano, Desassossego, 2022.
15. Million, M., Cortaredona, S., Delorme, L., Colson, P., Levasseur, A., Tissot-Dupont, H., Bendamardji, K. *et al.*, Early Treatment with Hydroxychloroquine and Azithromycin: A ‘Real-Life’ Monocentric Retrospective Cohort Study of 30,423 COVID-19 Patients, *medRxiv* (2023) <https://doi.org/10.1101/2023.04.03.23287649>.
16. Nascimento, I. J. B., Pizarro, A. B., Almeida, J. M., Azzopardi-Muscat, N., Gonçalves, M. A., Björklunde, M. & Novillo-Ortiz, D., Infodemics and health misinformation: a systematic review of reviews, *Bulletin of the World Health Organization* 100 (2022): 544-561. <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.21.287654>.
17. Novais, V., “Blue Monday? Não, não acredite. Hoje não é um dia negro”, *Observador*, 19 de janeiro de 2015. <https://observador.pt/2015/01/19/blue-monday-nao-nao-acredite-hoje-nao-e-um-dia-negro/>.

18. Novais, V., “Dietas detox. Que febre é esta de querer limpar o corpo?”, Observador, 1 de março de 2018. <https://observador.pt/especiais/dietas-detox-que-febre-e-esta-de-querer-limpar-o-corpo/>.
19. Novais, V., “Hidroxicloroquina. As dúvidas, os riscos e as polémicas do medicamento que também está a ser usado em Portugal”, Observador, 21 de maio de 2020. <https://observador.pt/especiais/hidroxicloroquina-as-duvidas-os-riscos-e-as-polemicas-do-medicamento-que-tambem-esta-a-ser-usado-em-portugal/>.
20. Novais, V., “‘Médica 'pela Verdade' divulga receita para possíveis infetados testarem negativo ao coronavírus”, Observador, 23 de novembro de 2020. <https://observador.pt/especiais/medica-pela-verdade-divulga-receita-para-possiveis-infetados-testarem-negativo-ao-coronavirus/>.
21. Oreskes, N., Porquê Confiar na Ciência? Gradiva, 2021.
22. Oreskes, N. & Conway, E. M., Merchants Of Doubt: How A Handful Of Scientists Obscured The Truth On Issues From Tobacco Smoke To Global Warming, Bloomsbury Press, 2010.
23. Pena, P., Fábrica de Mentiras: Viagem ao Mundo das Fake News. Objectiva, 2019.
24. Pereirinha, T., “Panoramix ou Saruman? Este virologista é a estrela francesa da pandemia”, Observador, 5 de abril de 2020. <https://observador.pt/2020/04/05/panoramix-ou-saruman-este-virologista-e-a-estrela-francesa-da-pandemia/>.
25. Maertens, R., Roozenbeek, J., Melisa, M., & van der Linden, S., Long-term effectiveness of inoculation against misinformation: Three longitudinal experiments, *Journal of Experimental Psychology: Applied* 27, 1 (2021): 1-16. <https://doi.org/10.1037/xap0000315>.
26. Roozenbeek, J., van der Linden, S., Goldberg, B., Rathje, S. & Lewandowsky, S. Psychological inoculation improves resilience against misinformation on social media, *Science Advances* 8 (2022), eabo6254. <https://doi.org/10.1126/sciadv.abo6254>.
27. Rubin, A., Brondi, S. & Pellegrini, G., Should I trust or should I go? How people perceive and assess the quality of science communication to avoid fake news. *Quality & Quantity* (2022) <https://doi.org/10.1007/s11135-022-01569-5>.
28. Santos-D’Amorim, K. & Miranda, M. K F. O., Misinformation, Desinformation and Malinformation: Clarifying the Definitions and Examples in Disinfodemic Times. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, vol. 26 (Janeiro-Abril 2021). Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal de Santa Catarina. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e76900>.
29. Sindicato dos Jornalistas, “Novo Código Deontológico”, Publicado a 30 de outubro de 2017. <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/>.
30. Southwell, B. G., Brennen, J. S. B., Paquin, R., Boudewyns, V. & Zeng, J., Defining and Measuring Scientific Misinformation, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 700, 1 (2022): 98-111. <https://doi.org/10.1177/00027162221084709>.
31. Vários. “Clinical trials at Didier Raoult's former institute: In the absence of any institutional reaction, the 'serious breaches observed could become the norm'”, *Le Monde*, 29 de maio de 2023. https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2023/05/29/clinical-trials-at-didier-raoult-s-former-institute-in-the-absence-of-any-institutional-reaction-the-serious-breaches-observed-could-become-the-norm_6028406_23.html.
32. Vários, Comentários sobre “Early Treatment with Hydroxychloroquine and Azithromycin: A ‘Real-Life’ Monocentric Retrospective Cohort Study of 30,423 COVID-19 Patients” *in medRxiv* (2023), PubPeer. Acedido em 5 de junho de 2023: <https://pubpeer.com/publications/458B11A77135BCB66656469E12F540#>.
33. West, J. D. & Bergstrom, C. T., Misinformation in and about science. *PNAS* 118, 15 (2021), e1912444117. <https://doi.org/10.1073/pnas.1912444117>.

What's Next? Quatro Tendências a Considerar Para o Futuro da Desinformação

Inês Narciso¹

Resumo: Este capítulo explora quatro tendências das desordens informativas. A primeira é a centralidade do indivíduo, quer pela relevância do conteúdo pessoal e crescimento da figura do influenciador, quer pela maturação de exércitos digitais, sobretudo na era pós-pandemia. A segunda aprofunda a natureza subtil das campanhas de desinformação modernas, ancoradas nas alterações de contexto e nas pequenas nuances que querem dar ao utilizador a ideia de construção de um puzzle que é ele que vai desvendar. A terceira revela como a desinformação tem migrado para plataformas de mensagens clandestinas, longe do escrutínio das redes sociais tradicionais. Por último, a quarta explora a forma como a desinformação se tornou autossuficiente e pronta a utilizar, graças ao desenvolvimento da inteligência artificial.

Quando procuramos ver além do horizonte no contexto das desordens informativas, temos de reconhecer que o seu futuro é esquivo e imprevisível. A era digital trouxe desafios sem precedentes, tornando cada vez mais difícil antecipar a extensão total da evolução da desinformação. No entanto, ao examinarmos algumas tendências atuais, quatro das quais são discutidas neste capítulo, podemos obter informações valiosas que servem como ponto de partida para projetar cenários futuros.

Ao contemplarmos o futuro da desinformação, é essencial reconhecer que surgirão novas tendências e táticas, tornando as nossas previsões incompletas. No entanto, as quatro tendências destacadas neste artigo oferecem informações valiosas sobre o panorama atual e sublinham a necessidade de investigação contínua, colaboração e estratégias de adaptação.

¹ ISCTE-IUL.

Desinformação P2P

Tal como no marketing², a comunicação *peer to peer* tem vindo a ganhar espaço no ecossistema desinformativo. A confiança num produto, quer seja um novo artigo de beleza, quer seja uma narrativa desinformativa sobre a existência de chips nas vacinas, aumenta quando nos é sugerido por alguém próximo. A figura do *influencer*, com quem sentimos proximidade, mesmo que artificial, veio capitalizar esta relação de confiança. Em termos de investimento e recursos, uma única figura consegue distribuir uma narrativa a dezenas ou centenas de milhar de pessoas, o que é muito superior à reduzida capacidade de um perfil fabricado, com poucos seguidores e pouca tração.

Muitas vezes, estas figuras centrais são crentes absolutos nestas narrativas ou, pelo menos, alinham toda a sua base identitária nas mesmas, espelhando as profundas alterações que o ecossistema da desinformação sofreu, desde o famoso caso do Cambridge Analytica. Embora não tenham desaparecido as campanhas com recurso a centenas de perfis falsos que automática e deliberadamente partilham desinformação, o espaço é agora sobretudo tomado por exércitos digitais orgânicos, compostos por poucas pessoas, extremamente motivadas. A atual definição de desinformação da UE [12], que a apresenta sobretudo como algo que é intencionalmente criado e partilhado por organizações hostis com o intuito de enganar, peca por deixar para segundo plano o poder da mobilização individual autêntica a que assistimos na atualidade.

Já em 2021, um relatório do Center for Countering Digital Hate (CCDH) [3], destacava que 12 indivíduos eram responsáveis pela maior parte da desinformação e das teorias da conspiração anti-vacinas da Covid-19 que circulavam nas plataformas das redes sociais. Esta dúzia de *influencers* tinham um total de 59 milhões de seguidores em várias plataformas, sendo o Facebook a mais influente. O CCDH analisou mais de 800.000 mensagens e tweets no Facebook e Twitter e descobriu que 65% deles provinham destes 12 indivíduos. Só no Facebook, essa dúzia de *influencers* era responsável por 73% de todo o conteúdo anti-vacinas.

² O tamanho do mercado global de marketing de influenciadores mais do que duplicou desde 2019. Em 2023, o mercado foi estimado em um recorde de 21,1 mil milhões de dólares.

Em Portugal, uma *influencer* no TikTok com quase 2 milhões de *gostos* transitou para os ecrãs de televisão após convite para participar num *reality show*. Este convite foi feito apesar da mesma divulgar abertamente desinformação de saúde nas suas redes sociais, e de algumas alegações polémicas sobre vacinas e anti-depressivos terem contribuído para o crescimento da sua popularidade [6].

Para além disso, a inexistência de regulamentação deste mercado, ao contrário do mercado de anúncios pagos diretamente às plataformas, o qual já é alvo de relativo escrutínio desde as eleições americanas de 2016, torna-o também mais apetecível para campanhas de influência por atores hostis. Quando no ecrã do nosso telefone surge uma celebridade portuguesa a visitar um país do Médio Oriente, elogiando o país, não só como destino turístico, mas como defensor dos direitos das mulheres, importa compreender que estamos num mundo onde as redes sociais são, cada vez mais, uma arma de manipulação e interferência política.

Desinformação como peças de puzzle

No panorama de constante evolução da desinformação, uma das mudanças mais significativas é a sua transição de falsidades evidentes para manipulações subtis de contexto. A narrativa desinformativa não nos é apresentada como documentário factual, mas sim como filme de suspense, em que pequenas pistas, peças do puzzle, vão surgindo na nossa tela. Não nos é dito que as vacinas matam e têm chips no seu interior, mas são-nos apresentadas histórias de indivíduos vacinados que morreram. Não havendo prova de causalidade, tais ocorrências são apresentadas como coincidências que nos devem fazer questionar a segurança da vacinação.

Quem nunca se sentiu convencido que tinha sido o primeiro na sala de cinema a perceber quem era verdadeiramente o assassino? A crença numa teoria que é construída pelo utilizador, em que o mesmo junta diversas peças do puzzle e sozinho projeta a narrativa final é, em regra, superior a um cenário apresentado por terceiros. Vieses cognitivos como o efeito Dunning-Kruger, o viés de confirmação e os erros fundamentais de atribuição, todos contribuem para a emergência de teorias da conspiração como a QAnon [11]. Os defensores da teoria QAnon acreditam que existe uma rede de pessoas poderosas por todo

o mundo que, na verdade, seriam adoradores do Diabo, pedófilos e canibais e que utilizariam os seus recursos e influência para operar uma rede global de tráfico sexual de crianças. Uma das figuras acusadas de pertencer a esta rede é Hillary Clinton, candidata à presidência dos EUA em 2016.

A maior subtileza e dissimulação das narrativas desinformativas decorre também dos nossos sucessos, quer na literacia digital e capacidade de os utilizadores identificarem conteúdos evidentemente falsos, quer no trabalho das plataformas em implementar modelos de linguagem que identificam, de forma relativamente eficaz, conteúdo desinformativo. De facto, a infodemia que acompanhou a pandemia da Covid-19 em muito contribuiu para o desenvolvimento de melhores mecanismos de combate à desinformação, quer do ponto de vista dos utilizadores, quer no que diz respeito às plataformas. Em 2021, o Facebook removeu 26.4 milhões de publicações relacionadas com a Covid-19 que violavam os seus padrões da comunidade. Tais padrões foram, na maioria das plataformas, revistos e reforçados na ótica do combate à desinformação. Estas melhorias surgiram também em resultado da pressão da opinião pública e das instituições governamentais e de nova legislação, europeia e nacional, destacando-se o 'Digital Services Act'.

O estabelecimento de modelos de cooperação com as organizações de *fact-checking* e a introdução de rótulos identificando conteúdo enganador ou falso passou a ser mais comum. A identificação de conteúdo falso através de palavras-chave e a sua consequente sinalização ou remoção também aumentou. Esta capacidade foi amplamente potenciada pelo desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) e pelo uso de modelos de linguagem. Paralelamente, assistiu-se a um investimento maior em investigação e em projetos de literacia digital, como o 'Google News Initiative' e a 'Stop the Spread campaign'.

No passado era comum encontrar campanhas de desinformação baseadas em falsidades flagrantes e histórias fabricadas. À medida que os algoritmos baseados em IA e as ferramentas de verificação de factos melhoraram, o conteúdo evidentemente falso tornou-se mais suscetível de ser detetado. Nos últimos anos, assistiu-se à emergência de vários exemplos de desinformação mais subtil, aproveitando o poder do contexto e o uso de multimédia para enganar sem mentir abertamente.

Num estudo feito em Portugal sobre desinformação a circular no Facebook durante a campanha para as legislativas de 2019, uma das técnicas mais comuns identificadas pelos investigadores foi a descontextualização de conteúdo [2]. Uma notícia sobre o aumento da eletricidade de 2012, partilhada 7 anos depois e sendo atribuída ao governo então em funções, teve mais de 3 mil partilhas, e era visível nas centenas de comentários que a grande maioria dos utilizadores não tinha aberto a hiperligação, ou não se tinha apercebido que a notícia era antiga.

Um estudo recente evidencia como a indústria petrolífera tem vindo a liderar campanhas de desinformação contra o aquecimento global [9]. Nessa investigação, destaca-se como a mesma transitou da negação e contestação do aquecimento global, para campanhas que procuram, de forma mais subtil, mudar gradualmente perceções sobre o tema e foco, de forma a conseguir, discretamente, prosseguir a sua agenda.

Às mesmas conclusões chegaram investigadores britânicos quando começaram a analisar indícios de desinformação na Wikipédia [1]. A plataforma de conhecimento coletivo surge muitas vezes no topo das nossas pesquisas Google sobre um tema, e o nosso índice de confiança na informação contida na mesma é elevado. O desenvolvimento da IA, o forte investimento em moderadores humanos e o aperfeiçoamento dos algoritmos permite à plataforma ter uma elevada taxa de sucesso na identificação de desinformação. Mas a sua importância no mapeamento da opinião pública levou a que vários atores hostis aprendessem, segundo esta investigação, a fazer apenas pequenas alterações, incluindo o uso de certas palavras ou o reencaminhamento de links para, de forma dissimulada, conseguir desviar dos factos os leitores desta enciclopédia online.

Neste novo registo mais subtil da desinformação, somos levados a crer que chegámos a uma conclusão sozinhos, sem nos apercebermos das migalhas de pão enganadoras que nos conduziram a ela. O conteúdo também circula mais livremente nas plataformas, escapando à deteção. Embora o seu impacto direto possa ser menor, este conteúdo pode-se infiltrar mais facilmente no discurso público, sem ativar os mesmos sinais de alarme que as narrativas evidentemente falsas ativam.

Desinformação underground

À medida que as plataformas desenvolvem novas ferramentas para mitigação da desinformação, surgem também novas fronteiras à sua implementação: o mundo das plataformas de mensagens. Em 2022, as aplicações de mensagens eram responsáveis por 60% do tempo que os utilizadores estavam em aplicações ‘sociais’ [5]. O seu número de utilizadores também tem vindo a crescer a um ritmo superior ao das redes sociais. A principal consequência desta tendência para o combate à desinformação é que neste momento somos um lutador de olhos vendados. Com a proliferação destes espaços digitais fechados e a diminuição do acesso às APIs das redes sociais, o mapeamento da desinformação tornou-se cada vez mais difícil. À medida que as campanhas de desinformação encontram refúgio nestes cantos escondidos da Internet, aqueles que trabalham para as identificar e mitigar passam a ter como principal obstáculo o acesso aos dados.

As plataformas de mensagens como o WhatsApp e o Telegram tornaram-se, nos últimos anos, terreno fértil para a partilha de todo o tipo de conteúdo que as redes sociais foram banindo ou identificando como contrário aos seus padrões de comunidade. Isto inclui desinformação, a partilha de rumores ou boatos, discurso de ódio, racista, homofóbico ou outros e todo o tipo de conteúdo NSFW³, desde vídeos grotescos de acidentes rodoviários, a pornografia, nomeadamente conteúdo multimédia íntimo partilhado sem consentimento (*revenge porn*). Encriptados e isolados, estes canais privados oferecem o ambiente perfeito para espalhar este tipo de conteúdos sem escrutínio, longe do olhar das autoridades e de quase impossível rastreamento forense à fonte de origem. Para um ator hostil que pretenda lançar uma campanha de influência, por exemplo numa eleições, utilizando desinformação, este é um meio de distribuição que lhe oferece muitas vantagens face às tradicionais redes sociais.

Quando identificada a campanha, é extremamente difícil avaliar o seu verdadeiro impacto. Nas redes sociais públicas, as ferramentas de rastreio e análise de dados fornecem informações valiosas sobre o alcance e o

³ *Not safe for work*. É uma gíria utilizada na internet como indicação de alerta para conteúdos impróprios para serem visualizados em locais públicos ou no local de trabalho, como conteúdos violentos ou sexualmente explícitos.

envolvimento de conteúdos desinformativos. No entanto, estas capacidades são significativamente reduzidas nos espaços de mensagens privadas, deixando os investigadores e os especialistas na incerteza quanto à disseminação e extensão das narrativas prejudiciais e ao seu potencial impacto na opinião pública [8].

Os espaços públicos das redes sociais permitem aos analistas medir a extensão das campanhas de desinformação e avaliar a amplitude do seu impacto. No entanto, o secretismo das plataformas de mensagens esconde a verdadeira dimensão e demografia da audiência, deixando os investigadores a especular sobre a magnitude do problema. Além disso, identificar as comunidades digitais em que a desinformação prospera tornou-se uma tarefa difícil, uma vez que o acesso a estes espaços é frequentemente limitado.

Nos ambientes mais abertos das redes sociais, era comparativamente mais fácil rastrear a origem das narrativas de desinformação. Com um rasto claro de informação, era possível frequentemente identificar a fonte e as intenções por detrás das campanhas maliciosas. No entanto, as plataformas de mensagens apresentam um desafio de atribuição, uma vez que o conteúdo pode ser reencaminhado e disseminado sem quaisquer marcadores claros da sua origem.

A moderação e a contextualização dos conteúdos desempenham um papel crucial no combate à desinformação, mas as plataformas de mensagens carecem de mecanismos eficazes para estas ações. Ao contrário das plataformas de redes sociais, que têm, mesmo que em escassez, moderadores que podem assinalar, rever e remover conteúdos enganadores, as plataformas de mensagens funcionam sem tais intervenções. Como resultado, a desinformação pode prosperar sem controlo, o que dificulta a redução do seu impacto no discurso público.

Em Portugal, nos primórdios da chegada da Covid-19, foi sobretudo no WhatsApp que circularam as principais narrativas desinformativas sobre o vírus que causava a doença, possíveis curas, mortalidade e origem, entre outros [7]. Investigadores analisaram como as características muito próprias do WhatsApp, tais como a relação de confiança entre membros de grupos e contatos próximos, o efeito de proteção dado por um espaço de comunicação fechado e a facilidade de partilha, podem ser critérios que contribuíram para a distribuição viral de áudios desinformativos, apesar de contraditórios com a comunicação oficial.

No Brasil, nas recentes eleições presidenciais, foi através do WhatsApp e Telegram que foram partilhados a maioria dos conteúdos desinformativos alegando fraudes no processo eleitoral [10]. Nos dias seguintes, a plataforma de mensagens foi a base de mobilização para a ocupação de vários organismos públicos, com apelos ao golpe de Estado contra o presidente eleito, Lula da Silva.

Desinformação pronta a consumir

O principal impacto da IA neste ecossistema pode ser a transformação das campanhas de desinformação num produto autossuficiente e pronto a usar. Significa isto que qualquer utilizador que queira promover ou influenciar uma narrativa desinformativa pode agora produzir e disseminar grandes quantidades de conteúdos de forma rápida e barata. Esta democratização do acesso aos conteúdos pode abrir, inadvertidamente, o caminho para a disseminação de campanhas de influência a uma escala sem precedentes.

O desenvolvimento da IA transformou fundamentalmente a capacidade de produzir conteúdo desinformativo. As ferramentas e os algoritmos alimentados por IA permitem agora a utilizadores com conhecimentos técnicos mínimos gerar material que parece autêntico e fiável. Os algoritmos de geração de texto podem produzir artigos, blogs e publicações nas redes sociais que imitam a linguagem humana, enquanto as imagens e vídeos gerados por IA podem enganar até os olhos mais perspicazes.

Tradicionalmente, a elaboração de campanhas de desinformação exigia muito tempo, esforço e recursos. No entanto, a emergência da IA quebra estas barreiras, permitindo processos rápidos de produção e disseminação. Numa questão de minutos um algoritmo alimentado por IA pode criar ou redirecionar uma rede inteira de perfis falsos, ou gerar um portfolio convincente e heterogéneo de conteúdo multimédia para distribuição. Esta velocidade amplifica significativamente o impacto da desinformação, uma vez que um agente motivado pode inundar o espaço digital com conteúdos desinformativos antes de poderem ser tomadas medidas contrárias.

A nível de recursos, orquestrar uma campanha de desinformação em grande escala costumava exigir um financiamento considerável e capacidades organizacionais. Atualmente, torna-se cada vez mais fácil a qualquer pessoa

com acesso a ferramentas alimentadas por IA lançar, com sucesso, uma campanha de influência, seja isso para eleições para Juntas de Freguesia, concursos de talentos, ou no âmbito da competição entre empresas de uma pequena localidade. É possível antecipar que a democratização e facilitação deste processo vai trazer as operações de desinformação aos combates de opinião de pequenas comunidades e audiências.

Ainda que seja evidente que a IA vai fortalecer muito a nossa capacidade de deteção e análise de desinformação, alguns dos métodos tradicionais de moderação de conteúdos e de verificação de factos poderão, por outro lado, tornar-se menos eficazes face aos conteúdos gerados por IA. Mais do que uma questão de volume, será sobretudo a qualidade que colocará em cheque a nossa capacidade de identificação e mitigação.

Os conteúdos altamente realistas, mas totalmente fabricados, em vídeo, som, imagem e texto irão surgir com cada vez maior frequência. O ainda maior desenvolvimento da tecnologia *Deepfake* aperfeiçoará a criação de vídeos e clips de áudio convincentemente realistas de figuras públicas a dizer ou a fazer coisas que nunca fizeram. Ao explorar a nossa tendência para confiar no que vemos e ouvimos, as campanhas de desinformação podem agora gerar narrativas que serão cada vez mais difíceis de verificar.

Por fim, importa destacar que a IA vai melhorar ainda mais a eficácia dos algoritmos de seleção de conteúdos, permitindo um ainda mais eficiente *micro targeting*, conhecendo provavelmente os nossos vieses, medos e preconceitos até antes de nós próprios [4]. Esses dados serão provavelmente também explorados na exposição a conteúdo desinformativo, mesmo que o algoritmo o faça inadvertidamente, sem consciência que está a expor o utilizador a esse tipo de conteúdo.

Conclusão

As quatro tendências identificadas para o futuro da desinformação – mais pessoal, mais subtil, mais escondida e mais acessível – não são exclusivas, e o carácter paradoxal de algumas delas denota a complexidade deste fenómeno. O seu carácter multidimensional traduz a necessidade de compreensão interdisciplinar e a aposta em diferentes e complementares medidas de

mitigação. O presente capítulo pretende ser um ponto de partida na identificação de algumas características, já identificadas, e para as quais se prevê consolidação. Espera-se que este exercício de antecipação de como a desinformação se adapta às novas realidades do ecossistema digital permita aos leitores, na forma de instituições, investigadores, plataformas e até utilizadores finais, projetar de forma mais eficiente o desenvolvimento de medidas de mitigação.

Bibliografia

1. Borak, M., “The Hunt for Wikipedia’s Disinformation Moles”, in Wired, 17 de Outubro de 2022. Disponível em <https://www.wired.com/story/wikipedia-state-sponsored-disinformation/>
2. Cardoso, G., Narciso, I., Moreno, J. & Palma, N., “Online Disinformation During Portugal’s 2019 Elections”, ISCTE-IUL Media Lab, supported by Democracy Reporting International, November 2019. Disponível em <https://democracyreporting.s3.eu-central-1.amazonaws.com/images/2345Portugal-Post-Election-Report-Social-Media-2019.pdf>
3. Center for Countering Digital Hate, “The Disinformation Dozen. Why Platforms Must Act on Twelve Leading Online Anti-Vaxxers”, 21 de Março de 2021. Disponível em <https://counterhate.com/wp-content/uploads/2022/05/210324-The-Disinformation-Dozen.pdf>
4. Ienca, M., On Artificial Intelligence and Manipulation, Topoi 42 (2023): 833-842. <https://doi.org/10.1007/s11245-023-09940-3>
5. Kemp, S. “Digital 2022: Global Overview Report”, Datareportal. Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>
6. Monteiro, S. B., “Do TikTok para ‘O Triângulo’: 3 falsidades sobre saúde partilhadas por Alice Santos”, in Polígrafo, 2 de Março de 2023. Disponível em <https://poligrafo.sapo.pt/saude/artigos/do-tiktok-para-o-triangulo-3-falsidades-sobre-saude-partilhadas-por-alice-santos>
7. Moreno, J., Pinto-Martinho, A., Cardoso, G., Narciso, I., Palma, N. e Sepúlveda, R., “Informação e Desinformação sobre o Coronavírus em Portugal – WhatsApp, Facebook e Pesquisas”, ISCTE-IUL Media Lab, 2020. Disponível em <https://medialab.iscte-iul.pt/informacao-e-desinformacao-sobre-o-coronavirus-em-portugal/>
8. Nimmo, B., “The Breakout Scale: Measuring the impact of influence operations”, Foreign Policy at Brookings, September 2020. Disponível em https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/09/Nimmo_influence_operations_PDF.pdf
9. Powell, A., “Tracing Big Oil’s PR war to delay action on climate change”, in The Harvard Gazette, 28 de Setembro de 2021. Disponível em <https://news.harvard.edu/gazette/story/2021/09/oil-companies-discourage-climate-action-study-says/>
10. Santos, J. V., “No ecossistema de desinformação, a centralidade do WhatsApp no adoecimento do sistema democrático. Entrevista especial com João Guilherme Bastos dos Santos”, Instituto Humanitas Unisinos, 17 de Janeiro de 2023. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/625597-no-ecossistema-de-desinformacao-a-centralidade-do-whatsapp-no-adoecimento-do-sistema-democratico-entrevista-especial-com-joao-guilherme-bastos-dos-santos>
11. Schwartz, M., “A Trail of ‘Bread Crumbs’, Leading Conspiracy Theorists into the Wilderness”, in New York Times, 11 de Setembro de 2018. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/09/11/magazine/a-trail-of-bread-crumbs-leading-conspiracy-theorists-into-the-wilderness.html>
12. União Europeia, “Tackling online disinformation”, 29 de Junho de 2022. Disponível em <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/online-disinformation>

A Importância de Saber que Não se Sabe: notas sobre a relação entre (sobre)confiança e desinformação

Joana Gonçalves-Sá¹, Cristina Mendonça²

Resumo: Porque acreditamos em desinformação? Neste capítulo, focamo-nos no papel da confiança, começando por realçar a existência de diferentes tipos de (sobre)confiança. De seguida, debruçamo-nos sobre quatro tipos de (sobre)confiança especialmente importantes para a crença em desinformação: a confiança que temos no nosso conhecimento, na nossa capacidade de detectar desinformação, na fonte da desinformação e, por fim, na desinformação em si. Identificamos também grupos da população que tendem a ter mais (sobre)confiança, revemos estratégias para atingir um nível de confiança ajustado à realidade e terminamos com algumas sugestões sobre como comunicar com quem não nos quer ouvir.

Imagine que está a passar tempo na sua rede social favorita e se depara com as seguintes mensagens:

1 – “Audições para o coro CHEGA. O Coro Chega está a ser formado com coralistas amadores e profissionais para uma nova experiência musical. Inscreva-se nas audições abertas para sopranos, contraltos, tenores e baixos e junte-se a um grupo de pessoas alegres e motivadas.”;

2 – “Durante a Segunda Guerra Mundial, a *Steinway & Sons* lançou pianos com grandes paraquedas e instruções completas de afinação para as tropas norte-americanas. (...) No final da guerra, a *Steinway & Sons* havia fornecido cerca de 5 mil pianos aos militares dos EUA em todo o mundo.”;

3 – “A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o relatório demográfico do primeiro trimestre de 2019. Há 7,8 mil milhões de pessoas no mundo. Mulheres: 5,6 mil milhões. Homens: 2,2 mil milhões. (...);”;

4 – “Mamadou Ba defende um etno-estado negro na Amadora. Vouchers para mais voos de repatriamento sugere O Bom Europeu.”

Como exercício, tente adivinhar quais das mensagens acima são verdadeiras e quais são falsas. Possivelmente, enquanto estiver a desempenhar

¹ LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas.

² LIP - Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas.

esta tarefa, o seu julgamento da veracidade de cada mensagem será acompanhado por um segundo julgamento, um julgamento sobre quão fácil ou difícil está a ser para si esta avaliação. A este segundo julgamento chamamos *confiança*³, e esta palavra esconde um conceito complexo, difícil de definir e de medir, e que engloba muitos fenómenos diferentes. Este capítulo é dedicado a alguns destes fenómenos, em particular ao que acontece quando existe um desajuste entre o desempenho numa tarefa (como a de cima) e a confiança que temos nesse desempenho. Iremos argumentar que a sobre-confiança, ou seja, a confiança em excesso, poderá ter enormes impactos a nível social, em particular na crença em desinformação.

Assim, nas primeiras secções deste texto apresentamos diferentes formas de medir confiança (de forma absoluta, relativa e como precisão) e discutimos como o excesso de confiança pode estar relacionado com a crença em (e partilha de) informação falsa. A terceira secção distingue entre diferentes objectos de confiança relevantes para a partilha de desinformação, como a confiança no nosso conhecimento, na nossa capacidade de discernimento e na fonte e na informação propriamente dita. Na quarta secção resumimos alguma investigação sobre o excesso de confiança, com ênfase em características individuais, e na quinta apresentamos possíveis formas para o reduzir. Por fim, apresentamos algumas sugestões para comunicar com quem não quer ouvir, começando por aceitar que, muitas vezes, somos nós que nos recusamos a fazê-lo.

1. O que é a confiança?

Voltando às quatro mensagens acima, suponhamos que o leitor avaliou a veracidade/falsidade de cada uma. Podemos tentar medir a sua confiança nessa avaliação fazendo perguntas como:

a) Quantas avaliações certas acha que fez, entre 0 (não acertou nenhuma) e 4 (acertou todas)?

³ A palavra portuguesa “confiança” refere-se tanto a confiança no desempenho de uma determinada tarefa (*confidence*, em inglês), como a confiança nos outros (*trust*, em inglês). Este capítulo dedica-se apenas ao primeiro tipo.

b) Comparando com outras pessoas que avaliaram as mesmas frases, em que percentil de performance acha que se encontra, onde 1 significa pior que todas as outras pessoas e 100 significa melhor do que todas as outras pessoas?

c) Indique um intervalo de avaliações correctas no qual, com 90% de confiança, acha que se inclui a sua performance (por exemplo, tem muita certeza de ter acertado em 2 a 4 avaliações, num total máximo de 4)⁴.

Todas estas perguntas têm como objectivo medir confiança, mas medem-na de diferentes formas. Em a) medimos a confiança como uma estimativa de desempenho absoluto (ou seja, uma estimativa de desempenho em relação ao teste), em b) medimos a confiança como uma estimativa de desempenho relativo (em comparação com outras pessoas) e em c) medimos a confiança como a certeza atribuída à estimativa de desempenho (ou seja, como precisão⁵; [37]).

Estes julgamentos de desempenho (absoluto ou relativo) e precisão têm recebido muita atenção e gerado discussão que extravasa as fronteiras da investigação científica. Por exemplo, no caso do agora famoso efeito Dunning-Kruger, os investigadores pediram aos participantes que desempenhassem uma certa tarefa que pudesse ser aferida de forma objectiva (como responder a perguntas de gramática) e que avaliassem a sua confiança nesse mesmo desempenho, de forma auto-relatada, ou seja, que a confiança no desempenho fosse expressa pelos próprios participantes. Estes investigadores, e outros depois deles, descreveram como as pessoas que têm pior desempenho absoluto são também as que mais o sobrestimam [10]. Outros estudos revelaram que as pessoas tendem a comparar-se de forma positiva em relação a outros e o efeito “melhor do que a média” descreve como a maioria das pessoas considera ser superior à pessoa “média” [67] em diferentes tarefas e mesmo que não tenha razão objectiva para isso (e é certamente improvável que a grande maioria das pessoas seja melhor do que a média). Existem também muitos relatos de problemas de precisão, e quando perguntamos a participantes em estudos quanta confiança têm nas suas estimativas de desempenho, estes tendem a ter

⁴ As perguntas do tipo da c) tendem a ser difíceis de interpretar para quem não tem familiaridade com o conceito de intervalo de confiança. Mas, dando um exemplo diferente, se pedíssemos para indicar um intervalo no qual, com 90% de certeza, acharia que se inclui o peso típico de uma maçã e dissesse 100g a 300g, isso quereria dizer que tem 90% de certeza que o peso real se encontra entre 100g e 300g.

⁵ Se uma pessoa estimar ter acertado em 3 avaliações e o intervalo de confiança a 90% for 2 a 3, a pessoa mostra uma confiança mais “precisa” do que uma pessoa que diga 1 a 4.

mais confiança do que é justificado. Por exemplo, se pedirmos para construir intervalos de confiança a 90% como pedido em cima na pergunta c), os intervalos que as pessoas constroem tendem a ser demasiado optimistas: voltado ao exemplo de cima, os participantes poderiam declarar ter 90% de confiança de ter acertado entre 3 a 4 questões quando só tinham acertado 2. Na verdade, estes intervalos incluem a verdadeira performance menos de 90% das vezes [56].

Porém, a confiança não se refere apenas a julgamentos de performance absoluta, relativa ou de precisão. A confiança é também uma característica individual, mais ou menos estável. Mesmo os julgamentos de desempenho absoluto revelam uma grande consistência, quer nas respostas que as pessoas dão aos diferentes itens do mesmo teste de confiança, quer nas respostas que dão a testes semelhantes, mas diferentes [58]. Além disso, existem várias escalas em Psicologia relacionadas com confiança e dedicadas a medir essa confiança como algo estável nas pessoas (isto é, como traço de personalidade). Dois exemplos disto são escalas de auto-confiança, onde perguntamos às pessoas até que ponto discordam ou concordam com frases como “Eu sinto-me mais confiante nas minhas capacidades do que a maioria das pessoas” e escalas de auto-eficácia onde, usando um exemplo de auto-eficácia matemática, pedimos para a pessoa indicar o seu nível de confiança em “calcular quanto mais barata ficaria uma televisão depois de um desconto de 30%” [58]. Estas escalas de confiança como traço também são estáveis ao longo do tempo e correlacionam-se com performance, particularmente quando são medidas em áreas específicas (como auto-eficácia matemática ou auto-confiança académica; [58]).

Desajustes, pontuais ou persistentes, na confiança face ao nosso desempenho podem ter consequências graves e iremos descrever brevemente alguns destes erros, no contexto da desinformação.

2. Erros de calibração e desinformação

Erros de calibração, ou seja, desajustes entre o desempenho e a confiança nesse desempenho, podem ter consequências duradouras, e já descrevemos como as pessoas tendem a ser optimistas em relação à sua performance em diferentes testes, mesmo usando diferentes métricas. Aqui, definimos a sobre-

confiança como a diferença entre o desempenho real e o desempenho estimado pelo próprio. Para explicar o conceito, pedimos que volte a olhar para as mensagens com que abrimos este capítulo e tente aferir a sua veracidade, uma a uma. Depois de avaliar as quatro frases, tente responder às perguntas do início da secção anterior.

Vamos então imaginar que respondeu na pergunta a) que acertou na identificação de 3 mensagens (pode confirmar a veracidade de cada uma delas nesta nota de rodapé⁶). Para medir sobre-confiança basta subtrair ao número de acertos real (isto é, as vezes em que marcou como falsa uma mensagem falsa e verdadeira uma mensagem verdadeira) o número de acertos que estimou quando respondeu à pergunta a). Se tiver acertado em quatro perguntas, mostrou sub-confiança já que acertou em mais perguntas do que esperava. Se tiver acertado em duas perguntas, mostrou sobre-confiança já que acertou em menos perguntas do que esperava. Se tiver acertado em três, então revelou um nível de confiança perfeitamente ajustado (isto é, uma calibração perfeita) na sua estimativa de confiança⁷.

As mensagens com que abrimos este capítulo foram escolhidas porque nos ajudam a perceber como o nosso conhecimento prévio pode fazer variar as nossas estimativas de confiança. Se tivermos uma opinião formada sobre o partido Chega ou sobre o activista Mamadou Ba poderemos usar essa opinião (ou preconceito) para guiar a avaliação de veracidade e a nossa confiança na mesma.

A verdade é que não podemos ser peritos em todos os temas. Não só a sociedade necessita que confiemos uns nos outros e nas instituições, como é impraticável e indesejável estar permanentemente a fazer “fact-checking” ou a colocar tudo em causa: é natural que usemos heurísticas, isto é, regras simples que usamos para formar julgamentos e tomar decisões [63], mesmo que nos levem de vez em quando a enviesamentos.

Assim, se por um lado não é expectável que consigamos aferir a veracidade de cada afirmação de forma completamente objectiva, por outro temos, a cada

⁶ As duas primeiras são verdadeiras, as duas últimas são falsas. As mensagens e avaliações de veracidades são baseadas no Polígrafo (poligrafo.sapo.pt/).

⁷ Para complicar ainda mais as coisas, é possível que tenha acertado uma pergunta sobre a qual tinha pouca confiança e errado uma que tinha como quase certa e isso não seria revelado numa pergunta de confiança deste tipo.

momento, de decidir se devemos ou não confiar nos outros e na nossa própria capacidade de avaliação. É esse um dos maiores problemas da actual “epidemia de desinformação”: se muita da informação que circula não é verdadeira, as nossas estimativas de confiança poderão ficar desajustadas e influenciar a nossa crença em (des)informação. Por exemplo, nas eleições de 2016 nos Estados Unidos, estima-se que 27% dos americanos adultos tenham visitado páginas de internet que partilham regularmente conteúdos políticos falsos [17]. Esta exposição a desinformação é também comum na Europa, tendo 37% dos europeus reportado encontrar desinformação diariamente [11]. Mais recentemente, durante a pandemia de COVID-19, 79% dos americanos relatou algum nível de exposição no início da pandemia a notícias falsas [25] e diferentes culturas parecem ter diferentes níveis de crença em desinformação [52]. Para além da exposição, é sabido que as notícias falsas se espalham mais rápida e profundamente do que as notícias verdadeiras [66], e tanto a exposição como a crença na desinformação têm sido ligadas a comportamentos como a intenção de voto [16] e de vacinação [30]. A chamada “Era Digital” não é alheia a este acréscimo na exposição a desinformação, nem à facilidade com que a desinformação nos chega através das redes sociais e que pode até ser promovida por algoritmos [41]; [62]. Para além disso, o acesso fácil a informação (tanto verdadeira como falsa), através de motores de busca ou outros, pode amplificar a nossa confiança [13], criando um círculo vicioso. Assim, torna-se cada vez mais importante conhecer não só os nossos enviesamentos, mas também os enviesamentos das plataformas online e como, em conjunto, estes influenciam a nossa confiança e crença em desinformação.

Em resumo, a confiança é um conceito complexo que se refere não só a um julgamento, como também a uma característica individual estável. A nossa confiança num certo desempenho ou afirmação depende de uma série de factores, como o contexto ou as heurísticas, e pode ser aferida de diferentes formas, existindo particular preocupação com problemas de calibração entre desempenho e confiança (por excesso ou por defeito). Estes problemas de calibração podem ser agravados pela actual “epidemia de desinformação”, muito presente no mundo digital, e é fundamental escolher bem em que e em quem acreditar.

Até aqui, temos estado a enfatizar questões de confiança interna, mais especificamente, confiança no próprio desempenho, de forma genérica. No entanto, a nossa confiança também pode ser depositada em elementos externos, como a fonte da informação. Na próxima secção iremos apresentar quatro objectos da confiança, em que o referente é interno ou externo.

3. Quatro objectos de confiança

No contexto da (des)informação, podemos distinguir quatro tipos principais de confiança: 1) a confiança no conhecimento sobre um determinado tema; 2) a confiança na capacidade de detectar desinformação em geral; 3) a confiança na fonte da informação; e 4) a confiança na (des)informação em si.

Confiança no conhecimento

A (des)informação que circula nas nossas sociedades está relacionada com conhecimento de diferentes áreas: para conseguirmos avaliar a veracidade de informação sobre remédios caseiros, gafes políticas ou as mais curiosas descobertas científicas, é necessário ter algum conhecimento sobre saúde [6], política [4] ou ciência [47]. Os estudos científicos têm revelado que, quando pedimos às pessoas para avaliar o seu desempenho num teste, existe uma associação positiva entre confiança e conhecimento: ou seja, tipicamente as pessoas que têm mais conhecimento têm noção de que sabem mais [58]. Existe também uma associação positiva entre auto-eficácia académica (isto é, a crença no sucesso em determinada tarefa) e desempenho académico [39]. Um estudo revelou ainda que, quanto maior o conhecimento científico de uma pessoa, menor tende a ser a sua crença em notícias falsas. No entanto, esta relação enfraquece se a auto-eficácia de conhecimento científico for menor [19], sugerindo que tanto o nosso conhecimento como a nossa confiança no nosso conhecimento são importantes para nos protegermos da informação falsa.

O equilíbrio entre conhecimento e confiança é fundamental. Vários estudos revelam que a confiança cresce mais rápido do que o conhecimento, ou seja, que as pessoas que têm algum conhecimento (em oposição às que têm muito ou não têm nenhum) são também as que têm mais sobre-confiança no seu

desempenho [28] [54]. De facto, os estudos focados na sobre-confiança (ou seja, em pessoas que revelam mais confiança do que conhecimento) encontram resultados opostos aos dos estudos descritos no parágrafo anterior: achar que se sabe mais do que de facto se sabe está associado a maior crença em desinformação. Um destes exemplos acontece com cidadãos não especialistas que declaram saber mais sobre vacinação do que cientistas ou médicos, pois tendem a ter maior probabilidade de acreditar em desinformação sobre vacinas [38]. Outro exemplo surge quando se pede a indivíduos para indicarem que conceitos conhecem de uma lista que incluía tanto termos verdadeiros como palavras inventadas (por exemplo, Endomialgia ou PBOC): as pessoas que indicam saber o significado dos termos inventados revelam sobre-confiança no seu conhecimento, já que relatam conhecer conceitos que não existem. Estas pessoas também tendem a acreditar mais em notícias falsas [45] e revelam menor capacidade para discernir entre notícias falsas e verdadeiras [53].

Assim, é cada vez mais claro que tanto o conhecimento como a confiança são importantes para identificar desinformação, mas que, apesar de mais conhecimento ser tendencialmente melhor, este tem de ser acompanhado por um nível de confiança adequado. Como veremos a seguir, isto também é aplicável à confiança na nossa capacidade para identificar desinformação.

Confiança na capacidade de discernimento

Em linha com a confiança no conhecimento, existe uma associação positiva entre auto-eficácia e menor partilha de notícias falsas [20]: indivíduos que acreditam ser mais capazes de identificar desinformação partilham-na menos. No entanto, mais uma vez, a sobre-confiança pode ser preocupante: não só é comum a sobre-confiança em relação à capacidade de discernir notícias falsas de verdadeiras, como este tipo de sobre-confiança está relacionada com pior discernimento. Por exemplo, num estudo recente [31] foi pedido a participantes para avaliarem a sua capacidade de discernir entre notícias falsas e verdadeiras, quando comparados com o resto da população (dos EUA). Apenas 12% indicou estar abaixo da mediana, apesar da mediana ser o valor que divide uma população em metade, o que significa que necessariamente 50% das pessoas está abaixo da mediana. Neste mesmo estudo, os dados acerca da sobre-

confiança, aferida como a diferença entre o percentil em que as pessoas indicaram estar e o percentil real de desempenho na tarefa, revelaram que os indivíduos mais sobre-confiantes tinham também pior desempenho.

Nos dois casos descritos até aqui, a confiança é interna, ou seja, é sobre o nosso conhecimento ou capacidade de identificar desinformação, e é importante que estas confianças estejam alinhadas com o desempenho. No entanto, é impossível ter um conhecimento perfeito sobre a multiplicidade de temas sobre os quais existe desinformação: todos nos apoiamos em diferentes fontes externas e a forma como escolhemos em quem ou no que acreditar é crucial para, no dia a dia, aferir a veracidade das informações que encontramos.

Confiança na fonte

As fontes que usamos podem ser de diferentes naturezas e destacamos três que têm sido particularmente estudadas: 1) fontes noticiosas de informação (como jornais ou canais televisivos); 2) informação partilhada por elites ou especialistas; e 3) partilhas de amigos ou familiares, por exemplo, através de redes sociais. Começamos por fazer notar que não existe consenso sobre a forma como as fontes contribuem para a percepção da veracidade da informação. Em relação às fontes noticiosas, alguns estudos indicam que a fonte da informação não tem qualquer impacto na avaliação da veracidade de notícias em redes sociais [9] [24], mas outros estudos encontram uma influência [40], sustentando que as pessoas são mais influenciadas por fontes que consideram, pessoalmente, mais credíveis [51] [61]. No que toca ao impacto da partilha por parte de elites, um estudo demonstrou que a mesma notícia falsa, quando apresentada como sendo proferida pelo ex-Presidente americano Donald Trump, diminuiu os julgamentos de veracidade dos democratas enquanto aumentou os dos republicanos, por comparação com uma condição onde a notícia falsa não tinha qualquer fonte [59]. De igual modo, um estudo feito durante a pandemia de COVID-19 descobriu que indivíduos com maior confiança em cientistas acreditaram menos em notícias falsas sobre a pandemia [52], sugerindo que confiar em cientistas pode proteger contra crenças em informação falsa sobre saúde. Em relação a informação partilhada por fontes próximas, um estudo feito após as eleições americanas de 2008 revelou que as pessoas acreditam mais

em informação falsa se anteriormente a tiverem recebido através de emails de amigos ou familiares [14].

Confiança na informação

Por fim, temos a confiança na informação em si. Poucos são os estudos que se dedicam a analisar especificamente os julgamentos de confiança sobre julgamentos de veracidade de informação. Entre as poucas excepções está um estudo [29] que descreve como indivíduos com menos confiança no seu julgamento de veracidade tendem a ajustar mais o seu julgamento de veracidade quando confrontados com artigos de verificação de factos (*fact-checks*). Outro estudo [43] revelou como, quanto mais as pessoas julgam ser verdade certos aspectos sobre a medicina convencional e quanto mais confiança têm nesses julgamentos, mais relatam a intenção de defender as vacinas publicamente em redes sociais. Estes resultados estão em linha com o que se sabe sobre persuasão [60]: 1) é mais fácil mudar a atitude das pessoas quando a confiança delas é baixa, como no estudo de Li e Wagner [29], e 2) a relação entre atitudes e comportamento é mais forte, quanto maior a certeza nas atitudes, como no estudo de Paredes e colaboradores.

Em resumo, a nossa confiança em diferentes objectos poderá ter diferentes consequências no contexto da desinformação. De uma forma geral, pensa-se que, se tivermos bons conhecimentos e mais confiança em fontes fidedignas, sejam estas jornais, elites ou amigos, acabaremos por acreditar mais em informação correcta e menos em informação falsa. Para além disso, mesmo que não saibamos se as pessoas que acreditam mais em notícias falsas são as que têm mais confiança nas suas crenças, sabemos que a confiança, tanto no conhecimento como na capacidade de discernimento e qualidade da informação, pode ser relevante.

4. Quem sofre mais de (sobre)confiança

Nas secções anteriores focámo-nos em medidas e tipos de confiança, com grande ênfase no papel da sobre-confiança na crença em desinformação. No entanto, e conforme mencionado, a confiança revela ser uma característica

estável, e pessoas diferentes poderão ser mais ou menos suscetíveis a acreditar em informação falsa. Assim, alguns investigadores têm estudado em que grupos demográficos podemos encontrar maior (sobre)confiança.

Os estudos que se têm focado na confiança têm encontrado diferenças entre diferentes grupos demográficos, como género ou idade, principalmente ao nível da auto-eficácia. No entanto, são poucos os estudos que se debruçam sobre os três tipos de sobre-confiança descritos anteriormente (desempenho relativo, absoluto e precisão [37]).

Assim, se por um lado parece existir uma diferença de género na confiança (pequena mas significativa [22]), com os homens a julgarem ter mais auto-eficácia do que as mulheres em algumas áreas académicas, por outro lado, vários estudos não encontram nenhuma diferença na sobre-confiança [37] [49] ou encontram que os homens têm mais sobre-confiança na sua performance relativa e absoluta, mas as mulheres têm mais sobre-confiança ao nível da precisão [36].

Em relação à idade, a um nível muito geral, a auto-eficácia parece aumentar entre o início e fim da adolescência e diminuir entre a idade adulta e a idade avançada, mas são poucos os estudos que têm avaliado a auto-eficácia ao longo da vida e é possível que diferentes áreas de auto-eficácia (por exemplo, académica ou de liderança) tenham padrões diferentes de evolução [3]. Porém, não são encontradas diferenças na sobre-confiança de desempenho relativo e absoluto, mas, à medida que as pessoas envelhecem, parecem ter maior sobre-confiança ao nível da precisão [49]. No entanto, é importante notar que este resultado pode ser específico da população dos Estados Unidos, não se tendo encontrado o mesmo padrão em amostras do Reino Unido, Índia ou China [36].

Em relação às diferenças culturais, tem sido verificado que culturas descritas como sendo mais individualistas (onde o foco é nos interesses do indivíduo, como a América ou Reino Unido) têm auto-eficácia mais elevada do que culturas consideradas mais colectivistas (onde o foco é nos interesses do grupo, como a China ou o Japão [27]). Porém, ao nível da sobre-confiança, os resultados não têm sido consistentes. Por exemplo, participantes americanos e Indianos revelaram sobre-confiança no seu desempenho relativo num primeiro estudo, mas não num segundo do mesmo artigo científico [36].

Para além disto, estudos têm encontrado auto-eficácia mais elevada em pessoas com nível educacional [55] e estatuto sócio-económico mais elevado [26]. Mas, ao nível da sobre-confiança, não foram encontradas quaisquer diferenças significativas entre indivíduos com diferentes níveis educacionais ou estatutos sócio-económicos [36].

Assim, apesar de ser cada vez mais claro que a sobre-confiança tem um papel fundamental na crença em desinformação, é difícil antecipar quem é mais sobre-confiante (e, através desta medida, inferir quem poderá ser mais susceptível a desinformação). Como devemos, então, ajustar a nossa confiança à realidade?

5. Como ajustar a confiança?

Como vimos na secção anterior, acreditamos mais em informação falsa do que verdadeira quando somos sobre-confiantes no nosso conhecimento e capacidade de detectar desinformação. Para além disso, acreditamos mais na informação que recebemos de fontes nas quais temos mais confiança e a nossa confiança na informação pode ter um impacto na maneira como actualizamos esse conhecimento e nas acções que tomamos à luz desse conhecimento. Urge, portanto, evitarmos ser sobre-confiantes e depositarmos a nossa confiança em fontes fidedignas.

O primeiro passo é treinar a atenção deliberada. Por exemplo, tornar um hábito perguntar-se, explicitamente, se a informação que está a consumir é verdadeira, particularmente antes de a partilhar. Muitos estudos (veja-se [46] para uma revisão) têm revelado que a desatenção é um dos maiores responsáveis pela partilha de notícias falsas, e que basta pedir a indivíduos para reflectir sobre a veracidade das notícias para que estes tendam a partilhar menos notícias falsas. É também importante lembrar que as notícias falsas podem “atacar” de forma sorrateira: a mera exposição a informação falsa pode aumentar a probabilidade de acreditarmos nela mais tarde porque a familiaridade pode ser confundida com veracidade [44].

Porém, sabemos que temos uma capacidade limitada para agir de forma deliberada por longos períodos de tempo: esta atenção é difícil de manter e é fácil voltar a cair em hábitos, repetindo padrões que implicam menos esforço [2].

É por esta razão que é fundamental escolher bem as fontes e priorizar informação que seja importante para si e para aqueles à sua volta (por oposição à informação que apenas gera indignação, por exemplo). Também é importante referir o papel que as redes sociais e outras plataformas online podem ter, por exemplo, se incluírem métodos que se têm revelado muito eficazes na redução da partilha de desinformação, como criando avisos que pedem às pessoas para lerem um artigo antes de o partilhar [48] ou que funcionam como entraves entre a leitura e a partilha, como perguntar como se sabe se a informação é verdadeira ou falsa [12] [23]. Estes métodos têm-se revelado muito eficazes na redução da partilha de desinformação.

O segundo passo é utilizar uma técnica de literacia digital que se chama leitura lateral (descrita, por exemplo, em [5]). A leitura lateral significa, simplesmente, usar outras fontes para avaliar uma qualquer fonte de informação. Pode parecer simples, mas quantas vezes de facto verificamos a informação que recebemos? Na verdade, a enorme facilidade de acesso a informação dada pela internet não é garante da sua boa utilização, mas esta técnica pode tanto diminuir a probabilidade de acreditarmos em notícias falsas [42] como ajudar-nos a ajustar a confiança: através da verificação, podemos saber se a informação afinal é falsa, se o nosso conhecimento era menor do que pensávamos e se a nossa confiança numa fonte particular era injustificada. No entanto, a leitura lateral não nos protege de tendências confirmatórias, ou seja, de enviesamentos cognitivos que nos façam dar mais valor a informação que apoia e confirma as nossas crenças. É por isso importante pensar em maneiras alternativas de procurar a informação [57]. Por exemplo, ao tentar procurar informação sobre potenciais efeitos negativos de consumir leite, é provável não encontrar informação sobre os efeitos positivos e vice-versa. Isto aumenta a probabilidade de solidificarmos a nossa opinião e de nos isolarmos de informação valiosa.

O terceiro passo é continuar a aprender. O conhecimento é importante para nos proteger de informação falsa [4] [6] [47] e, ao verificar a informação com a leitura lateral, podemos aumentar o conhecimento, mas isto não é garantido. A abundância de conteúdo em livros, jornais, canais de televisão, redes sociais e sites on-line é tanta que o processo de seleção nem sempre é fácil. Assim, é importante saber identificar conteúdo produzido por jornalistas confiáveis ou

especialistas reconhecidos como investigadores, professores ou comunicadores de ciência.

Na verdade, e exactamente por causa de alguns dos enviesamentos descritos ao longo do texto (tendências confirmatórias [18], sobre-confiança, etc.), é fundamental saber escolher as fontes de informação. Cada pessoa tem, naturalmente, os seus enviesamentos, mas quando as nossas fontes de informação são diversificadas, utilizamos a leitura lateral e agregamos várias opiniões, especialmente as de peritos [32], a probabilidade de chegarmos à verdade aumenta.

Por fim, é preciso ter em mente que o objectivo de reduzir a nossa crença nas notícias falsas não deve ser atingido através de um aumento geral do cepticismo [15] [35]. Se as pessoas não acreditarem em nada, o mais provável é que não vão votar, vacinar-se, entre muitos outros comportamentos desejáveis, pondo em causa o tecido social. Assim, é importante uma avaliação cuidada das intervenções que implementamos, particularmente com crianças, adolescentes ou idosos, para garantir que estamos a aumentar o discernimento e não o cepticismo.

Para além disso, o nosso trabalho [28] indica que são aqueles que têm algum conhecimento, ou conhecimento intermédio, os que mais se sobrestimam e também os que têm atitudes mais negativas em relação à ciência. Isto significa que aqueles que sabem muito pouco sabem que sabem muito pouco, mas aqueles que sabem alguma coisa tendem a achar que sabem bastante mais. Assim, é possível que quando, com as melhores intenções, cientistas e professores retiram muita da complexidade de uma explicação, aumentem um bocadinho o conhecimento e muito a confiança nesse conhecimento, dando a ilusão de compreensão a quem tem pouco conhecimento. Conseguir equilibrar as sugestões acima com uma postura de dúvida saudável e humildade activa, poderá também funcionar como um antídoto contra a sobre-confiança e facilitar a comunicação com quem tem opiniões muito diferentes das nossas.

6. Como comunicar com quem não quer ouvir?

O mais provável é que todos nós acreditemos em pelo menos alguma informação falsa ao longo da vida e, até, falemos com muita confiança sobre ela

a outras pessoas. As sugestões da secção anterior servem para evitarmos ser essa pessoa, mas o que fazer quando quem não quer ouvir são os outros?

Não existe resposta fácil para esta questão, mas apresentamos três sugestões. Primeiro, é importante tomar consciência de que muito frequentemente achamos que são os outros que não querem ouvir, mas somos nós quem não quer. De facto, tipicamente achamos que os outros são mais viesados do que nós [50] e que são mais influenciados por notícias falsas [8]. Por isso, o primeiro passo é mesmo garantir que abordamos a informação com abertura intelectual e que ouvimos os argumentos dos outros para não sermos nós quem não quer ouvir.

Em segundo lugar, é importante ter em mente o conhecimento, confiança e valores do outro. Se o conhecimento e confiança forem baixos e esta informação não for central para os seus valores, uma estratégia é apoiar-se em artigos de verificações de factos. Podem ser artigos jornalísticos normais (já que a verificação dos factos faz parte do trabalho base de jornalismo) ou artigos dedicados à verificação de informação que é comunicada por terceiros (comentadores, políticos, entre outros) ou que circula na internet. Caso exista um artigo de uma fonte jornalística sobre o assunto que deseja corrigir, partilhe [64] e, se encontrar a correcção transmitida por uma fonte que a pessoa considera credível (por exemplo, um determinado canal de televisão), ainda melhor [65]. Porém, se a pessoa tiver (ou achar que tem) conhecimento sólido sobre o assunto ou a informação for contra os seus valores ou ideologia, o mais provável é que o efeito de partilhar informação verdadeira seja marcadamente menor [64]. Nesses casos, pode ser mais eficaz tentar identificar a “raiz” da crença na informação e enquadrar a mensagem em relação a essa raiz [21]. Por exemplo, um estudo descobriu que, para aumentar as intenções de civismo ambientalista (como doar para organizações de protecção do ambiente) em pessoas que negam que as alterações climáticas tenham uma causa humana, foi mais eficaz realçar como o combate às alterações climáticas pode trazer desenvolvimento económico e científico do que realçar a redução dos riscos ambientais e para a saúde [1]. Assim, tentar descobrir qual o valor ou ideologia que causou a crença na desinformação pode ajudar na correcção da informação.

Uma terceira sugestão é antecipar e saber lidar com reacções potencialmente negativas que as nossas tentativas de correcção possam gerar.

É importante ter em mente que nem todos assumimos de forma positiva os nossos erros, apesar de sabermos como errar pode ser extremamente benéfico para a aprendizagem [33] [34]. Assim, é natural que uma pessoa que não “queira ouvir” esteja simplesmente a evitar ter de admitir um erro. Uma possível estratégia é, antes de apresentar a correção, perguntar à pessoa quais são as características que mais valoriza numa pessoa e pedir que a) lhe diga porque é que esse valor é importante para ela e b) lhe conte uma ou duas histórias onde revelou, pessoalmente, uma dessas características, escolhendo uma que menos se relacione com o tema do que vai tentar corrigir [7]. Por exemplo, imagine que um amigo acredita que pode perder peso de forma saudável comendo três a cinco ovos e bebendo uma garrafa de vinho por dia e que o quer convencer que essa não é uma opção saudável. Se, quando lhe pergunta quais as características que mais valoriza, ele responder: saúde, racionalidade e altruísmo, peça-lhe para explicar porque é que o altruísmo é importante para ele pessoalmente e para contar uma ou duas histórias onde considera ter sido especialmente altruísta. Neste processo, a pessoa adopta uma perspectiva do seu valor que vai para além da área da ameaça (de não ser uma opção saudável nem a mais racional), o que atenua o impacto da ameaça da correção e permite que a pessoa esteja mais propícia a aprender com os seus erros [7].

Assim, e como sociedade, é importante conseguir temperar conhecimento e crítica com humildade. Podemos também tentar valorizar mais a procura do conhecimento do que o resultado, mais a pergunta do que a resposta.

Conclusão

Ao longo deste capítulo tentámos descrever a confiança, assumindo alguma da sua complexidade. Descrevemos como pode ser aferida e abordada de diferentes formas e como, principalmente quando em excesso, está relacionada com a crença na (e partilha de) desinformação.

Defendemos que alinhar a confiança com o conhecimento ou capacidade de avaliar informação é fundamental. Se a existência de grupos de pessoas que acreditam em tudo é um grande problema, a existência de grupos que não acreditam em nada, e para quem os meios de comunicação social ou as instituições democráticas são “todos iguais”, não deve ser menos preocupante.

Na verdade, se por um lado, uma confiança inapropriada pode propiciar uma maior partilha de desinformação, a própria desinformação pode minar a confiança das pessoas no seu próprio conhecimento ou em fontes confiáveis, amplificando e perpetuando um círculo vicioso.

Finalmente, é cada vez mais claro que as redes sociais e os algoritmos nos mantêm reféns de um mercado de atenção (e de indignação) e que é também sua a responsabilidade por facilitar o acesso e propagação de fontes pouco fidedignas. Este problema poderá ser amplificado pelos novos modelos de linguagem, como o ChatGPT, uma vez que o acesso livre, a qualidade linguística e formal do seu texto e a inclusão de citações (muitas vezes inventadas) podem aumentar a confiança na informação que gera e até facilitar a criação de conteúdo falso. Para além disso, e apesar de termos dado pouca atenção a questões sociais, é natural que o contexto socio-económico seja particularmente relevante: pessoas esgotadas, física e mentalmente, estarão sempre menos capazes de fazer bons julgamentos.

Em resumo, é urgente auditar algoritmos online, desenvolver estratégias de atenção dirigida (individuais e colectivas), ter atitudes de aprendizagem contínua, temperando conhecimento e curiosidade com humildade, e expormos a informação diversa e fidedigna. Essa humildade passa também por não assumirmos que estamos sempre certos e tentarmos perceber o conhecimento, confiança e valores dos outros, adequando a nossa mensagem.

Bibliografia

1. Bain, P. G., et al., Promoting pro-environmental action in climate change deniers. *Nature Climate Change* 2, no. 8 (2012): 600–603.
2. Baumeister, R. F., and F. Heatherton, T. F., Self-regulation failure: An overview. *Psychological Inquiry* 7, no. 1 (1996): 1–15.
3. Berry, J. M., and Robin L. West, R. L., Cognitive self-efficacy in relation to personal mastery and goal setting across the life span. *International Journal of Behavioral Development* 16, no. 2 (1993): 351–379.
4. Brashier, N. M., et al., Timing matters when correcting fake news. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118, no. 5 (2021): e2020043118.
5. Brodsky, J. E., et al., Associations between online instruction in lateral reading strategies and fact-checking COVID-19 news among college students. *AERA Open* 7 (2021): 23328584211038937.
6. Calvillo, D. P., et al., Political ideology predicts perceptions of the threat of COVID-19 (and susceptibility to fake news about it). *Social Psychological and Personality Science* 11, no. 8 (2020): 1119–1128.
7. Cohen, G. L., and David K. Sherman, D. K., 2014. The psychology of change: Self-affirmation and social psychological intervention. *Annual Review of Psychology* 65 (2014): 333–371.

8. Corbu, N., et al. "They can't fool me, but they can fool the others!" Third person effect and fake news detection. *European Journal of Communication* 35, no. 2 (2020): 165–180.
9. Dias, N., Pennycook, G., and Rand, D. G., Emphasizing publishers does not effectively reduce susceptibility to misinformation on social media. *Harvard Kennedy School Misinformation Review* 1 (2020).
10. Dunning, D., "The Dunning–Kruger effect: On being ignorant of one's own ignorance", In *Advances in Experimental Social Psychology* Vol. 44, Olson, J. M. & Zanna, M. P. (eds.), Academic Press, pp. 247–296.
11. European Commission, "Flash Eurobarometer on fake news and online disinformation", 2018.
12. Fazio, L., Pausing to consider why a headline is true or false can help reduce the sharing of false news. *Harvard Kennedy School Misinformation Review* 1, no. 2 (2020).
13. Fisher, M., Goddu, M. K., and Keil, F. C. Searching for explanations: How the Internet inflates estimates of internal knowledge. *Journal of Experimental Psychology: General* 144, no. 3 (2015): 674–687.
14. Garrett, R. K., Troubling consequences of online political rumoring. *Human Communication Research* 37, no. 2 (2011): 255–274.
15. Guay, B., Pennycook, G. and Rand, D. How to think about whether misinformation interventions work. *Nature Human Behaviour* (In press).
16. Guess, A. M., et al. Fake news' may have limited effects beyond increasing beliefs in false claims. *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 1 (2020).
17. Guess, A., Nyhan, B. and Reifler, J., Selective exposure to misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign. Dartmouth College, 2018.
18. Hart, W., et al., Feeling validated versus being correct: A meta-analysis of selective exposure to information. *Psychological Bulletin* 135, no. 4 (2009): 555–588.
19. He, L., et al., Does science literacy guarantee resistance to health rumors? The moderating effect of self-efficacy of science literacy in the relationship between science literacy and rumor belief. *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18, no. 5 (2021): 2243.
20. Hopp, T., Fake news self-efficacy, fake news identification, and content sharing on Facebook. *Journal of Information Technology & Politics* 19, no. 2 (2022): 229–252.
21. Hornsey, M. J., and Fielding, K. S., Attitude roots and Jiu Jitsu persuasion: Understanding and overcoming the motivated rejection of science. *American Psychologist* 72, no. 5 (2017): 459–473.
22. Huang, C., Gender differences in academic self-efficacy: A meta-analysis. *European Journal of Psychology of Education* 28 (2013): 1–35.
23. Jahanbakhsh, F., et al., Exploring lightweight interventions at posting time to reduce the sharing of misinformation on social media. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction* 5.CSCW1 (2021): 1-42.
24. Jakesch, M., et al., The role of source and expressive responding in political news evaluation. *Computation and Journalism Symposium* (2019).
25. Jurkowitz, M., and Mitchell, A., Early in outbreak, Americans cited claims about risk level and details of coronavirus as made-up news. Pew Research Center (2020). <https://www.pewresearch.org/journalism/2020/04/15/early-in-outbreak-americans-cited-claims-about-risk-level-and-details-of-coronavirus-as-made-up-news/>
26. Karaarslan, G., and Sungur, S., Elementary students' self-efficacy beliefs in science: Role of grade level, gender, and socio-economic status. *Science Education International* 22, no. 1 (2011): 72–79.
27. Klassen, R. M., Optimism and realism: A review of self-efficacy from a cross-cultural perspective. *International Journal of Psychology* 39, no. 3 (2004): 205–230.
28. Lackner, S., et al., Intermediate levels of scientific knowledge are associated with overconfidence and negative attitudes towards science. *Nature Human Behaviour* (In press).
29. Li, J., and Wagner, M. W., The value of not knowing: Partisan cue-taking and belief updating of the uninformed, the ambiguous, and the misinformed. *Journal of Communication* 70 vol. 5 (2020): 646–669.
30. Loomba, S., et al., Measuring the impact of COVID-19 vaccine misinformation on vaccination intent in the UK and USA. *Nature Human Behaviour* 5, vol.3 (2021): 337–348.

31. Lyons, B. A., et al., Overconfidence in news judgments is associated with false news susceptibility. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118, vol. 23 (2021): e2019527118.
32. Mannes, A. E., Soll, J. B. and Larrick, R. P., The wisdom of select crowds. *Journal of Personality and Social Psychology* 107, no. 2 (2014): 276–299.
33. Maraver, M. J., et al., Can we learn from errors? Retrieval facilitates the correction of false memories for pragmatic inferences. *Plos One* 17, no. 8 (2022): e0272427.
34. Metcalfe, J., Learning from errors. *Annual Review of Psychology* 68 (2017): 465–489.
35. Modirrousta-Galian, A., and Higham, P. A., Gamified inoculation interventions do not improve discrimination between true and fake news: Reanalyzing existing research with receiver operating characteristic analysis. *Journal of Experimental Psychology: General* (2023), Advance online publication.
36. Moore, D. A., Dev, A. S. and Goncharova, E. Y. Overconfidence across cultures. *Collabra: Psychology* 4, no. 1 (2018): 36.
37. Moore, D. A., and Schatz, D., The three faces of overconfidence. *Social and Personality Psychology Compass* 11, no. 8 (2017): e12331.
38. Motta, M., Callaghan, T. and Sylvester, S., Knowing less but presuming more: Dunning-Kruger effects and the endorsement of anti-vaccine policy attitudes. *Social Science & Medicine* 211 (2018): 274–281.
39. Multon, K. D., Brown, S. D. and Lent, R. W., Relation of self-efficacy beliefs to academic outcomes: A meta-analytic investigation. *Journal of Counseling Psychology* 38, no. 1 (1991): 30–38.
40. Nadarevic, L., et al., Perceived truth of statements and simulated social media postings: an experimental investigation of source credibility, repeated exposure, and presentation format. *Cognitive Research: Principles and Implications* 5, no. 1 (2020): 1–16.
41. Nikolov, D., et al., Measuring online social bubbles. *PeerJ Computer Science* (2015): e38.
42. Panizza, F., et al., Lateral reading and monetary incentives to spot disinformation about science. *Scientific Reports* 12, no. 1 (2022): 5678.
43. Paredes, B., et al., Strengthening the link between vaccine predispositions and vaccine advocacy through certainty. *Vaccines* 10 (2022), no. 11: 1970.
44. Pennycook, G., Cannon, T. D. and Rand, D. G., Prior exposure increases perceived accuracy of fake news. *Journal of Experimental Psychology: General* 147, no. 12 (2018): 1865–1880.
45. Pennycook, G., and Rand, D. G., Who falls for fake news? The roles of bullshit receptivity, overclaiming, familiarity, and analytic thinking. *Journal of Personality* 88, no.2 (2020): 185–200.
46. Pennycook, G., and Rand, D. G., Nudging social media toward accuracy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 700, no. 1 (2022): 152–164.
47. Pennycook, G., et al., Fighting COVID-19 misinformation on social media: Experimental evidence for a scalable accuracy-nudge intervention. *Psychological Science* 31, no. 7 (2020): 770–780.
48. Porterfield, C., "Twitter begins asking users to actually read articles before sharing them." *Forbes* (June 10, 2020).
49. Prims, J. P., and Moore, D. A., Overconfidence over the lifespan. *Judgment and Decision Making* 12, no. 1 (2017): 29–41.
50. Pronin, E., Lin D. Y., and Ross, L., The bias blind spot: Perceptions of bias in self versus others. *Personality and Social Psychology Bulletin* 28, no. 3 (2002): 369–381.
51. Rijo, Á., and Waldzus, S., That's interesting! The role of epistemic emotions and perceived credibility in the relation between prior beliefs and susceptibility to fake-news. *Computers in Human Behavior* 141 (2023): 107619.
52. Roozenbeek, J., et al., Susceptibility to misinformation about COVID-19 around the world. *Royal Society Open Science* 7, no. 10 (2020): 201199.
53. Salvi, C., et al., Going viral: How fear, socio-cognitive polarization and problem-solving influence fake news detection and proliferation during COVID-19 pandemic. *Frontiers in Communication* 5 (2021): 127.
54. Sanchez, C., and Dunning, D., Overconfidence among beginners: Is a little learning a dangerous thing? *Journal of Personality and Social Psychology* 114, no. 1 (2018): 10–28.
55. Sherer, M., et al., The self-efficacy scale: Construction and validation. *Psychological Reports* 51, no. 2 (1982): 663–671.

56. Soll, J. B., and Klayman, J., Overconfidence in interval estimates. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition* 30, no.2 (2004): 299–314.
57. Soll, J. B., Milkman, K. L. and Payne, J. W., “A user's guide to debiasing”, in *The Wiley Blackwell Handbook of Judgment and Decision Making 2*, Keren, G. and Wu, G. (eds.). Wiley-Blackwell, 2015, pp. 924–951.
58. Stankov, L., Kleitman, S. and Jackson, S. A., “Measures of the trait of confidence”, in *Measures of Personality and Social Psychological Constructs*, Boyle, G. J., Saklofske, D. H. and Matthews, G. (eds.). Academic Press, pp.158-189.
59. Swire, B., et al., Processing political misinformation: Comprehending the Trump phenomenon. *Royal Society Open Science* 4, no. 3 (2017): 160802.
60. Tormala, Z. L., The role of certainty (and uncertainty) in attitudes and persuasion. *Current Opinion in Psychology* 10 (2016): 6–11.
61. Traberg, C. B. and van der Linden, S., Birds of a feather are persuaded together: Perceived source credibility mediates the effect of political bias on misinformation susceptibility. *Personality and Individual Differences* 185 (2022): 111269.
62. Tucker, J. A., et al., Social media, political polarization, and political disinformation: A review of the scientific literature (2018). Available at SSRN: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3144139>
63. Tversky, A., and Kahneman, D., Judgment under uncertainty: Heuristics and biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. *Science* 185, no. 4157 (1974): 1124–1131.
64. Walter, N., et al., Fact-checking: A meta-analysis of what works and for whom. *Political Communication* 37, no. 3 (2020): 350–375.
65. Wilson, E. J., and Sherrell, D. L., Source effects in communication and persuasion research: A meta-analysis of effect size. *Journal of the Academy of Marketing Science* 21 (1993): 101–112.
66. Vosoughi, S., Roy, D. and Aral, S., The spread of true and false news online. *Science* 359, no. 6380 (2018): 1146–1151.
67. Zell, E., et al., The better-than-average effect in comparative self-evaluation: A comprehensive review and meta-analysis. *Psychological Bulletin* 146, no. 2 (2020): 118–149.

Posfácio

Maria Manuela Chaves¹

Tive o privilégio de seguir este ciclo de conferências como uma espetadora atenta. Era um tema que conhecia apenas superficialmente, com opiniões baseadas em algum conhecimento, mas essencialmente no senso comum.

Foi por isso aliciante ouvir reflexões amadurecidas por quem já pensou, meditou, estudou aprofundadamente estas matérias de ‘como dialogar com quem não quer ouvir’. Foi uma oportunidade para consolidar o que já sabia com bases sólidas. Foi um ciclo que nos trouxe informação rica de várias áreas, por vezes surpreendente, e que pode abrir as vias para a adesão de quem não quer ouvir.

Esta reflexão fez-me pensar na comunicação da ciência que fiz ao longo da vida (na área da fisiologia das plantas, mostrando como elas funcionam e que impacto poderão ter na agricultura), e constatar que estas questões afinal também lá estavam. Comunicar ciência é cada vez mais importante e urgente. Mas é preciso aprender a fazê-lo. Exige empatia, humildade, saber falar com o outro, fazê-lo aderir ao que queremos transmitir, isto é, perceber como o podemos sensibilizar. É importante dar a conhecer o caminho que percorremos para chegar às nossas conclusões: o conhecido ‘método científico’. Isto é, colocar uma hipótese (dirigida pela curiosidade e a observação refletida) e testá-la com métodos experimentais (com resultados, positivos ou negativos), procurando as causas últimas do fenómeno que observamos. E, claro, uma peça essencial de todo o processo científico é a revisão pelos pares. Finalmente, estabelecer um consenso sobre a questão que se estudou é também um requisito fundamental em ciência. E esse consenso pode levar anos a construir. Veja-se o exemplo das alterações climáticas.

Como investigadora em ciência experimental, considero estas questões verdadeiramente relevantes para o tema que este ciclo abordou e, afinal, para qualquer atividade da nossa vida.

¹ Diretora do SJC-ACL.

Num livro de António Granado e José Vítor Malheiros [1] é feita uma síntese interessante de como os autores (jornalistas de ciência) pensam no que a ciência pode contribuir para a sociedade. A saber, que “a ciência, para além do seu valor intrínseco, incorpora valores centrais numa sociedade moderna e democrática: o primado da realidade perante as crenças; a recusa de preconceitos ideológicos, sociais ou outros; o estímulo do sentido crítico; o valor do diálogo e do confronto de ideias; o valor pedagógico do erro, entre vários outros”.

A importância dos estudos já realizados nesta área das ciências sociais, que foram sendo abordados pelos diferentes intervenientes, é digna de registo. Refiro, como exemplo, o que já se sabe sobre o perfil das pessoas que aderem (ou não) aos conceitos já estabelecidos, aos factos provados. É interessante a relação não linear entre a confiança perante uma notícia/conhecimento novo e a informação de base do recetor. A confiança cresce inicialmente, de forma rápida, com o aumento do conhecimento do recetor, é deficiente nos estratos intermédios de conhecimento e volta a ser maior em quem tem maior formação e capacidade crítica. Como dizia um dos nossos conferencistas, caricaturando, ‘Saber pouco é mais perigoso do que não saber nada’. Também é certo que possuir conhecimento numa área disciplinar não é garantia de que a tenha em outra, mesmo que seja próxima. A hiperespecialização de hoje é um fator a ter em conta. Estamos sempre dependentes do conhecimento de outros. Com efeito, a rapidez e a complexidade dos avanços na ciência e no conhecimento em geral, aumentam constantemente a nossa dificuldade na percepção desse conhecimento. As nossas capacidades cognitivas são finitas. Por outro lado, a disponibilidade quase imediata de informação fácil e quase ilimitada tende a inibir o nosso pensamento reflexivo, lento por natureza, e essencial à nossa compreensão profunda dos fenómenos, dos acontecimentos, dos factos.

A má utilização de ferramentas digitais poderá agudizar o problema, permitindo gerar algoritmos a partir dos conteúdos de meta-dados disponíveis, levando a destaques enviesados por manipulações várias dos factos.

Daí que um dos aspetos importantes na educação formal de hoje seja fornecer ferramentas para desenvolver capacidade crítica e um olhar atento para a credibilidade da fonte. Como nos diz o relatório produzido por Osborne et al [2] “A educação deverá permitir que sejamos uns *outsiders* competentes relativamente à ciência, sempre com a pergunta – podemos confiar na fonte

desta afirmação?” Para tal, os educadores (desde a escolaridade elementar) devem ir desenvolvendo nos alunos competências que lhes permitam perceber como a comunidade científica faz ciência, a validada pelos seus pares e, tal como se referiu anteriormente, chega a um consenso na produção de um conhecimento o mais seguro possível.

Como dizia Rodrigo A. Cunha numa conferência recente na ACL, o grande desafio presente é ser capaz de separar informação de desinformação ou, se quiserem, selecionar informação validada. Saber em quem confiar e porquê, passa a ser uma capacidade essencial na nossa vida.

Como poderemos avaliar a credibilidade da nossa fonte? Procurando a veracidade e a imparcialidade da fonte, utilizando várias fontes independentes, objetivas, credíveis, sem conflitos de interesses (ideológicos, políticos, financeiros etc.) e de preferência institucionais, como por exemplo centros de investigação credenciados, bibliotecas, jornais de referência, etc.

É também claro que podem existir barreiras de natureza vária (por exemplo, personalidade, educação) no nosso interlocutor, que desconhecemos e que serão difíceis de transpor. É um caminho que se pode ir fazendo com observação, paciência e persuasão. A comunidade em que nos inserimos poderá ter aqui um papel fundamental na criação de um ambiente de literacia digital e, *lato sensu*, de procura de informação credível.

Bibliografia

1. Granado, A. e Malheiros, J. V., Como Falar com Jornalistas sem Ficar à Beira de um Ataque de Nervos, Gradiva, 2001.
2. Osborne, J., Pimentel, D., Alberts, B., Allchin, D., Barzilai, S., Bergstrom, C., Coffey, J., Donovan, B., Kivinen, K., Kozyreva, A., & Wineburg, S., Science Education in an Age of Misinformation, Stanford University, 2022.

